



MUNICÍPIO DE  
**SÃO MANUEL**



**SECRETARIA DE  
ADMINISTRAÇÃO**  
SETOR DE LICITAÇÕES

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90005/2026**

**EDITAL Nº 41/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3071/1/2026**

**CÓDIGO UASG: 987103**

**AMPLA PARTICIPAÇÃO**

O Município de São Manuel/SP, torna pública a quem possa interessar, a abertura da licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, visando a obtenção de propostas para o objeto licitado, consoante especificações constantes dos Anexos, que passam a fazer parte do presente edital, a qual será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 14.133 de 2021 e Decreto Municipal nº 4139 de 2024 e demais dispositivos legais aplicáveis bem como pelas condições específicas deste edital e dos demais documentos que o integram.

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 10/04/2026 ÀS 08H00M**

**LOCAL: [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço global**

**MODO DE DISPUTA: aberto e fechado**

**VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:** A despesa total, estimada em R\$ 6.891.334,17 (seis milhões, oitocentos e noventa e um mil, trezentos e trinta e quatro reais e dezessete centavos), onerará os recursos orçamentários e financeiros, reservados na Funcional Programática: 15.451.2011.1004 – Categoria Econômica: 4.4.90.51 e Funcional Programática: 17.512.2010.1004 – Categoria Econômica: 4.4.90.51.

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília /DF.

**DÚVIDAS EM RELAÇÃO À OPERAÇÃO DO SISTEMA:** consultar o site [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br).

## **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de mão de obra com fornecimento de materiais e equipamentos necessários para execução de obra de infraestrutura urbana contemplando serviços de rebaixamento do leito carroçável da Avenida Comendador Luiz Fittipaldi sob a passagem da linha férrea, implantação e ampliação do sistema de drenagem pluvial, adequações geométricas viárias, implantação de rotatórias, pavimentação asfáltica, execução de guias e sarjetas, canaletas de drenagem, construção de calçadas acessíveis e implantação de sinalização viária horizontal e vertical, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

[municipiodesaomanuel](https://www.instagram.com/municipiodesaomanuel)

[municipiodesaomanuel](https://www.facebook.com/municipiodesaomanuel)

[licitacao@saomanuel.sp.gov.br](mailto:licitacao@saomanuel.sp.gov.br)

Rua Dr. Júlio de Faria, nº 518 - Centro | CEP 18650-047 | São Manuel (SP) | +55 14 38124400





## **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras))

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não será concedido nesta Licitação tratamento favorecido para microempresas, empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, em razão da incidência, no caso, do art. 4º, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;





2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2. e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.13. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.





2.13.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.





3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima;

3.10. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

3.11. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do seguinte campo: Valor Total Geral.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.





4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.8. **Havendo divergência entre as especificações deste objeto descritas no Portal de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)) e as especificações constantes deste edital, prevalecerão as últimas.**

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo Valor Total Geral.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).





- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10. Será adotado para o envio de lances nesta licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado.
- 5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.10.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.10.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.14. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.17. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.





5.17.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.17.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.17.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.17.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.17.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.17.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.17.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

5.17.2.2. empresas brasileiras;

5.17.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.17.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.18.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.18.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.18.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.18.4. O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada (Anexo II) ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.





5.18.5. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.19. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, conforme Súmula 51 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e parágrafos 4º e 5º do artigo 156 da Lei Federal 14133/2021 mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

6.1.5. Listas de Inidôneos, mantidas pelo Tribunal de Contas da União – TCU e pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP.

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Verificadas as condições de participação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço





em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 6.5.1. conter vícios insanáveis;
- 6.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução, observado o disposto no item subsequente.

6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de proposta cujo valor seja inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, facultando ao licitante comprovar, no prazo assinalado pela Administração, a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, sob pena de desclassificação.

6.8. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.





6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

7.1. Serão exigidos para fins de habilitação, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, os seguintes documentos:

### **7.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

7.2.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.2.2. **Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.2.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.2.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n. 77, de 18 de março de 2020.

7.2.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.2.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

7.2.7. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei 5764/1971;





7.2.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 7.3. **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

7.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.3.3. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.3.4. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.3.4.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estaduais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.3.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS através do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal.

7.3.6. Prova de Regularidade de Obrigações Trabalhistas, de acordo com a Lei 12.440/11 e resolução administrativa TST 1470/11

7.3.7. Certidão Municipal referente aos tributos mobiliários (ISS e taxa de funcionamento), do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.3.7.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei

7.3.8. Declaração quanto ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal. Os proponentes deverão apresentar a declaração assinada por representante legal do licitante de que não outorga trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito), e qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos.

7.3.9. A prova de regularidade deverá ser feita por Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.

7.3.10. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.





#### **7.4. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

7.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data não superior a 3 (três) meses da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar do documento.

7.4.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

7.4.2.1. Juntamente com as demonstrações exigidas neste item a licitante deverá apresentar a cópia das folhas de abertura e encerramento dos livros, assinado por profissional técnico legalmente habilitado.

7.4.2.2. É vedada a substituição das demonstrações exigidas por balancetes.

7.4.2.3. A licitante deve, sempre que questionada, comprovar a legalidade da documentação enviada para este fim, que deverá conter, no mínimo:

7.4.2.3.1. A integralidade das contas que compõem o Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido e as contas de resultado, para os casos de apresentação de DRE, de forma que seja possível verificar os saldos apurados.

7.4.2.3.2. Comprovante de autenticação da escrituração contábil junto ao registro público competente.

7.4.2.4. Para as empresas que fazem sua escrituração através do SPED CONTÁBIL (Sistema Público de Escrituração Digital) poderão apresentar as demonstrações digitais, acompanhadas do respectivo Termo de Autenticação (recibo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital).

7.4.2.5. A demonstração da aptidão econômica do licitante deverá ser comprovada de forma objetiva, nos termos do Art. 69, da Lei Federal nº. 14.133/21, e será aferida observando-se o resultado obtido da aplicação dos seguintes índices econômico-financeiros, a serem extraídos do balanço patrimonial, calculados com duas casas decimais:

7.4.2.5.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1. Deverá ainda, possuir Grau de Endividamento Geral igual ou menor que 0,90.

7.4.2.6. A licitante deverá apresentar Capital mínimo ou Patrimônio Líquido mínimo igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a presente contratação.

7.4.2.7. Os índices econômico-financeiros, o Capital mínimo ou Patrimônio Líquido mínimo exigido serão calculados e/ou conferidos por técnico contábil designado como equipe de apoio à licitação.

7.4.2.8. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

7.4.2.9. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.





7.4.2.10 . Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio no item 2, para efeito de habilitação econômico-financeira, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.2.10.1 Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de requisito(s) de habilitação econômico-financeira de que trata o subitem acima, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira.

## **7.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E TÉCNICO OPERACIONAL**

7.5.1. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica comprovando o Registro da Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU). Para assinatura do contrato, será exigido do vencedor, caso não seja registrado no estado de São Paulo, o visto do órgão competente, autorizando a realizar contratações dentro do Estado de São Paulo.

### **7.5.2. QUALIFICAÇÃO OPERACIONAL:**

7.5.2.1. Comprovação de aptidão para a execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido (s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso, nos termos da Lei Federal 14.133/21.

Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

Conforme §1º do Art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021, “A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação”.

Conforme §2º do Art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021, “Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados”

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANTITATIVO
1	Fornecimento e assentamento de Tubo de concreto (PA-3), DN= 600mm até 1500mm	M	423,00
2	Base de Brita Graduada	M3	1.011,12





3	Piso com requadro em concreto simples com controle de fck= 20 MPa	M3	232,09
4	Abertura e preparo de caixa até 40 cm, compactação do subleito mínimo de 95% do PN e transporte até o raio de 1 km	M2	6500,23
5	Camada de rolamento em concreto betuminoso usinado quente - CBUQ	M3	320,99

A. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante;

B. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante;

C. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

#### **7.5.3. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL:**

7.5.3.1. Apresentação do(s) profissional(is) de nível superior (ENGENHEIRO ou ARQUITETO) devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado(s) de responsabilidade técnica fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, acompanhado(s) da respectiva CAT - Certidão de Acervo Técnico, devidamente registrada na entidade profissional competente, sendo que o(s) atestados(s) deverá(ão) demonstrar a execução ou coordenação pretérita satisfatória de serviços (vedada a imposição de quantitativos mínimos ou prazos máximos, nos termos da Súmula 23 do TCESP) que envolvam características semelhantes a:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.
1	Fornecimento e assentamento de Tubo de concreto (PA-3), DN= 600mm até 1500mm	M
2	Base de Brita Graduada	M3
3	Piso com requadro em concreto simples com controle de fck= 20 MPa	M3
4	Abertura e preparo de caixa até 40 cm, compactação do subleito mínimo de 95% do PN e transporte até o raio de 1 km	M2
5	Camada de rolamento em concreto betuminoso usinado quente - CBUQ	M3





A comprovação do vínculo profissional far-se-á através da apresentação do contrato social, quando sócios, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos, desde que vinculado, o profissional acima indicado, com a empresa licitante na data prevista para entrega da proposta, nos termos da Súmula 25 do TCESP.

Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio no item 2, para efeito de habilitação técnica, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado.

#### **7.6. VISTORIA PRÉVIA:**

7.6.1. A participação na presente licitação pressupõe o pleno conhecimento de todas as condições para execução do objeto constantes dos documentos técnicos que integram este Edital, podendo a licitante, caso entenda necessário, optar pela realização de vistoria nas condições abaixo:

7.6.2. A vistoria ao(s) local(ais) da(s) obra(s) poderá ser realizada por representante da licitante devidamente identificado. Para tanto, o interessado deverá solicitar, junto à Administração, o agendamento da sua vistoria – contato com a Secretaria de Obras, telefone: (14) 38124400.

7.6.3. O prazo para Vistoria Técnica iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a sessão pública.

7.6.4. Para a vistoria o representante da licitante deverá estar devidamente identificado, apresentando documento com foto e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para o ato.

7.6.5. A realização da Vistoria Técnica É FACULTATIVA, entretanto, impedirá o deferimento de quaisquer pleitos que tenham por objeto aspectos que poderiam ter sido observados ou dirimidos por ocasião da vistoria técnica ao longo da execução do instrumento de contrato decorrente deste certame.

7.6.6. A licitante que optar por realizar a vistoria deverá apresentar Declaração de realização de Vistoria Técnica, em conformidade com o modelo sugerido no anexo V. Caso a licitante não realize a Vistoria Técnica, deverá apresentar Declaração afirmando possuir ciência de que tinha possibilidade de fazer a visita técnica, mas que ciente dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a Proposta Comercial sem realizar a visita técnica conforme modelo sugerido no anexo VI.

7.7. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.8. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.8.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº](#)





8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.9. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.10. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.11. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.12. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.13. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.13.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.14. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.14.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo informado pelo Agente de Contratação/Comissão no chat da sessão pública, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.

7.15. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.16. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.16.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.16.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;





7.17. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação/Comissão poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.20. Os documentos de Habilitação deverão estar com prazo vigente, não havendo prazo nos documentos os mesmos serão considerados válidos se emitidos em até 90 dias.

7.21. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.22. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

## **8. DA CONTRATAÇÃO:**

8.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante declarado vencedor terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação pelo e-mail informado em sua proposta, para assinar o contrato por meio de assinador próprio desta Prefeitura, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. Para a assinatura do contrato, o licitante deverá abrir o e-mail recebido e acessar o link constante no mesmo e seguir o passo a passo.

8.1.2. O e-mail do licitante para a convocação do item 8.1 será o informado no item 10 da declaração geral preenchida pelo licitante. É de inteira responsabilidade do licitante o preenchimento correto das informações solicitadas, não podendo alegar ausência de recebimento do e-mail ou divergência do mesmo para a sua convocação.

8.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.





8.3. Serão formalizados tantos Contratos quantos forem necessários para todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços contratados e demais condições.

8.4. A contratação, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência do contrato.

8.5. Na hipótese de o convocado não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

8.6. Garantia da contratação:

8.6.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

8.6.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

## **9. DOS RECURSOS**

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 30 (trinta) minutos.

9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.





- 9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

## **10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.5. fraudar a licitação

10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:





- 10.2.1. advertência;
- 10.2.2. multa;
- 10.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 10.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da comunicação oficial.

10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.

10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 30% do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.





10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. As respostas aos pedidos de impugnação ou esclarecimentos serão divulgadas no sítio eletrônico [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br) no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e vincularão os participantes e a Administração.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados de forma eletrônica, através do e-mail: [licitacao@saomanuel.sp.gov.br](mailto:licitacao@saomanuel.sp.gov.br).

11.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.





## **12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/Comissão.
- 12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico <https://www.saomanuel.sp.gov.br/portal/editais/1>.
- 12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II - Modelo de proposta comercial

Anexo III - Declaração Geral

ANEXO IV – Declaração de indicação do(s) responsável(is) técnico(s)

ANEXO V – Declaração de Vistoria

ANEXO VI - Declaração de não realização de vistoria

ANEXO VII – Minuta de Termo de Contrato





MUNICÍPIO DE  
**SÃO MANUEL**



**SECRETARIA DE  
ADMINISTRAÇÃO**  
**SETOR DE LICITAÇÕES**

ANEXO VIII - Planilha Orçamentária, Memorial Descritivo, Projeto(s), Cronograma Físico-Financeiro,  
Cálculo do BDI

São Manuel, 24 de março de 2026

**ODIRLEI JOSÉ FÉLIX**

**PREFEITO MUNICIPAL**





**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. Informações Básicas:**

Número do processo: 3.071/2026

**2. Definição do objeto:**

Contratação de Empresa Especializada para Execução de Obra de Infraestrutura Urbana Município de São Manuel – SP, conforme as condições, especificações e exigências estabelecidas neste instrumento e em seus anexos.

**3. Fundamentação da contratação:**

**3.1 Fundamentação e descrição da necessidade da contratação**

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada em engenharia para execução de obra de infraestrutura urbana no município de São Manuel – SP.

A intervenção contempla serviços de rebaixamento do leito carroçável, implantação e ampliação do sistema de drenagem pluvial, adequações geométricas viárias, implantação de rotatórias, pavimentação asfáltica, execução de guias e sarjetas, canaletas de drenagem, construção de calçadas acessíveis e implantação de sinalização viária horizontal e vertical.

A execução da obra deverá ocorrer conforme projetos executivos, memorial descritivo, planilhas orçamentárias e demais documentos técnicos que integram o processo licitatório, garantindo qualidade, segurança e durabilidade das soluções de engenharia adotadas.

Dito isto, é imprescindível a contratação de empresa especializada na área, com comprovada capacidade técnica, regularidade junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), para a execução integral das obras civis, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e insumos, conforme projetos, planilhas, cronogramas e memoriais previamente aprovados pela Secretaria.

A presente contratação justifica-se pela necessidade de:

A realização da presente obra justifica-se pela necessidade de melhoria das condições de mobilidade urbana, drenagem pluvial e segurança viária nas vias contempladas pelo projeto.

Atualmente, foram identificadas deficiências estruturais no pavimento existente, problemas de escoamento de águas pluviais e inadequações geométricas que contribuem para a ocorrência de alagamentos, deterioração precoce da pavimentação e riscos à circulação de veículos e pedestres.





Dessa forma, a intervenção proposta busca promover solução técnica definitiva para os problemas identificados, aumentando a vida útil da infraestrutura viária, reduzindo custos futuros de manutenção e proporcionando melhores condições de trafegabilidade e acessibilidade para a população.

Garantia da qualidade, durabilidade, segurança e conformidade técnica das obras de infraestrutura, com observância rigorosa às normas técnicas da ABNT, ao Código de Obras Municipal, às diretrizes do Ministério das Cidades e às exigências legais aplicáveis;

Inviabilidade técnica e operacional da execução direta das obras pela equipe do Município, considerando a escala do empreendimento, a necessidade de gerenciamento de prazos, controle de qualidade, logística de suprimentos, segurança no canteiro de obras e cumprimento de requisitos legais (como ART, PCMAT, PPRA, entre outros);

#### **4. Descrição da solução:**

##### **4.1 Descrição da solução como um todo considerado o ciclo de vida do objeto**

A descrição da solução do objeto da licitação como um todo encontra-se indicada neste Termo de Referência, Projetos, Memorial Descritivo e demais documentos anexos.

#### **5. Requisitos da Contratação**

##### **5.1 Da Modalidade**

O objeto a ser licitado, por se tratar de Serviços Comuns de Engenharia, se dará por meio de licitação, na modalidade de Concorrência Eletrônica.

O critério de julgamento a ser adotado será o de “Menor Preço Global”.

##### **5.2 Da prestação dos serviços:**

Para a prestação dos serviços pretendidos, os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar todos os documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021 e elencados no edital e no presente documento, conforme tópicos específicos.

##### **5.3 Segurança do trabalho:**

**Os itens de segurança do trabalho serão apenas durante o processo de execução.**

As exigências relativas à Segurança do Trabalho serão verificadas apenas durante a execução da respectiva ata, não sendo critérios de habilitação do edital.





A CONTRATADA deverá cumprir a legislação vigente sobre Segurança do Trabalho, em especial o que determina a Portaria Ministerial no 3.214, de 08/06/78, do Ministério de Trabalho, e suas alterações, que dispõe sobre as Normas Regulamentadoras, observando-se suas versões mais recentes.

A CONTRATADA deverá manter um sistema de gestão de segurança e medicina do trabalho, condizente com as Normas Regulamentadoras e com a legislação vigente. Além disso, quando necessário, deverá manter a presença de engenheiro e/ou técnico de segurança do trabalho responsável pelas ações de segurança do trabalho, quando do cumprimento das ações/medidas de segurança e de eventual acompanhamento na execução das atividades de risco, conforme normas regulamentadoras e legislação vigente.

A CONTRATADA responderá e responsabilizar-se-á pela prevenção de acidentes, pela prevenção de incêndios e pela segurança de suas atividades e de seus funcionários quando da realização dos serviços, fazendo com que eles observem e cumpram rigorosamente os regulamentos e as determinações de segurança, bem como tomando, ou fazendo com que sejam tomadas as medidas corretivas necessárias.

A CONTRATADA deverá designar um colaborador para acompanhar e para adotar as medidas necessárias para atendimento de seus colaboradores acidentados ou acometidos por mal súbito. Os colaboradores devem possuir seguro de vida para que todos tenham cobertura de acidentes, morte e invalidez.

São de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento e a fiscalização do uso obrigatório dos equipamentos necessários para o desempenho dos serviços. Esses equipamentos deverão estar em perfeito estado de conservação e documentação que comprove sua validade, de modo a garantir total segurança ao usuário, bem como às pessoas ao redor. Para a realização dos serviços, os funcionários deverão estar munidos de vestimenta, equipamentos e demais elementos de proteção adequados.

Esta municipalidade poderá exigir o uso dos mesmos conforme rotinas de fiscalização do Setor de Segurança de Trabalho. Logo, a CONTRATADA deverá atender às solicitações oriundas da equipe técnica da segurança do trabalho da prefeitura em casos de desconformidade, ou quando necessário.

A CONTRATADA deverá realizar toda a sinalização necessária para trabalho.

A CONTRATADA deve estar com todos os funcionários devidamente registrados de acordo com a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus funcionários, atos por eles praticados, e ainda, por eventuais danos pessoais e materiais causados ao Ente Público/Município ou a terceiros, quanto a seus bens e pertences, tanto durante a operação de trabalho quanto no deslocamento dos equipamentos, funcionários e dos resíduos das operações objeto deste contrato.





A CONTRATADA deverá prever, instalar e manter a sinalização e o isolamento dos locais de trabalho, inclusive, quando necessário, na via pública, de forma a prevenir danos pessoais ou materiais. Tais elementos devem atender rigorosamente a legislação e as normas pertinentes e aplicáveis.

#### **5.4 Subcontratação:**

Não será admitida a subcontratação do objeto licitado.

#### **5.5 Garantia da contratação:**

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

#### **5.6 Obrigações da Contratada:**

Compete à CONTRATADA:

- A empresa contratada deverá apresentar a ART - Anotação de Responsabilidade Técnica de Execução da Obra e o CNO - Cadastro Nacional de Obras, da obra de infraestrutura urbana para a devida aprovação do projeto de Construção junto ao Município;
- Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas no Termo de Referência e em sua proposta;
- Garantir a qualidade dos serviços e a conformidade com as normas técnicas vigentes, especialmente as da ABNT;
- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, os serviços, equipamentos e materiais efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;
- É de responsabilidade da proponente o conhecimento das características dos materiais relacionados no objeto desta licitação bem como da complexidade do fornecimento e execução dos serviços que correm às expensas do contratado;
- Executar os serviços objeto deste Contrato nas condições estabelecidas, respeitando os prazos fixados;
- Realizar e repassar todos os serviços necessários à perfeita execução do objeto contratado;
- Indicar, imediatamente à assinatura do Contrato e sempre que ocorrer alteração, um Preposto com plenos poderes para representá-la, administrativa ou judicialmente, assim como decidir acerca de questões relativas aos serviços, e atender aos chamados, principalmente em situações de urgência;





- Supervisionar os serviços realizados por sua equipe de trabalho, por meio do Preposto, que deverá visitar as dependências da contratante, se inteirando das condições de execução do serviço e promovendo as alterações necessárias;
- Fornecer todas as orientações, os materiais, ferramentas e equipamentos necessários à realização dos serviços, conforme especificações constantes deste Termo de Referência;
- Fornecer todo o pessoal técnico especializado necessário a fiel e perfeita execução dos serviços, bem como os encargos previdenciários, trabalhistas e outros de qualquer natureza decorrentes da execução do Contrato;
- Reparar, corrigir, remover, substituir ou refazer, às suas expensas, no todo ou em parte, os trabalhos nos quais forem detectados defeitos, vícios ou incorreções resultantes da prestação dos serviços, imediatamente ou no prazo estabelecido, sem qualquer custo adicional para a Contratante;
- Entregar os serviços, objeto deste Contrato dentro das condições estabelecidas e respeitando os prazos fixados;
- Executar o Contrato responsabilizando-se pela perfeição técnica dos serviços prestados;
- Utilizar, na execução dos serviços, somente profissionais qualificados, treinados e capacitados, observado o perfil básico exigido neste Termo de Referência;
- Cumprir os prazos previstos no Contrato ou outros que venham a ser fixados pela Contratante;
- Dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução do Contrato, durante toda a sua vigência, a pedido da Contratante;
- Executar os serviços com a devida cautela, de forma a garantir a segurança de informações, dados e equipamentos da Contratante;
- Manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar a Contratante, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a continuidade da contratação, bem como substituir os documentos com prazo de validade expirado.
- Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta;
- Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 10 (dez) dias, qualquer alteração de execução prevista neste termo;
- Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.





- Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de utilização da infraestrutura implantada e de qualificação exigidas.
- Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de atos praticados por seus colaboradores de forma culposa ou dolosa, e mesmo omissão destes na execução dos serviços, cujos efeitos impliquem risco para a segurança ou prejuízo para o serviço, não sendo excluída ou reduzida essa responsabilidade pela fiscalização do CONTRATANTE no acompanhamento destas atividades.
- Deverá apresentar ao CONTRATANTE, quando solicitado, informações, esclarecimentos e comprovantes referentes ao pagamento de salários e benefícios, às apólices de seguro contra acidentes de trabalho e à quitação de suas obrigações trabalhistas e previdenciárias, dentre outros, relativas aos seus colaboradores alocados na prestação dos serviços.
- Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização.
- Compromete-se, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013 e ao Decreto Estadual nº 67.301/2022, a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública.
- Responsabilizar-se por quaisquer tramitações e providências que se fizerem necessárias para obtenção de autorizações, alvarás, licenças e demais exigências similares junto à prefeitura do local dos serviços, assim como junto às concessionárias e demais órgãos oficiais, eventualmente necessárias para a execução dos serviços.
- Atender às exigências da legislação municipal, inclusive à que eventualmente surgir ou for modificada posteriormente à data da contratação.

#### **Observação:**

Em cumprimento ao disposto nos Decretos nº 11.630/2023 e nº 11.889/2024 e nas Resoluções da CIIAPAC, a presente contratação observará as regras referentes à obrigatoriedade, quando aplicável, de aquisição de produtos manufaturados nacionais e serviços nacionais, bem como à aplicação de margens de preferência, quando os itens estiverem expressamente previstos em resoluções da Comissão Interministerial de Inovações e Aquisições do PAC – CIIA-PAC.

#### **5.7 Obrigações e responsabilidades do Contratante**

Cabe ao CONTRATANTE:

- Notificar a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços, fixando-lhe, quando não pactuado, prazo para corrigi-la;
- Emitir a Ordem de Serviço;





- Expedir atestado de inspeção dos serviços prestados, que servirá como instrumento de avaliação do cumprimento das obrigações contratuais e constituirá documento indispensável para a liberação dos pagamentos;
- Atestar a execução do objeto contratado no documento fiscal correspondente;
- Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos funcionários da CONTRATADA, em relação aos serviços objeto do Contrato;
- Efetuar os pagamentos devidos à Contratada nas condições estabelecidas;
- Fiscalizar a execução do Contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- Fiscalizar e acompanhar os serviços, observando o fiel cumprimento das exigências constantes deste instrumento, o que não exclui e nem diminui a responsabilidade da Contratada com a execução, fiscalização e supervisão dos serviços por pessoas habilitadas;
- Solicitar o imediato afastamento de qualquer empregado da CONTRATADA, cujo comportamento ou capacidade técnica seja julgado inconveniente ou esteja em desconformidade com as disposições contratuais e legais;
- Sustar, no todo ou em parte, a execução dos serviços, sempre que a medida for considerada necessária;
- Transmitir à CONTRATADA, as instruções necessárias à realização dos serviços, complementares a este documento;
- Comunicar à CONTRATADA, imediatamente, a ocorrência de qualquer acidente com seus empregados;
- Decidir acerca das questões que se apresentarem durante a execução dos serviços;
- Arcar com as despesas de publicação do extrato deste Contrato, bem como dos termos aditivos que venham a ser firmados.
- Cumprir as obrigações previstas em contrato;
- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com os termos de sua proposta;
- Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

#### **5.8 Prazo do contrato:**

O prazo de vigência da contratação é de 24 (VINTE E QUATRO) MESES contados da data de assinatura do Contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021. O contrato oferece maior detalhamento





das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação.

#### **5.9 Visita técnica:**

As empresas participantes do certame poderão realizar visita técnica no local da obra. Caso a empresa opte por não a fazer, após a apresentação da proposta ou mesmo durante a execução dos serviços, se vencedora, não poderá alegar desconhecimento ou divergências das condições dos mesmos, como justificativa das condições do Edital da Licitação.

Apesar de facultativa, a visita técnica constitui uma etapa essencial de responsabilidade técnica prévia, que objetiva assegurar que a empresa proponente tenha pleno e direto conhecimento das condições reais do local, incluindo aspectos como topografia, características do solo, existência de redes de infraestrutura, acessos, entorno urbano, áreas de interferência e restrições ambientais. Além disso, permite que se avalie com precisão os desafios logísticos e operacionais da implantação do canteiro de obras, como zoneamento de frentes de trabalho, áreas de circulação de veículos e armazenamento de materiais. A visita possibilita que sejam identificadas inconsistências ou limitações não evidentes nos projetos e memoriais fornecidos, permitindo maior acurácia na precificação, na definição de métodos executivos e no planejamento físico-financeiro da proposta.

A ausência de visita técnica pode resultar em propostas subdimensionadas, excessivamente genéricas ou tecnicamente incompatíveis com as condições reais.

#### **6. Modelo de execução do objeto:**

O modelo de execução das obras de infraestrutura propostas encontra-se pormenorizado no Projeto Básico, na Planilha Orçamentária, no Memorial Descritivo e no Cronograma de Execução e demais anexos deste Termo de Referência.

O prazo para início da execução dos serviços será de 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS após a emissão da Ordem de Serviço.

O prazo de execução dos serviços será de 12 (DOZE) MESES, conforme Cronograma Físico-Financeiro, apêndice deste Termo de Referência.

A execução será permitida após a emissão da Ordem de Serviço.

#### **LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

Avenida Comendador Luiz Fittipaldi, Trecho-01 (próximo a Vila Santa), e Trecho-02 (próximo ao Jd. Eldorado e Vila São Geraldo), Rua José Lourenço Blanco (próximo a Vila Santa Terezinha e COHAB III), Município E Comarca De São Manuel / SP.

#### **COORDENADAS:-**

Avenida Comendador Luiz Fittipaldi, Trechos-01 - 22°44'03,10"S, 48°33'38,01"O

Avenida Comendador Luiz Fittipaldi, Trechos-02 - 22°44'01,69"S, 48°33'26,40"O





Rua José Lourenço Blanco - 22°43'58,34"S, 48°33'41,35"O

#### **7. Modelo de gestão do contrato:**

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de prestação do serviço.

A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

A existência e a atuação do GESTOR ou do FISCAL DO CONTRATO em nada restringe a responsabilidade a que se obriga a CONTRATADA por força do contrato firmado com o CONTRATANTE.

#### **Fiscalização:**

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos indicados pela Contratante.

#### **Fiscalização Técnica:**





O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

#### **Gestor do Contrato:**

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.





O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

O fiscal do contrato será o servidor Eugênio Augusto Innocenti, Técnico em Edificações.

O gestor do contrato será o servidor Marcelo Aparecido de Arruda, Engenheiro Civil.

#### **8. Critérios de medição e pagamento:**

Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a CONTRATADA apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada. Nos contratos de obras e serviços de engenharia, sempre que compatível com o regime de execução, a medição será mensal.

A cada medição, a contratada apresentará o Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão de Regularidade expedida pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, com prazos de validade vigentes, referentes à CNO da respectiva obra, conforme o caso, bem como da comprovação do recolhimento do ISS, referente aos serviços no município onde está sendo executado.

O contrato oferece maior detalhamento da documentação que deve ser apresentada pela CONTRATADA para o recebimento das medições.

A avaliação da execução do objeto utilizará de Laudos de Vistoria para aferição da qualidade da prestação dos serviços.

Os materiais aplicados na obra serão inspecionados pela FISCALIZAÇÃO do Departamento de Engenharia e poderão ser rejeitados quando se encontrarem fora das especificações técnicas definidas e/ou em desacordo com normas vigentes. É indispensável também que os materiais empregados sejam de primeira qualidade (excluindo-se produtos similares e de segunda linha e os que não tenham as especificações técnicas de produtos de primeira qualidade) e seu manuseio deverá respeitar os respectivos manuais e especificações técnicas de seus fabricantes.





Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

- A. Não produziu os resultados acordados;
- B. Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
- C. Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

O pagamento será realizado após a efetiva execução dos serviços solicitados neste Termo de Referência e outros documentos que compõem o escopo da obra.

A aprovação do serviço estará sujeita à aprovação do fiscal e/ou gestor do contrato, sendo que eventuais irregularidades serão apontadas ao representante da CONTRATADA, que deverá providenciar, no prazo a ser estipulado pela CONTRATANTE, as devidas correções sem qualquer ônus a esta última.

#### **Prazo de pagamento:**

A licitante vencedora apresentará à Prefeitura Municipal de São Manuel a nota fiscal/fatura e a Prefeitura Municipal de São Manuel providenciará o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da entrega efetiva de cada um dos serviços (em função da aprovação do fiscal e/ou gestor do contrato), após apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelos servidores responsáveis, mediante depósito(s) em conta corrente em nome da CONTRATADA, a ser informada no momento da assinatura do Contrato em formulário próprio (preferencialmente Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal).

Obrigatoriamente deverá ser emitida apenas 01 (uma) Nota Fiscal para cada pedido de compra, em caso de dúvida, entrar em contato com a diretoria solicitante e/ou gestor do contrato.

A nota fiscal/fatura não aprovada pela Prefeitura será devolvida ao licitante vencedor para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se novo prazo a partir da data de sua representação.

A devolução da nota fiscal/fatura não aprovada pela Prefeitura Municipal de São Manuel em hipótese alguma servirá de pretexto para que a empresa suspenda a execução dos serviços.

Demais condições serão descritas em contrato.

#### **Forma de pagamento:**

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.





Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**Antecipação de pagamento:**

Não se aplica a este objeto.

**9. Critérios de seleção do fornecedor:**

**9.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

O regime de execução será EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

Os preços propostos deverão incluir todas as despesas relativas ao serviço, como os operacionais, incidências fiscais, encargos financeiros, previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto contratado/registrado.

**9.2 Exigências de habilitação:**

As habilitações e qualificações serão regidas conforme o respectivo edital, devendo os licitantes as cumprir em sua integralidade.

**9.3 Outras comprovações (Exigência APÓS assinatura do contrato):**

**Equipe técnica mínima disponível**

Serão exigidos, no mínimo, os seguintes profissionais:





PROFISSIONAL	QUANTIDADE
Engenheiro Civil (Resp. Técnico)	1
Mestre de obras	2
Encarregado de obras	1
Pedreiro	5
Servente	5
Armador	2
Carpinteiro	2
Operador de motoniveladora	2
Operador de pá-carregadeira	2
Operador de escavadeira hidraulica	1
Operador Rolo compactador liso	1
Operador Rolo compactador pneumático	1
Operador Vibro acabadora de asfalto	1
Operador Caminhões Basculantes	4
Operador Caminhões pipa	1
Técnico de Segurança do Trabalho	1

A apresentação da equipe técnica disponível permite à administração verificar a capacidade operacional imediata da empresa para executar os serviços previstos no contrato. Isso é especialmente importante em obras habitacionais deste porte, nas quais há necessidade de mobilização simultânea de recursos em várias frentes de trabalho (fundações, alvenaria, instalações, acabamentos).

Essa exigência evita a contratação de empresas que não dispõem dos meios logísticos, técnicos ou humanos necessários, o que poderia comprometer os prazos, o cronograma físico-financeiro e a qualidade da entrega. Comprovar a disponibilidade de máquinas, ferramentas e equipe técnica devidamente qualificada traz segurança à Administração Pública e evidencia o compromisso do licitante com a plena execução da obra.

#### **10. Estimativas do valor da contratação:**

O custo estimado total da contratação é de R\$ 6.891.334,17 (Seis milhões, oitocentos e noventa e um mil, trezentos e trinta e quatro reais e dezessete centavos), conforme custos unitários apostos em planilha orçamentária.

#### **11. Adequação orçamentária:**

O objeto da contratação está previsto orçamento do exercício vigente, com recursos orçamentários alocados conforme fichas contábeis ao longo do processo administrativo.





MUNICÍPIO DE  
**SÃO MANUEL**



**SECRETARIA DE  
ADMINISTRAÇÃO**  
SETOR DE LICITAÇÕES

**ANEXO II - PROPOSTA**

**CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90005/2026**

Razão Social do Proponente: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_ Inscr. Estadual: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Conforme Edital

VALOR TOTAL DA PROPOSTA COMERCIAL: R\$ ..... (.....).

A licitante declara que adotou **Bonificações e Despesas Indiretas (BDI)** de: \_\_\_\_\_% (.....).

A licitante declara que adotou **Encargos Sociais (ES)** de \_\_\_\_\_% (.....).

A licitante Declara, sob as penas da lei, que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação.

A licitante Declara que, por ser de seu conhecimento, atende e se submete a todas as condições do EDITAL e Anexos, relativos a licitação supra, bem como às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas complementares que disciplinam o certame e que integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

A licitante Declara, sob as penas da lei, que tem condições de prestar o serviço licitado, nos exatos termos da especificação contida nos Anexos deste Edital, independentemente de demais compromissos porventura anteriormente firmados, inclusive no que tange à disponibilização de mão de obra.

A licitante apresenta anexo à esta proposta comercial, as Planilhas de composição de preços e Cronograma Físico Financeiro, conforme modelos em anexo, adequados ao valor de sua proposta.

Prazo de validade da proposta: 60 (sessenta) dias, a contar da data de realização da sessão de abertura da licitação.

DATA: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2026

\_\_\_\_\_  
nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador





**ANEXO III**

**DECLARAÇÃO GERAL**

**Concorrência Eletrônica nº 90005/2026**

**Processo Administrativo n.º 3071/1/2026**

A \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_ **DECLARA:**

1. que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação;
2. para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezois anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
3. que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
4. que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública;
5. que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação;
6. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;
7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88;
8. que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições





análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

9. que na composição societária não existe participação de dirigente e/ou empregados da entidade promotora da licitação;

10. os profissionais vinculados a ela não participaram e não possuem responsabilidade pela elaboração dos projetos;

11. que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual;

12. o e-mail: \_\_\_\_\_, como sendo o oficial da licitante para recebimento de comunicações, convocações, notificações, envio do termo de contrato/ata de registro de preços, e pedidos de compra.

13. os dados do representante legal da licitante que deverão constar no contrato para formalização são: Nome : \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_, RG: \_\_\_\_\_, Cargo: \_\_\_\_\_.

(LOCAL DO ESTABELECIMENTO), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

\_\_\_\_\_  
(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)





MUNICÍPIO DE  
**SÃO MANUEL**



**SECRETARIA DE  
ADMINISTRAÇÃO**  
SETOR DE LICITAÇÕES

**ANEXO IV**

**DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DO(S) RESPONSÁVEL(IS) TÉCNICO(S)**

**Concorrência Eletrônica nº 90005/2026**

**Processo Administrativo n.º 3071/1/2026**

A empresa \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, neste ato relaciona os técnicos que ficarão vinculados a execução do objeto em questão, bem como, informar estar ciente de que, em caso de necessidade de substituição de referidos profissionais, está obrigada a substituí-los por profissionais de experiência equivalente ou superior, nos termos do art. 67, parágrafo 6º da Lei Federal 14133/2021.

**NOME:**

**QUALIFICAÇÃO:**

(LOCAL DO ESTABELECIMENTO), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

\_\_\_\_\_  
(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)





MUNICÍPIO DE  
**SÃO MANUEL**



**SECRETARIA DE  
ADMINISTRAÇÃO**  
SETOR DE LICITAÇÕES

**ANEXO V**

**DECLARAÇÃO DE VISTORIA**

**Concorrência Eletrônica nº 90005/2026**

**Processo Administrativo n.º 3071/1/2026**

A empresa \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA que compareceu, ao(s) local(is) da(s) obra(s), para vistoria *in loco*, bem como, obter as informações que entendeu necessárias para o perfeito conhecimento do objeto desta licitação, e que está ciente de todas as condições gerais e peculiares do(s) local(is) de execução.

(LOCAL DO ESTABELECIMENTO), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

\_\_\_\_\_  
(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)





**ANEXO VI**

**DECLARAÇÃO DE OPÇÃO POR NÃO REALIZAR VISTORIA TÉCNICA**

**Concorrência Eletrônica nº 90005/2026**

**Processo Administrativo n.º 3071/1/2026**

A empresa \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a).\_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA que tem plena ciência de que tinha possibilidade de fazer a vistoria técnica, mas ciente dos riscos e consequências envolvidos, optou por não fazê-la e por formular a Proposta Comercial sem a realização da vistoria, e que no decorrer da execução contratual não poderemos alegar qualquer desconhecimento de questões técnicas que poderiam ter sido verificadas por ocasião da vistoria.

(LOCAL DO ESTABELECIMENTO), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

\_\_\_\_\_  
(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)





**ANEXO VII – Minuta de Termo de Contrato**

**TERMO DE CONTRATO QUE TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA XXXXXXXXXXXX.**

**Contrato nº XXXX/202X**

**Processo Administrativo nº 3071/2026 – Concorrência Eletrônica nº 90005/2026**

**Valor total: R\$ XXXXXX.**

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE SÃO MANUEL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Dr. Júlio de Faria, nº 518, Centro, na Cidade de São Manuel, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF nº 46.634.523/0001-90, neste ato representado por XXXXXXXX, (CARGO), brasileiro(a), portador(a) da cédula de identidade RG nº XXXXXXXX XXX/XX e do CPF/MF sob nº XXXXXXXXXX, doravante designado simplesmente por **CONTRATANTE**, e de outro lado, **XXXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF n.: XXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXX, nº XXXXXX, XXXXXXXX, XXXXXXXX/XXXX – CEP: XXXXX, neste ato representada por **XXXXXXXXXXXXXX**, brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG n.: XXXXXXXX XXX/XX e inscrito(a) no CPF/MF nº.: XXXXXXXXXX, com endereço na na XXXXXXXXXX, nº XXXXXX, XXXXXXXX, XXXXXXXX/XXXX – CEP: XXXXX, citada adiante designada como **CONTRATADA**, têm entre si, de acordo com os elementos constantes na Concorrência Eletrônica nº. 90005/2026 – Processo Administrativo Digital nº. 3071/2026, e ainda com fundamento na Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável, têm entre si como justo e contratado o objeto do presente instrumento que regerá pelas disposições do edital e seus anexos, da proposta de preços e das cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

**1.1.** O presente contrato tem como objeto a contratação de empresa XXXXXXXXXXXX.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS DO CONTRATO**

**2.1.** Obedecendo a programação fixada no Cronograma Físico-Financeiro, os prazos serão contados em dias úteis, e se iniciarão a partir da data fixada na Ordem de Início de Serviços emitida pelo gestor do contrato e para todos os efeitos, se darão da seguinte forma:

**2.1.1.** Para início: A execução dos serviços contratados se iniciarão em até 5 (cinco) dias úteis após a data fixada na ordem de início de serviços;

**2.1.2.** Para conclusão da obra: XXXXXXXXXXXXXXXXX, respeitado o cronograma de execução, contados a partir da data fixada na ordem de início de serviços.

**2.1.3.** O presente contrato vigorará pelo prazo de XXXXXXXX, contados contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.2.** A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pelo Gestor do Contrato, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

**a)** Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração concorda com a prorrogação do presente contrato, com a indicação do tempo que deverá ser prorrogado;

**b)** Haja manifestação expressa do contratado, com a apresentação dos motivos e justificativa para necessidade de prorrogação;

**c)** Apresentação do novo Cronograma Físico-Financeiro.

**2.3.** A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

**2.4.** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.





### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR**

**3.1.** O valor total do presente contrato é de R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXX), no qual se incluem, além do lucro, todos os custos diretos e indiretos relativos à prestação dos serviços objeto do contrato, inclusive despesas com materiais, equipamentos, transportes, fretes, mão de obra (especializada ou não), remuneração, instalação de canteiros fornecimento e instalação de placas, ensaios, bem como todos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, ou quaisquer outros custos e encargos decorrentes ou que venham a ser devidos em razão da prestação dos serviços.

**3.2.** Vinculam a esta contratação, independentemente de transcrição:

**3.2.1.** O Termo de Referência;

**3.2.2.** O Edital da Licitação;

**3.2.3.** A Proposta do contratado;

**3.2.4.** Cronograma Físico-Financeiro;

**3.2.5.** Memorial Descritivo;

**3.2.6.** Planilhas e Projetos;

**3.2.6.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

### **CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**4.1.** O regime de execução da obra e serviços especificados no Termo de Referência e Memorial Descritivo será indireto, na modalidade de empreitada por preço global, com fornecimento de material e mão de obra a ser executado.

**4.2.** Para todos os efeitos de direito, para melhor caracterização de execução da obra e serviços, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este CONTRATO os documentos anexos ao edital, e, em especial os seguintes: proposta da CONTRATADA, projetos, caderno de especificações (termo de referência/memorial descritivo), planilha de serviços e quantitativos (custos unitários e percentuais), cronograma físico financeiro de desenvolvimento da obra e serviços.

**4.3.** A execução do CONTRATO será disciplinada pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis às obrigações ora contraídas, especialm nte a Lei Federal nº. 14. 133 de 1 ° de abril de 2021 , aplicando-se supletivamente os princípios a teoria geral dos contratos e as regras de Direito Privado.

### **CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

**5.1.** Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias corridos, a contar da liquidação da nota fiscal e/ou fatura , obedecida a ordem cronológica de sua exigibilidade/apresentação da fatura/Nota Fiscal.

**5.2.** Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

**5.3.** As medições serão efetuadas a cada 30 (trinta) dias pela FISCALIZAÇÃO e consistirão no levantamento das quantidades executadas e concluídas de cada serviço, respeitando o cronograma físico financeiro e sobre as quais incidirão os correspondentes preços.

**5.3.1.** Somente serão medidos os serviços executados, concluídos e aceitos pela fiscalização, podendo esta glosar a medição caso a CONTRATADA não atinja os quantitativos previstos no cronograma físico financeiro de cada etapa.

**5.4.** Quando se tratar de obras pagas através de convênios, termos de repasse ou outros meios equivalentes, as medições e pagamentos deverão respeitar as metas, regras, periodicidade e cronograma de desembolso estipulado pelo convenio, termo de repasse ou equivalente, que constam em anexo ao edital, e neste caso a fiscalização só autorizará a CONTRATADA a emitir a(s) fatura(s) após o cumprimento das metas previstas no convenio para liberação da verba.





**5.4.1.** Caso o cronograma de desembolso do convenio, termo de repasse ou equivalente, englobe em suas metas mais de um mês previsto no cronograma físico financeiro da obra, a CONTRATADA poderá apresentar suas medições mensais, porém estas só serão aprovadas e atestadas pela fiscalização após o cumprimento das metas previstas pelo convenio, termo de repasse ou equivalente, e só então poderá ser emitida a nota fiscal/fatura.

**5.4.2.** Caso nas regras do convenio, termo de repasse ou equivalente, prescinda de liberação formal por estes da medição, para repasse das verbas, as medições só serão aprovadas para emissão da nota fiscal/fatura pela CONTRATADA após vencido o tramite previsto.

**5.5.** A CONTRATANTE terá prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da realização da medição, para expedição do EMPENHO, que propiciará a emissão da fatura/Nota Fiscal pela CONTRATADA, ressalvado as situações previstas na cláusula 5.4. deste contrato.

**5.5.1.** Caso haja necessidade de a autorização ser emitida pelo Compromitente, Conveniente ou terceiro indicado por estes, nos termos de compromisso ou de convenio firmados, a CONTRATADA deverá aguardar a autorização destes para emitir a fatura/nota fiscal.

**5.6.** A devolução de qualquer fatura/Nota Fiscal por desconformidade com a medição ou descumprimento de condições contratuais em hipótese alguma servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda a execução dos serviços.

**5.7.** Para pagamento é necessário que a CONTRATADA, além da execução dos serviços registrados pelas medições tenha cumprido todas as outras exigências contratuais e atendido eventuais requisições da fiscalização, sem o que as fatura/Nota Fiscais não serão aceitas.

**5.8.** A CONTRATADA deverá apresentar, a cada pedido de pagamento, os documentos a seguir discriminados, para verificação de sua regularidade fiscal perante os órgãos competentes:

- a)** Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - F.G.T.S., fornecido pela Caixa Econômica Federal;
- b)** Certidão conjunta negativa de débitos relativos a tributos federais, regularidade social e a dívida ativa da União;
- c)** Certidão negativa de Débitos da fazenda Municipal (apenas tributos mobiliários do domicílio ou sede do licitante), na forma da lei;
- d)** Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
- e)** Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura devidamente atestada ;

**5.9.** Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

**5.10.** Por ocasião de cada pagamento, serão feitas as retenções eventualmente devidas em função da legislação tributária.

**5.11.** A não apresentação de certidões negativas de débito, ou na forma prevista no subitem 5.8, não impede o pagamento, porém será objeto de aplicação de penalidade por descumprimento contratual ou rescisão contratual, conforme o caso.

**5.12.** A CONTRATADA deverá apresentar documento com as devidas discriminações referentes aos valores de materiais e mão de obra, sob pena de RETENÇÃO PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL na forma da lei.

**5.13.** A expedição do EMPENHO e o pagamento realizado pela CONTRATANTE não isentarão a CONTRATADA das responsabilidades contratuais e nem implicarão na aceitação provisória ou definitiva da obra/serviços.

**5.14.** A não aceitação da obra/serviço ou parcela de obra/serviço e a prorrogação do prazo de validade de sua conclusão, sem a correspondente alteração da validade da garantia, quando for o caso, acarretarão a suspensão imediata do pagamento, independentemente das demais prescrições legais.





**5.15.** As despesas decorrentes deste edital correrão por conta dos recursos orçamentários do exercício financeiro vigente, conforme Funcional Programática: 15.451.2011.1004 – Categoria Econômica: 4.4.90.51 e Funcional Programática: 17.512.2010.1004 – Categoria Econômica: 4.4.90.51.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**6.1.** A CONTRATANTE manterá profissional/comissão legalmente habilitado(s) para acompanhar a execução do objeto do presente CONTRATO, exercendo a fiscalização em todos os seus aspectos, competindo-lhe ainda a verificação e a liberação dos serviços, para fins de pagamento e demais exigências legais, inclusive para o RECEBIMENTO PROVISÓRIO da obra, mantendo tudo devidamente anotado no DIÁRIO DE OBRA.

**6.2.** Poderá a CONTRATANTE se valer de assessoramento de profissionais ou de empresas especializadas para a execução deste mister.

**6.3.** A presença da fiscalização da CONTRATANTE não diminui ou exclui qualquer obrigação/responsabilidade da CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS GARANTIAS CONTRATUAIS**

**7.1.** O contratado apresentará, antes da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por seguro-garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, no valor de R\$ xxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxx), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total contratado.

**7.2.** Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter vigência de XXXXXX meses.

**7.3.** A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

**7.4.** Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 7.5 deste contrato.

**7.5.** Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

**7.6.** Sempre que o valor contratual for aumentado ou o contrato tiver sua vigência prorrogada, a CONTRATADA será convocada a reforçar a garantia, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, de forma a que corresponda sempre a mesma percentagem estabelecida.

**7.6.1.** O não cumprimento do disposto na cláusula supra, ensejará aplicação das penalidades estabelecidas na cláusula 15.2.5 deste contrato

**7.7.** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

**7.7.1.** Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

**7.7.2.** Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao contratado; e

**7.8.** A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados, observada a legislação que rege a matéria.

**7.9.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica a ser indicada pelo Setor de Tesouraria da Prefeitura de São Manuel.

**7.10.** Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

**7.11.** No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.





**7.12.** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

**7.13.** O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

**7.14.** O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**7.15.** Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

**7.16.** Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

**7.17.** A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

**7.18.** O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao contratado.

**7.19.** O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

**7.20.** A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

**7.21.** Poderá a CONTRATANTE descontar da garantia toda importância que, a qualquer título, lhe for devida pela CONTRATADA inclusive as multas aplicadas à empresa CONTRATADA.

**7.22.** Desfalcada a garantia prestada pela imposição de multas e/ou outro motivo de direito, será notificada a CONTRATADA, para, no prazo de 5 (cinco dias) úteis, complementar o valor, sob as penas previstas no item 15.2.5 deste contrato.

**7.23.** A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após o RECEBIMENTO DEFINITIVO DA OBRA, condicionada à inexistência de multa e/ou qualquer outra pendência e mediante requerimento da CONTRATADA.

**7.24.** A liberação ou restituição da garantia não isenta a CONTRATADA das responsabilidades, nos termos das prescrições legais.

**7.25.** A garantia poderá ser substituída, mediante requerimento da interessada, respeitadas as modalidades referidas no artigo 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE E DA REPACTUAÇÃO**

**8.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de mínimo de 01 (um) ano contado da data da proposta reajustada.

**8.2.** Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional da Construção Civil (INCC), publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**8.2.1.** O reajuste será calculado em conformidade com a legislação vigente, e de acordo com a seguinte fórmula:





$$R = R_o \times \left[ \left( \frac{INCC}{INCC_o} \right) - 1 \right]$$

**Onde:**

**R** = valor remanescente do Contrato reajustado;

**R<sub>o</sub>** = valor remanescente do Contrato;

**INCC/INCC<sub>o</sub>** = variação do INCC/FGV - Índice Nacional da Construção Civil - Fundação Getúlio Vargas, ocorrida no período entre o mês de referência de preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste.

**8.3.** Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA de forma expressa ao Gestor do presente contrato, que irá analisar e decidir sobre o pedido, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento do pedido pelo Gestor.

**8.3.1.** Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

**8.4.** O saldo contratual sobre o qual incidirá o reajuste será informado pelo Gestor do contrato.

**8.4.1.** Na apuração do saldo contratual para incidência do reajuste serão deduzidos, além dos serviços medidos e pagos até o momento de aquisição do direito ao reajuste, os serviços previstos em cronograma físico-financeiro não executados por culpa exclusiva da CONTRATADA.

**8.5.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**8.6.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**8.7.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**8.8.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser(em) determinado(s) pela legislação então em vigor.

**8.9.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**8.10.** Os valores contratados poderão ser repactuados em decorrência de eventual de fato que eleve o custo dos bens nas seguintes situações:

**8.10.1.** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

**8.10.2.** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

**8.11.** A repactuação deverá ser precedida de solicitação da CONTRATADA de forma expressa ao Gestor do presente contrato, que irá analisar e decidir sobre o pedido, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento do pedido pelo Gestor.

**8.12.** Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o valor contratado, a Administração poderá atualizar o valor contratado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

**8.13.** O reajuste e a repactuação serão realizados por Termo Aditivo.

**CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**





**9.1.** A CONTRATADA, além de responder, civil e criminalmente, por todos os danos que venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar para a CONTRATANTE e/ou para terceiros, é obrigada a executar a obra e serviços em perfeitas condições, utilizando a melhor técnica e de acordo com os Edital da Licitação bem como seus anexos, em estrita obediência à legislação vigente, às disposições aplicáveis e às determinações da Fiscalização.

**9.2.** Caberá ainda à CONTRATADA:

**9.2.1.** Arcar com todas as despesas referentes ao fornecimento de materiais, mão-de-obra (especializada ou não), máquinas, ferramentas, equipamentos, transporte em geral, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, fiscais, comerciais e contribuições de qualquer natureza e quaisquer outras despesas que se apresentarem e se fizerem necessárias;

**9.2.2.** Observar a legislação vigente sobre a proteção do meio ambiente, as determinações das autoridades competentes, bem como respeitar e fazer com que sejam respeitadas, nos locais dos serviços, a disciplina, a segurança do trabalho e as regras de higiene estabelecidas na legislação em vigor;

**9.2.3.** Manter os locais de trabalho permanentemente limpos e desimpedidos;

**9.2.4.** Facilitar todas as atividades da CONTRATANTE, fornecendo informações e elementos relativos aos serviços executados ou em execução;

**9.2.5.** Atender prontamente às reclamações da CONTRATANTE, executando, refazendo e corrigindo, quando for o caso e às suas expensas, as partes dos serviços que não atenderem às especificações/normas técnicas exigidas e a qualidade estabelecida;

**9.2.6.** Quanto à qualidade dos materiais, se obriga também, de um lado, a pagar as despesas relativas a laudos técnicos e a exames em ensaios de materiais a serem empregados na obra, que serão realizados em local determinado pela CONTRATANTE, e, de outro, a utilizar os materiais de marcas indicadas, ou aceitas pela Fiscalização, substituindo inclusive aqueles já instalados;

**9.2.7.** Sujeitar-se à análise e estudos dos projetos, caderno de especificações (memorial descritivo), planilha de serviços e quantitativos (custos unitários e percentuais) e dos demais documentos que os complementam, fornecidos pela CONTRATANTE, para execução dos serviços, não se admitindo, em qualquer hipótese, a alegação de ignorância, defeito ou insuficiência de tais documentos, nem mesmo pedido de ressarcimento por despesas de custos e/ou serviços não cotados. Na hipótese de serem constatados quaisquer discrepâncias, omissões ou erros, inclusive transgressão às normas técnicas, regulamentos ou leis em vigor, deverá ser comunicado o fato, por escrito, à CONTRATANTE, para que os defeitos sejam sanados;

**9.2.8.** Submeter-se ao controle periódico das atividades constantes do Cronograma Físico-Financeiro, atendendo à convocação da CONTRATANTE, para reunião de avaliação;

**9.2.9.** Manter, no local dos serviços, o Diário de Obras, em 03 (três) vias, onde tanto a CONTRATADA como a CONTRATANTE deverão registrar tudo o que julgarem conveniente, para a comprovação real do andamento dos serviços e execução dos termos do CONTRATO;

**9.2.10.** Manter, durante toda a execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**9.2.11.** Não alojar seu pessoal de produção na área da obra da CONTRATANTE, a não ser vigias e seguranças, em número previamente limitado pela CONTRATANTE;

**9.2.12.** Fornecer e colocar placa indicativa da obra, conforme modelo fornecido pela CONTRATANTE;

**9.2.13.** Proceder à remoção de entulhos, bem como retirada de máquinas, equipamentos, instalações e demais bens de sua propriedade para fora dos próprios da CONTRATANTE, após a lavratura do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO e dentro do prazo fixado pela CONTRATANTE;

**9.2.14.** Manter a obra e serviços executados em perfeitas condições de conservação e funcionamento, até a lavratura do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO;

**9.2.15.** Manter a guarda e a vigilância da obra/serviços até a lavratura do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, inexistindo, por parte da CONTRATANTE, qualquer responsabilidade por furtos, roubos, e travios ou deteriorações;





**9.2.16.** Responsabilizar-se por quaisquer diferenças, erros ou omissões em que vier a fornecer à CONTRATANTE;

**9.2.17.** Responsabilizar-se pelo pagamento das indenizações e reclamações decorrentes de danos que causar, por dolo ou culpa, a empregados ou bens da CONTRATANTE ou a terceiros, entendendo-se como seus os atos praticados por aqueles que estiverem sob sua responsabilidade;

**9.2.18.** Responsabilizar-se por apólice de seguro contra acidentes, de modo a cobrir danos de qualquer natureza, inclusive contra incêndio, caso fortuito ou força maior, válida para todas as suas instalações, equipamentos, materiais, canteiro de obras e pessoal sob sua responsabilidade, bem como danos pessoais e materiais contra terceiros.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DO PESSOAL DA CONTRATADA**

**10.1.** Nos serviços a serem executados, a CONTRATADA empregará pessoal, quer de direção, quer de execução, de reconhecida competência e aptidão, sendo a mesma considerada como única e exclusiva empregadora.

**10.2.** A CONTRATANTE poderá exigir a substituição de qualquer empregado da CONTRATADA julgado incompetente, inábil ou prejudicial à disciplina, sem responsabilidade ou ônus para a CONTRATANTE.

**10.3.** A substituição do profissional responsável ou de qualquer integrante da equipe técnica deverá ser previamente aceita pela CONTRATANTE, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, indicando o substituto e o número de seu registro, fazendo-se acompanhar do respectivo currículo.

**10.4.** A CONTRATADA não poderá contratar pessoal que seja servidor da CONTRATANTE.

**10.5.** A CONTRATADA deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

**10.6.** A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, solicitar da CONTRATADA a documentação referente aos contratos de trabalho de seus empregados e dos empregados da(s) sub CONTRATADA(s), que se encontrarem trabalhando no local da obra.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**11.1.** A CONTRATANTE se compromete a executar todas as obrigações contidas no Termo de Referência e seus anexos do Edital, cabendo-lhe especialmente:

**11.1.1.** Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste Contrato e das disposições legais que a regem;

**11.1.2.** Realizar o acompanhamento do presente contrato, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;

**11.1.3.** Proporcionar todas as condições necessárias à boa execução dos serviços contratados e liberar as áreas destinadas ao serviço

**11.1.4.** Exercer a fiscalização dos serviços, indicando, formalmente, o gestor e/ou o fiscal, para acompanhamento da execução contratual, inclusive no que tange a mão de obra que o integra, acompanhando a sua presença, fornecimento dos materiais, manutenção e etc, realizando a supervisão das atividades desenvolvidas pela CONTRATADA e efetivando avaliação periódica;

**11.1.5.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito;

**11.1.6.** Empenhar os recursos necessários aos pagamentos e efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no presente contrato;

**11.1.7.** Aplicar as penalidades previstas neste contrato, em caso de descumprimento pela CONTRATADA de quaisquer cláusulas estabelecidas;

**11.1.8.** Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições requeridas para a contratação;





**11.1.9.** Atestar a execução e a qualidade dos serviços prestados, indicando qualquer ocorrência havida no período, se for o caso, em processo próprio, onde será juntada a Nota Fiscal/Fatura a ser apresentada pela CONTRATADA, para fins de pagamento;

**11.1.10.** Emitir os Termos de Recebimentos Provisório e Definitivo nos prazos e condições estipulados na CLAUSULA DÉCIMA QUARTA.

**11.2.** A fiscalização dos serviços pelo CONTRATANTE não exime, nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - TRANSFERÊNCIA E SUBCONTRATAÇÃO**

**12.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**13.1.** Este CONTRATO poderá ser alterado nos termos do disposto nos artigos 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/21, mediante o correspondente Termo Aditivo.

**13.2.** Os preços unitários para serviços decorrentes de modificações do projeto ou das especificações, para efeito de acréscimos, serão os que houverem sido contemplados no contrato, ou quando nele não existirem, deverão ser aqueles constantes do mercado aplicado o desconto percentual da proposta CONTRATADA.

**13.3.** O as alterações contratuais deverão ser instruídas com o Cronograma Físico-Financeiro reprogramado, resultante da alteração, caso este seja impactado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - RECEBIMENTO DA OBRA**

**14.1.** O objeto contratual será recebido consoante as disposições do artigo 140, da Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas pertinentes.

**14.2.** Concluída a obra, inclusive os serviços eventualmente autorizados em aditamento, e estando os mesmos em perfeitas condições e verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, serão recebidos provisoriamente pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, dentro de 15 (quinze) dias corridos da comunicação escrita por parte da CONTRATADA, que lavrará o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, com validade de 60 (sessenta) dias, assinado também pelo preposto da CONTRATADA.

**14.3.** Decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias do RECEBIMENTO PROVISÓRIO, caso os serviços de correção de irregularidades que porventura foram verificadas durante esse prazo e tiverem sido executados e aceitos pela Fiscalização e com o devido atendimento das exigências contratuais, será lavrado o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, no prazo de até 15 (quinze) dias.

**14.4.** A Emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, está condicionado ao atendimento das exigências contratuais e ainda à limpeza dos locais abrangidos pela execução dos serviços.

**14.5.** O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PENALIDADES PELAS INFRAÇÕES CONTRATUAIS E INADIMPLÊNCIA DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS**

**15.1.** Com fulcro no art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**15.1.1.** advertência;

**15.1.2.** multa;





**15.1.3.** impedimento de licitar e contratar;

**15.1.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**15.2.** A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades pecuniárias:

**15.2.1.** Multa 1 % (um por cento) sobre o valor do Contrato por dia de atraso no início da prestação de serviços, até o máximo de 20 (vinte) dias.

**15.2.2.** No caso de atraso por período superior a 20 (vinte) dias, poderá ser promovida, a critério exclusivo da CONTRATANTE, a rescisão contratual, por culpa da CONTRATADA devido a inexecução total do contrato, aplicando-se a pena de multa de 30% (trinta por cento) do valor total do Contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

**15.2.3.** Multa por inexecução parcial do contrato: 20% (vinte por cento), sobre o valor mensal da parcela não executada, caso esta cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo poderá ainda ocorrer a aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

**15.2.4.** Multa por inexecução total do contrato: 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, além da possibilidade de aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

**15.2.5.** A diminuição do ritmo da obra/serviços por culpa exclusiva da CONTRATADA e o não atendimento às determinações da CONTRATANTE, nos prazos a serem fixados para adequação ao cronograma de obra, contados do recebimento da notificação, sujeitarão a CONTRATADA às sanções de Advertência, não sendo corrigido ou na reincidência caberá a aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, que incidirá sobre o valor global do CONTRATO, considerando, para tanto, eventuais reajustamentos.

**15.2.6.** Pelo descumprimento das obrigações contratuais de baixa gravidade, assim consideradas aquelas que não impliquem em inexecução total ou parcial do objeto com multas autônomas previstas nos itens anteriores, a Administração aplicará primeiramente às sanções de Advertência, caso persista o descumprimento ou na reincidência, caberá a aplicação de multa de 0,5% (meio por cento) por ocorrência.

**15.2.6.1.** Considera-se reincidência cada nova notificação para correção de eventual descumprimento de obrigações contratuais que não tenha sido atendido no prazo especificado.

**15.2.7.** As multas são autônomas e aplicação de uma não exclui a de outras.

**15.2.8.** As multas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos e/ou da garantia prestada.

**15.2.9.** Na hipótese do pagamento das multas não ocorrer na forma prevista no parágrafo anterior, escoado o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento, pela CONTRATADA, da respectiva notificação, a cobrança será objeto de medidas administrativas e/ou judiciais cabíveis, incidindo correção monetária no período compreendido entre o dia imediatamente posterior à data final para liquidar a multa e aquele em que o pagamento efetivamente ocorrer.

**15.2.10.** Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contado da solicitação da CONTRATANTE, sob pena de imposição da multa prevista no item 15.2.5.

**15.3.** Para aplicação das sanções de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, nos termos do art. 157 da Lei 14.133/21.

**15.4.** Para aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar requererá a instauração de processo de responsabilização, nos termos do art. 158 da Lei 14.133/21.

**15.5.** Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO / RESCISÃO DO CONTRATO**





**16.1.** A inexecução total ou parcial poderá ensejar a rescisão do CONTRATO, nos termos dos artigos 137 da Lei Federal nº 14.133/21 e demais dispositivos legais, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

**16.2.** A extinção contratual poderá ser realizada nas formas previstas no art. 138 da Lei 14.133/21 .

**16.3.** Caso haja rescisão, a mesma atrai os efeitos previstos no artigo 139, da Lei Federal nº 14.133/21.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS**

**17.1.** As partes deverão observar as disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenham acesso, para o propósito de execução e acompanhamento deste Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS**

**18.1.** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO SUPORTE LEGAL**

**19.1.** O presente contrato é regido pela Lei Federal nº 14.133/2021 e suas posteriores modificações, e, ainda, por demais disposições legais aplicáveis.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – PUBLICAÇÃO**

**20.1.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**21.1.** Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

**21.2.** Todas as comunicações, avisos ou notificações realizadas pela administração, serão dirigidos aos e-mails informados junto a proposta ou habilitação da empresa, devendo esta informar prontamente caso haja alteração.

**21.3.** Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e/ou municipais que as autorizem.

**21.4.** Fica a CONTRATADA ciente de que a assinatura deste termo de contrato indica que tem pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as condições gerais e peculiares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.

**21.5.** A Administração reserva-se o direito de executar através de outras contratadas, nos mesmos locais, serviços distintos dos abrangidos na presente contratação.

**21.6.** A CONTRATADA deverá comunicar a CONTRATANTE toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, sendo sua obrigação manter, durante a vigência do Contrato, e compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**21.7.** Fica fazendo parte integrante deste instrumento, para todos os efeitos legais, o edital da licitação que deu origem à contratação, com seus Anexos, Proposta da CONTRATADA e a ata da sessão pública.





**21.8.** O presente ajuste, o recebimento de seu objeto, suas alterações e rescisão obedecerão a Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, aplicáveis à execução dos serviços e especialmente aos casos omissos.

**21.9.** Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

**21.10.** As partes poderão utilizar meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem, nos termos dos arts. 151 a 154 da Lei 14.133/21.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO**

**22.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de São Manuel/SP, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

**22.2.** E, por estarem justos e contratados, assinam as partes o presente instrumento.

O presente contrato foi digitado pelo funcionário XXXXXXXX, matrícula XXXXXX, lido e achado conforme assinam este instrumento, as Partes, o Gestor do Contrato e as Testemunhas.

São Manuel, XXXXX de XXXXX de 202X.

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

**TESTEMUNHAS:**

1-

2-





**TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO**

**CONTRATANTE:** XXXXXX

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3071/2026 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90005/2026**

**GESTOR DO CONTRATO:** XXXXX

**RESPONSÁVEL PELO ATO:** XXXXX

**CONTRATADA:** XXXXXX

**OBJETO:** Tem como objeto a contratação de empresa XXXXXXX.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraíndo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) As informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

São Manuel, XXXX de XXXXX de 202X.

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ORGÃO:**

**Nome:**

**Cargo:**

**CPF:**

**RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:**

**Nome:**

**Cargo:**

**CPF:**





MUNICÍPIO DE  
**SÃO MANUEL**



**SECRETARIA DE  
ADMINISTRAÇÃO –  
SETOR DE CONTRATOS**

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**CONTRATANTE:**

**Nome:**

**Cargo:**

**CPF:**

**CONTRATADA:**

**Nome:** XXXXXX

**Cargo:** XXXXXXXX

**CPF:** XXXXX

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

**Nome:**

**Cargo:**

**CPF:**

**GESTOR DO CONTRATO:**

**Nome:** XXXX

**Cargo:** XXXXX

**CPF:** XXXXX





MUNICÍPIO DE  
**SÃO MANUEL**



**SECRETARIA DE  
ADMINISTRAÇÃO –  
SETOR DE CONTRATOS**

**DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO MANUEL**

**CNPJ Nº:**

**CONTRATADA: XXXXXXXX**

**CNPJ Nº: XXXXXX**

**CONTRATO Nº: XXXXX/20XX**

**VIGÊNCIA: XXX (XXX) meses, contados da sua eficácia.**

**OBJETO: Tem por objeto a XXXXXXXX.**

**VALOR: R\$ XXXXXXXXX**

Declaro na qualidade de responsável pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, em especial, os a seguir relacionados, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados:

- I) Memorial descritivo dos trabalhos e respectivo cronograma físico-financeiro;
- II) Orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários;
- III) Previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- IV) Comprovação no Plano Plurianual de que o produto das obras ou serviços foi contemplado em suas metas;
- V) As plantas e projetos de engenharia e arquitetura.

São Manuel, \_\_\_\_ de XXXXXXX de 20XXX.

XXXXXXX

XXXXXXX

Email: XXXXXXXX





MUNICÍPIO DE  
**SÃO MANUEL**



**SECRETARIA DE  
ADMINISTRAÇÃO**  
SETOR DE LICITAÇÕES

## **ANEXO VIII - Planilha Orçamentária, Memorial Descritivo, Projeto(s), Cronograma Físico-Financeiro, Cálculo do BDI**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL



## PLANILHA DE ORÇAMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA

OBRA :

Melhoria da Mobilidade Urbana por meio do rebaixamento do leito carroçável da Avenida Comendador Luiz Fittipaldi sob a passagem da linha férrea. Também nessa avenida mencionada e na Rua José Lourenço Blanco, contemplando a construção e ampliação das redes de galerias de águas pluviais, execução de ala e dissipador de energia em concreto, estruturas em gabião, implantação de rotatórias, execução de nova pavimentação asfáltica e recapeamento asfáltico, construção de guias, sarjetas, canaletas em concreto armado e calçadas em concreto, além da implantação de sinalização viária.

Fonte de preço: Boletim 200 - CDHU,  
DER out/25 e SIURB

PROPRIETÁRIO :

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL

BDI: 24,23%

ADMINISTRAÇÃO :

ODIRLEI JOSÉ FELIX

DATA BASE: nov/25

LOCAL :

AV. COM. LUIZ FITTIPALDI (TRECHO-01), RUA DONA SEBASTIANA DE BARROS E RUA JOSÉ LOURENÇO BLANCO, VILA SANTA TEREZINHA, AV. COM. LUIZ FITTIPALDI (TRECHO-02), VILA SÃO GERALDO, SÃO MANUEL SP.

CÓDIGO	ITEM	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO MATERIAL C/BDI	VALOR TOTAL MATERIAL	PREÇO UNITÁRIO MÃO DE OBRA C/BDI	VALOR TOTAL MÃO DE OBRA	VALOR TOTAL DO ITEM
<b>AVENIDA COM. LUIZ FITTIPALDI - TRECHO-1</b>									
	<b>A</b>	<b>REBAIXAMENTO DE LEITO, CONSTRUÇÃO DE REDE DE GALERIA DE ÁGUAS PLÚVIAIS, GUIAS, SARJETAS, PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, CANALETAS, CALÇADA, MURO E MURETA DE CONTENÇÃO. (AVENIDA COM. LUIZ FITTIPALDI)</b>							
	<b>1</b>	<b>SERVIÇOS PRELIMINARES</b>							
CDHU	02.08.020	1.1 Placa de identificação para obra	M2	4,50	1.019,39	4.587,25	129,62	583,29	5.170,54
CDHU	02.02.130	1.2 Locação de container tipo escritório com 1 vaso sanitário, 1 lavatório e 1 ponto para chuveiro - área mínima de 13,80 m²	UNMES	6,00	1.750,38	10.502,28	193,20	1.159,20	11.661,48
CDHU	02.10.040	1.3 Locação de rede de canalização	M	408,00	1,27	518,16	0,57	232,56	750,72
CDHU	02.10.060	1.4 Locação de vias, calçadas, tanques e lagoas	M2	5.149,21	1,13	5.818,60	1,16	5.973,08	11.791,68
	<b>2</b>	<b>DEMOLIÇÕES E REMOÇÃO DE ENTULHOS</b>							
CDHU	03.07.010	2.1 Demolição (levantamento) mecanizada de pavimento asfáltico, inclusive carregamento, transporte até 1 quilômetro e descarregamento	M2	2.154,01	29,75	64.081,79	5,64	12.148,61	76.230,40
CDHU	03.01.220	2.2 Demolição mecanizada de concreto simples, inclusive fragmentação, carregamento, transporte até 1 quilômetro e descarregamento	M3	32,50	295,58	9.606,35	112,85	3.667,62	13.273,97
CDHU	03.01.260	2.3 Demolição mecanizada de sarjeta ou sarjetão, inclusive fragmentação, carregamento, transporte até 1 quilômetro e descarregamento	M3	23,71	289,77	6.870,44	112,85	2.675,67	9.546,11
CDHU	05.08.080	2.4 Transporte de entulho, para distâncias superiores ao 5° km até o 10° km	M3	199,32	49,21	9.808,53	-	-	9.808,53
	<b>3</b>	<b>TERRAPLANAGEM (REBAIXAMENTO DO GREIDE E READEQUAÇÃO DE TALUDE)</b>							
	07.02.040	3.1 Escavação mecanizada de valas ou cavas com profundidade de até 3 m	M3	3.696,96	13,96	51.609,56	2,05	7.578,76	59.188,32
	07.01.120	3.2 Carga e remoção de terra até a distância média de 1 km	M3	4.806,05	18,66	89.680,89	-	-	89.680,89





CDHU	05.10.020	3.3	Transporte de solo de 1ª e 2ª categoria por caminhão até o 2º km	M3	4.806,05	10,87	52.241,76	-	-	52.241,76
CDHU	07.11.040	3.4	Reaterro compactado mecanizado de vala ou cava com rolo, mínimo de 95% PN	M3	560,52	24,68	13.833,63	3,62	2.029,08	15.862,71
		<b>4</b>	<b>DRENAGEM - REDE DE GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS</b>							
			<b>CAIXA DE CAPTAÇÃO COM BOCA DUPLA (BOCA DE LOBO)</b>							
CDHU	49.12.030	4.1	Boca de lobo dupla tipo PMSP com tampa de concreto	UN	10,00	4.018,38	40.183,80	3.481,17	34.811,70	74.995,50
CDHU	49.06.072	4.2	Grelha articulada em ferro fundido tipo boca de leão	UN	20,00	428,00	8.560,00	36,31	726,20	9.286,20
			<b>POÇO DE VISITA SIMPLES</b>							
CDHU	49.12.110	4.3	Poço de visita de 1,60 x 1,60 x 1,60 m - tipo PMSP	UN	8,00	4.893,71	39.149,68	3.790,01	30.320,08	69.469,76
CDHU	49.12.120	4.4	Chaminé para poço de visita tipo PMSP em alvenaria, diâmetro interno 70 cm - pescoço	M	3,00	417,19	1.251,57	550,59	1.651,77	2.903,34
CDHU	49.06.420	4.5	Tampão em ferro fundido, diâmetro de 600 mm, classe D 400 (ruptura > 400 kN)	UN	3,00	736,26	2.208,78	93,83	281,49	2.490,27
			<b>DRENAGEM (REDE DE TUBOS EM CONCRETO)</b>							
			<b>ESCAVAÇÃO E REATERRO DE VALA</b>							
CDHU	07.02.040	4.6	Escavação mecanizada de valas ou cavas com profundidade de até 3 m	M3	1.812,23	13,96	25.298,73	2,05	3.715,07	29.013,80
CDHU	07.01.120	4.7	Carga e remoção de terra até a distância média de 1 km	M3	2.355,90	18,66	43.961,09	-	-	43.961,09
CDHU	07.11.020	4.8	Reaterro compactado mecanizado de vala ou cava com compactador	M3	1.398,27	5,37	7.508,70	3,94	5.509,18	13.017,88
			<b>FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE TUBOS DE CONCRETO</b>							
CDHU	46.12.180	4.9	Tubo de concreto (PA-3), DN= 600mm	M	142,50	381,52	54.366,60	74,82	10.661,85	65.028,45
CDHU	46.12.190	4.10	Tubo de concreto (PA-3), DN= 800mm	M	24,00	608,08	14.593,92	96,40	2.313,60	16.907,52
CDHU	46.12.200	4.11	Tubo de concreto (PA-3), DN= 1000mm	M	33,00	888,02	29.304,66	121,43	4.007,19	33.311,85
CDHU	46.12.140	4.12	Tubo de concreto (PA-1), DN= 1200mm	M	208,50	1.031,01	214.965,58	181,52	37.846,92	252.812,50
CDHU	11.18.040	4.13	Lastro de pedra britada	M3	20,40	229,78	4.687,51	42,33	863,53	5.551,04
			<b>CONSTRUÇÃO DE DISSIPADOR DE ENERGIA EM CONCRETO</b>							
			<b>MOVIMENTO DE TERRA</b>							
CDHU	07.02.040	4.14	Escavação mecanizada de valas ou cavas com profundidade de até 3 m	M3	38,14	13,96	532,43	2,05	78,18	610,61
CDHU	07.01.120	4.15	Carga e remoção de terra até a distância média de 1 km	M3	49,58	18,66	925,16	-	-	925,16
CDHU	06.01.020	4.16	Escavação manual em solo de 1ª e 2ª categoria em campo aberto	M3	7,63	-	-	70,54	538,22	538,22
			<b>FUNDO DO DISSIPADOR DE ENERGIA</b>							
CDHU	12.01.041	4.17	Broca em concreto armado diâmetro de 25 cm - completa	M	30,00	37,91	1.137,30	68,48	2.054,40	3.191,70
CDHU	54.01.210	4.18	Base de brita graduada	M3	0,66	342,65	226,14	4,35	2,87	229,01
CDHU	07.12.020	4.19	Compactação de aterro mecanizado mínimo de 95% PN, sem fornecimento de solo em campo aberto	M3	7,63	14,72	112,31	0,42	3,20	115,51
CDHU	09.01.020	4.20	Forma em madeira comum para fundação	M2	2,00	55,42	110,84	81,31	162,62	273,46
CDHU	11.16.080	4.21	Lançamento e adensamento de concreto ou massa por bombeamento	M3	2,64	77,93	205,73	90,76	239,60	445,33
CDHU	11.01.130	4.22	Concreto usinado, fck = 25 MPa	M3	2,64	645,21	1.703,35	-	-	1.703,35
CDHU	10.02.020	4.23	Armadura em tela soldada de aço	KG	132,00	10,42	1.375,44	1,81	238,92	1.614,36
			<b>ALVENARIA EM CONCRETO ARMADO</b>							
CDHU	09.01.020	4.24	Forma em madeira comum para fundação	M2	64,16	55,42	3.555,74	81,31	5.216,84	8.772,58









CDHU	09.01.020	8.2	Forma em madeira comum para fundação	M2	38,27	55,42	2.120,92	81,31	3.111,73	5.232,65
CDHU	54.01.210	8.3	Base de brita graduada	M3	4,98	342,65	1.706,39	4,35	21,66	1.728,05
CDHU	07.12.020	8.4	Compactação de aterro mecanizado mínimo de 95% PN, sem fornecimento de solo em campo aberto	M3	16,59	14,72	244,20	0,42	6,96	251,16
CDHU	54.06.170	8.5	Sarjeta ou sarjetão moldado no local, tipo PMSP em concreto com fck 25 MPa	M3	24,88	1.001,58	24.919,31	125,10	3.112,48	28.031,79
CDHU	10.02.020	8.6	Armadura em tela soldada de aço	KG	364,88	10,42	3.802,04	1,81	660,43	4.462,47
						-		-		
		<b>9</b>	<b>CONSTRUÇÃO DE BASE E PAVIMENTO ASFALTICO</b>		<b>4.401,61</b>	-		-		
CDHU	54.01.030	9.1	Abertura e preparo de caixa até 40 cm, compactação do subleito mínimo de 95% do PN e transporte até o raio de 1 km	M2	4.401,61	35,77	157.445,58	0,45	1.980,72	159.426,30
CDHU	54.01.210	9.2	Base de brita graduada	M3	660,24	342,65	226.231,23	4,35	2.872,04	229.103,27
CDHU	54.03.240	9.3	Imprimação betuminosa impermeabilizante	M2	4.401,61	15,98	70.337,72	0,17	748,27	71.085,99
CDHU	54.03.230	9.4	Imprimação betuminosa ligante	M2	4.401,61	8,14	35.829,10	0,14	616,22	36.445,32
CDHU	54.03.210	9.5	Camada de rolamento em concreto betuminoso usinado quente - CBUQ	M3	176,06	1.892,13	333.128,40	23,50	4.137,41	337.265,81
		<b>10</b>	<b>CONSTRUÇÃO DE MURETA DE ALVENARIA E CONCRETO ARMADO DE CONTENÇÃO DE TALUDE</b>							
		<b>10.1</b>	<b>SERVIÇOS DE LOCAÇÃO</b>							
CDHU	02.10.050	10.1.1	Locação para muros, cercas e alambrados	M	118,04	1,27	149,91	0,57	67,28	217,19
		<b>10.2</b>	<b>FUNDAÇÃO</b>	-		-	-	-	-	-
CDHU	06.02.020	10.2.1	Escavação manual em solo de 1ª e 2ª categoria em vala ou cava até 1,5 m	M3	7,08	-	-	84,64	599,25	599,25
CDHU	12.01.021	10.2.2	Broca em concreto armado diâmetro de 20 cm - completa	M	118,50	23,44	2.777,64	65,85	7.803,22	10.580,86
CDHU	11.16.020	10.2.3	Lançamento, espalhamento e adensamento de concreto ou massa em lastro e/ou enchimento	M3	4,13	-	-	118,98	491,38	491,38
CDHU	11.03.090	10.2.4	Concreto preparado no local, fck = 20 MPa	M3	4,13	522,93	2.159,70	169,28	699,12	2.858,82
CDHU	14.04.210	10.2.5	Alvenaria de bloco cerâmico de vedação de 14 cm	M2	35,41	58,76	2.080,69	49,73	1.760,93	3.841,62
		<b>10.3</b>	<b>COLONAS</b>	-		-	-	-	-	-
CDHU	09.01.030	10.3.1	Forma em madeira comum para estrutura	M2	43,45	220,32	9.572,90	93,83	4.076,91	13.649,81
CDHU	10.01.040	10.3.2	Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B) fyk = 500 MPa	KG	194,40	8,96	1.741,82	3,64	707,61	2.449,43
CDHU	11.16.020	10.3.3	Lançamento, espalhamento e adensamento de concreto ou massa em lastro e/ou enchimento	M3	2,43	-	-	118,98	289,12	289,12
CDHU	11.03.090	10.3.4	Concreto preparado no local, fck = 20 MPa	M3	2,43	522,93	1.270,71	169,28	411,35	1.682,06
		<b>10.4</b>	<b>ALVENARIA</b>	-		-	-	-	-	-
CDHU	14.04.210	10.4.0	Alvenaria de bloco cerâmico de vedação de 14 cm	M2	106,19	58,76	6.239,72	49,73	5.280,82	11.520,54
CDHU	10.01.040	10.4.2	Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B) fyk = 500 MPa	KG	57,84	8,96	518,24	3,64	210,53	728,77
		<b>10.5</b>	<b>REVESTIMENTO</b>	-		-	-	-	-	-
CDHU	17.02.020	10.5.1	Chapisco	M2	424,94	3,01	1.279,06	6,60	2.804,60	4.083,66
CDHU	32.17.030	10.5.2	Impermeabilização em argamassa polimérica para umidade e água de percolação	M2	118,04	7,23	853,42	11,89	1.403,49	2.256,91
		<b>10.6</b>	<b>PINTURA</b>	-		-	-	-	-	-





CDHU	33.10.030	10.61	Tinta acrílica antimofo em massa, inclusive preparo	M2	153,45	16,83	2.582,56	29,79	4.571,27	7.153,83
		<b>11</b>	<b>ENSAIOS DE CONTROLE TECNOLÓGICO</b>			-		-		
DER	21.07.13	11.1	ENSAIO CBR 1 PONTO E.N.	UN	4,00	281,11	1.124,44	-	-	1.124,44
DER	21.07.14	11.2	ENSAIO DE COMPACTACAO - PROCTOR.	UN	2,00	393,55	787,10	-	-	787,10
SIURB	2.006.021	11.3	ENSAIOS DE LABORATÓRIO - DOSAGEM MARSHALL, GRANULOMETRIA, TEOR DE ASFALTO, ESTABILIDADE E FLUÊNCIA	ENS.	1,00	4.129,19	4.129,19	-	-	4.129,19
		<b>11</b>	<b>SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL</b>			-		-		
CDHU	70.02.001	11.1	Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo	M2	170,81	100,66	17.193,73	-	-	17.193,73
CDHU	70.02.010	11.2	Sinalização horizontal com tinta vinílica ou acrílica	M2	170,81	43,36	7.406,32	-	-	7.406,32
CDHU	70.03.001	11.3	Placa para sinalização viária em chapa de aço, totalmente refletiva com película IA/IA - área até 2,0 m²	M2	2,50	2.012,70	5.031,75	35,79	89,47	5.121,22
CDHU	41.10.400	11.4	Poste telecônico em aço SAE 1010/1020 galvanizado a fogo, com espera para uma luminária, altura de 3,00 m	UN	10,00	770,69	7.706,90	101,05	1.010,50	8.717,40
CDHU	70.06.021	11.5	Tachão tipo I monodirecional refletivo	UN	53,00	79,58	4.217,74	13,28	703,84	4.921,58

RUA JOSÉ LOURENÇO BLANCO										
		<b>B</b>	<b>CONSTRUÇÃO DE REDE DE GALERIA DE ÁGUAS PLÚVIAIS, GUIA, SARJETA, PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E CALÇADA (RUA JOSÉ LOURENÇO BLANCO)</b>							
		<b>1</b>	<b>SERVIÇOS PRELIMINARES</b>							
CDHU	02.08.020	1.1	Placa de identificação para obra	M2	4,50	1.019,39	4.587,25	129,62	583,29	5.170,54
CDHU	02.02.130	1.2	Locação de container tipo escritório com 1 vaso sanitário, 1 lavatório e 1 ponto para chuveiro - área mínima de 13,80 m²	UNMES	3,00	1.750,38	5.251,14	193,20	579,60	5.830,74
CDHU	02.10.040	1.3	Locação de rede de canalização	M	385,50	1,27	489,58	0,57	219,73	709,31
CDHU	02.10.060	1.4	Locação de vias, calçadas, tanques e lagoas	M2	4.518,33	1,13	5.105,71	1,16	5.241,26	10.346,97
		<b>2</b>	<b>DEMOLIÇÕES E REMOÇÃO DE ENTULHOS</b>							
CDHU	03.07.010	2.1	Demolição (levantamento) mecanizada de pavimento asfáltico, inclusive carregamento, transporte até 1 quilômetro e descarregamento	M2	131,07	29,75	3.899,33	5,64	739,23	4.638,56
CDHU	05.08.080	2.2	Transporte de entulho, para distâncias superiores ao 5° km até o 10° km	M3	5,11	49,21	251,46	-	-	251,46
		<b>3</b>	<b>TERRAPLANAGEM (REBAIXAMENTO DO GREIDE)</b>							
CDHU	07.02.040	3.1	Escavação mecanizada de valas ou cavas com profundidade de até 3 m	M3	3.640,79	13,96	50.825,42	2,05	7.463,61	58.289,03
CDHU	07.01.120	3.2	Carga e remoção de terra até a distância média de 1 km	M3	4.733,03	18,66	88.318,33	-	-	88.318,33
CDHU	05.10.020	3.3	Transporte de solo de 1ª e 2ª categoria por caminhão até o 2° km	M3	4.733,03	10,87	51.448,03	-	-	51.448,03
		<b>4</b>	<b>DRENAGEM (CAIXAS DE CAPTAÇÃO E POÇOS DE VISITA E PASSAGEM)</b>							
			<b>CAIXA DE CAPTAÇÃO COM BOCA DUPLA (BOCA DE LOBO)</b>							
	49.12.030	4.1	Boca de lobo dupla tipo PMSP com tampa de concreto	UN	10,00	4.018,38	40.183,80	3.481,17	34.811,70	74.995,50



CDHU	49.06.072	4.2	Grelha articulada em ferro fundido tipo boca de leão	UN	20,00	428,00	8.560,00	36,31	726,20	9.286,20
			<b>POÇO DE VISITA SIMPLES</b>							
CDHU	49.12.110	4.3	Poço de visita de 1,60 x 1,60 x 1,60 m - tipo PMSP	UN	5,00	4.893,71	24.468,55	3.790,01	18.950,05	43.418,60
CDHU	49.12.120	4.4	Chaminé para poço de visita tipo PMSP em alvenaria, diâmetro interno 70 cm - pescoço	M	3,00	417,19	1.251,57	550,59	1.651,77	2.903,34
CDHU	49.06.420	4.5	Tampão em ferro fundido, diâmetro de 600 mm, classe D 400 (ruptura > 400 kN)	UN	3,00	736,26	2.208,78	93,83	281,49	2.490,27
			<b>DRENAGEM (REDE DE TUBOS EM CONCRETO)</b>							
			<b>ESCAVAÇÃO E REATERRO DE VALA</b>							
CDHU	07.02.040	4.6	Escavação mecanizada de valas ou cavas com profundidade de até 3 m	M3	1.789,79	13,96	24.985,46	2,05	3.669,06	28.654,52
CDHU	07.01.120	4.7	Carga e remoção de terra até a distância média de 1 km	M3	2.326,73	18,66	43.416,78	-	-	43.416,78
CDHU	07.11.020	4.8	Reaterro compactado mecanizado de vala ou cava com compactador	M3	1.394,94	5,37	7.490,82	3,94	5.496,06	12.986,88
			<b>FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE TUBOS DE CONCRETO</b>							
CDHU	46.12.180	4.9	Tubo de concreto (PA-3), DN= 600mm	M	132,00	381,52	50.360,64	74,82	9.876,24	60.236,88
CDHU	46.12.160	4.10	Tubo de concreto (PA-2), DN= 800mm	M	81,00	490,98	39.769,38	96,40	7.808,40	47.577,78
CDHU	46.12.200	4.11	Tubo de concreto (PA-3), DN= 1000mm	M	241,50	888,02	214.456,83	121,43	29.325,34	243.782,17
CDHU	11.18.040	4.12	Lastro de pedra britada	M3	22,73	229,78	5.222,89	42,33	962,16	6.185,05
		<b>5</b>	<b>CONSTRUÇÃO DE GUIA E SARJETA</b>		873,35	ml				
CDHU	54.06.151	5.1	Execução de perfil extrusado no local, sem concreto	M3	52,40	115,57	6.055,86	441,69	23.144,55	29.200,41
CDHU	11.01.630	5.2	Concreto usinado, fck = 25 MPa - para perfil extrudado	M3	52,40	772,51	40.479,52	-	-	40.479,52
		<b>6</b>	<b>CONSTRUÇÃO DE CALÇADA</b>		998,78	m2				
CDHU	06.12.020	6.1	Aterro manual apiloado de área interna com maço de 30 kg	M3	199,76	-	-	87,15	17.409,08	17.409,08
CDHU	09.01.020	6.2	Forma em madeira comum para fundação	M2	49,94	55,42	2.767,67	81,31	4.060,62	6.828,29
CDHU	11.20.050	6.3	Corte de junta de dilatação, com serra de disco diamantado para pisos	M	500,00	14,81	7.405,00	-	-	7.405,00
CDHU	17.05.070	6.4	Piso com requadro em concreto simples com controle de fck= 20 MPa	M3	69,91	703,43	49.176,79	600,35	41.970,46	91.147,25
		<b>7</b>	<b>CONSTRUÇÃO DE CANALETA EM CONCRETO ARMADO PARA COLETAR E DIRECIONAR AS ÁGUAS PLUVIAIS DA ÁREA DO LOTEAMENTO PROXIMO NÃO CONCLUÍDO</b>			-		-		
CDHU	06.01.020	7.1	Escavação manual em solo de 1ª e 2ª categoria em campo aberto	M3	25,20	-	-	70,54	1.777,60	1.777,60
CDHU	54.01.210	7.2	Base de brita graduada	M3	8,40	342,65	2.878,26	4,35	36,54	2.914,80
CDHU	09.01.020	7.3	Forma em madeira comum para fundação	M2	44,25	55,42	2.452,33	81,31	3.597,96	6.050,29
CDHU	07.12.020	7.4	Compactação de aterro mecanizado mínimo de 95% PN, sem fornecimento de solo em campo aberto	M3	9,01	14,72	132,62	0,42	3,78	136,40
CDHU	54.06.170	7.5	Sarjeta ou sarjetão moldado no local, tipo PMSP em concreto com fck 25 MPa	M3	14,80	1.001,58	14.823,38	125,10	1.851,48	16.674,86
CDHU	10.02.020	7.6	Armadura em tela soldada de aço	KG	32,56	10,42	339,27	1,81	58,93	398,20
						-		-		
		<b>8</b>	<b>CONSTRUÇÃO DE BASE E PAVIMENTO ASFALTICO</b>		3.630,45	m2		-		
CDHU	54.01.030	8.1	Abertura e preparo de caixa até 40 cm, compactação do subleito mínimo de 95% do PN e transporte até o raio de 1 km	M2	3.630,45	35,77	129.861,19	0,45	1.633,70	131.494,89
	54.01.210	8.2	Base de brita graduada	M3	544,57	342,65	186.596,91	4,35	2.368,87	188.965,78





CDHU	54.03.240	8.3	Imprimação betuminosa impermeabilizante	M2	3.630,45	15,98	58.014,59	0,17	617,17	58.631,76
CDHU	54.03.230	8.4	Imprimação betuminosa ligante	M2	3.630,45	8,14	29.551,86	0,14	508,26	30.060,12
CDHU	54.03.210	8.5	Camada de rolamento em concreto betuminoso usinado quente - CBUQ	M3	145,22	1.892,13	274.775,11	23,50	3.412,67	278.187,78
		<b>9</b>	<b>CONSTRUÇÃO DE MURETA DE ALVENARIA E CONCRETO ARMADO DE CONTENÇÃO DE TALUDE</b>							
			<b>SERVIÇOS DE LOCAÇÃO</b>							
CDHU	02.10.050	9.1	Locação para muros, cercas e alambrados	M	49,63	1,27	63,03	0,57	28,28	91,31
			<b>FUNDAÇÃO</b>	-		-	-	-	-	-
CDHU	06.02.020	9.2	Escavação manual em solo de 1ª e 2ª categoria em vala ou cava até 1,5 m	M3	2,98	-	-	84,64	252,22	252,22
CDHU	12.01.021	9.3	Broca em concreto armado diâmetro de 20 cm - completa	M	51,00	23,44	1.195,44	65,85	3.358,35	4.553,79
CDHU	11.16.020	9.4	Lançamento, espalhamento e adensamento de concreto ou massa em lastro e/ou enchimento	M3	1,74	-	-	118,98	207,02	207,02
CDHU	11.03.090	9.5	Concreto preparado no local, fck = 20 MPa	M3	1,74	522,93	909,89	169,28	294,54	1.204,43
CDHU	14.04.210	9.6	Alvenaria de bloco cerâmico de vedação de 14 cm	M2	14,89	58,76	874,93	49,73	740,47	1.615,40
			<b>COLONAS</b>	-		-	-	-	-	-
CDHU	09.01.030	9.7	Forma em madeira comum para estrutura	M2	18,70	220,32	4.119,98	93,83	1.754,62	5.874,60
CDHU	10.01.040	9.8	Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B) fyk = 500 MPa	KG	84,00	8,96	752,64	3,64	305,76	1.058,40
CDHU	11.16.020	9.9	Lançamento, espalhamento e adensamento de concreto ou massa em lastro e/ou enchimento	M3	1,05	-	-	118,98	124,92	124,92
CDHU	11.03.090	9.10	Concreto preparado no local, fck = 20 MPa	M3	1,05	522,93	549,07	169,28	177,74	726,81
			<b>ALVENARIA</b>	-		-	-	-	-	-
CDHU	14.04.210	9.11	Alvenaria de bloco cerâmico de vedação de 14 cm	M2	44,53	58,76	2.616,58	49,73	2.214,47	4.831,05
CDHU	10.01.040	9.12	Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B) fyk = 500 MPa	KG	24,32	8,96	217,90	3,64	88,52	306,42
			<b>REVESTIMENTO</b>	-		-	-	-	-	-
CDHU	17.02.020	9.13	Chapisco	M2	178,67	3,01	537,79	6,60	1.179,22	1.717,01
CDHU	32.17.030	9.14	Impermeabilização em argamassa polimérica para umidade e água de percolação	M2	49,63	7,23	358,82	11,89	590,10	948,92
			<b>PINTURA</b>	-		-	-	-	-	-
CDHU	33.10.030	9.15	Tinta acrílica antimoho em massa, inclusive preparo	M2	64,52	16,83	1.085,87	29,79	1.922,05	3.007,92
		<b>10</b>	<b>ENSAIOS DE CONTROLE TECNOLÓGICO</b>			-		-		
DER	21.07.13	10.1	ENSAIO CBR 1 PONTO E.N.	UN	3,00	281,11	843,33	-	-	843,33
DER	21.07.14	10.2	ENSAIO DE COMPACTACAO - PROCTOR.	UN	2,00	393,55	787,10	-	-	787,10
SIURB	2.006.021	10.3	ENSAIOS DE LABORATÓRIO - DOSAGEM MARSHALL, GRANULOMETRIA, TEOR DE ASFALTO, ESTABILIDADE E FLUÊNCIA	ENS.	1,00	4.129,19	4.129,19	-	-	4.129,19
		<b>11</b>	<b>SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL</b>			-		-		
CDHU	70.02.001	11.1	Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo	M2	287,39	100,66	28.928,67	-	-	28.928,67
CDHU	70.02.010	11.2	Sinalização horizontal com tinta vinílica ou acrílica	M2	287,39	43,36	12.461,23	-	-	12.461,23
	70.03.001	11.3	Placa para sinalização viária em chapa de aço, totalmente refletiva com película IA/IA - área até 2,0 m²	M2	1,50	2.012,70	3.019,05	35,79	53,68	3.072,73





CDHU	41.10.400	11.4	Poste telecônico em aço SAE 1010/1020 galvanizado a fogo, com espera para uma luminária, altura de 3,00 m	UN	6,00	770,69	4.624,14	101,05	606,30	5.230,44

<b>TOTAIS</b>	<b>MAT.</b>	3.601.155,96	<b>MDO.</b>	607.489,65	
<b>PORCENTAGENS</b>	<b>MAT.</b>	85,57%	<b>MDO.</b>	14,43%	
<b>TOTAL DO TRECHO-01</b>				<b>4.208.645,61</b>	

## AVENIDA COM. LUIZ FITTIPALDI - TRECHO-2

		<b>C</b>	<b>CONSTRUÇÃO DE REDE DE GALERIA DE ÁGUAS PLÚVIAIS (ALA E DISSIPADOR DE GABIÃO), GUIA, SARJETA, PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E RECAPE, E CALÇADA (AVENIDA COM. LUIZ FITTIPALDI - TRECHO-02)</b>							
		<b>1</b>	<b>SERVIÇOS PRELIMINARES</b>							
CDHU	02.10.040	1.1	Locação de rede de canalização	M	64,50	1,27	81,91	0,57	36,76	118,67
CDHU	02.10.060	1.2	Locação de vias, calçadas, tanques e lagoas	M2	9.718,05	1,13	10.981,39	1,16	11.272,93	22.254,32

		<b>2</b>	<b>CONSTRUÇÃO DE CALÇADA</b>	Demolir	3.556,46	m2				
			<b>DEMOLIÇÃO DE CALÇADA EXISTENTE</b>							
CDHU	03.01.220	2.1	Demolição mecanizada de concreto simples, inclusive fragmentação, carregamento, transporte até 1 quilômetro e descarregamento	M3	177,82	295,58	52.560,03	112,85	20.066,98	72.627,01
CDHU	05.08.080	2.2	Transporte de entulho, para distâncias superiores ao 5° km até o 10° km	M3	248,95	49,21	12.250,82	-	-	12.250,82
			<b>CONSTRUÇÃO DE CALÇADA</b>	Constr	4.749,65	m2				
CDHU	06.12.020	2.3	Aterro manual apiloado de área interna com maço de 30 kg	M3	949,93	-	-	87,15	82.786,39	82.786,39
CDHU	17.05.070	2.5	Piso com requadro em concreto simples com controle de fck= 20 MPa	M3	332,48	703,43	233.876,40	600,35	199.604,36	433.480,76
CDHU	11.20.050	2.4	Corte de junta de dilatação, com serra de disco diamantado para pisos	M	2.374,00	14,81	35.158,94	-	-	35.158,94

		<b>3</b>	<b>DEMOLIÇÃO GUIA/SARJETA - EXISTENTE E CONSTRUÇÃO DE NOVAS GUIAS/SARJETAS</b>	Demol=	1990,79	ml				
CDHU	03.01.260	3.1	Demolição mecanizada de sarjeta ou sarjetão, inclusive fragmentação, carregamento, transporte até 1 quilômetro e descarregamento	M3	119,45	289,77	34.613,02	112,85	13.479,93	48.092,95
CDHU	05.08.080	3.2	Transporte de entulho, para distâncias superiores ao 5° km até o 10° km	M3	155,29	49,21	7.641,82	-	-	7.641,82
			<b>CONSTRUÇÃO DE GUIAS/SARJETAS</b>	Constr=	2.232,80	ml				
CDHU	02.10.050	3.3	Locação para muros, cercas e alambrados	M	2.232,80	1,27	2.835,65	0,57	1.272,69	4.108,34
CDHU	54.06.151	3.4	Execução de perfil extrusado no local, sem concreto	M3	133,97	115,57	15.482,91	441,69	59.173,20	74.656,11
CDHU	11.01.630	3.5	Concreto usinado, fck = 25 MPa - para perfil extrudado	M3	133,97	772,51	103.493,16	-	-	103.493,16

		<b>4</b>	<b>CONSTRUÇÃO DA 3ª PISTA COM PAVIMENTO ASFALTICO, E PAVIMETAÇÃO DAS ROTATORIAS E PASSAGEM DE GALERIA DE CORRÉGO E ÁGUAS PLUVIAIS</b>	Área	4.968,40	m2		-		
			<b>DEMOLIÇÃO DE PAVIMENTO ASFALTICO PARA PASSAGEM DA GALERIA E CONSTRUÇÃO DAS ROTATORIAS</b>							
	03.07.010	4.1	Demolição (levantamento) mecanizada de pavimento asfáltico, inclusive carregamento, transporte até 1 quilômetro e descarregamento	M2	2.015,67	29,75	59.966,18	5,64	11.368,37	71.334,55





			<b>PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA</b>							
CDHU	54.01.030	4.2	Abertura e preparo de caixa até 40 cm, compactação do subleito mínimo de 95% do PN e transporte até o raio de 1 km	M2	4.968,40	35,77	177.719,66	0,45	2.235,78	179.955,44
CDHU	54.01.210	4.3	Base de brita graduada	M3	745,26	342,65	255.363,33	4,35	3.241,88	258.605,21
CDHU	54.03.240	4.4	Imprimação betuminosa impermeabilizante	M2	4.968,40	15,98	79.395,03	0,17	844,62	80.239,65
CDHU	54.03.230	4.5	Imprimação betuminosa ligante	M2	4.968,40	8,14	40.442,77	0,14	695,57	41.138,34
CDHU	54.03.210	4.6	Camada de rolamento em concreto betuminoso usinado quente - CBUQ	M3	198,74	1.892,13	376.041,91	23,50	4.670,39	380.712,30

		<b>5</b>	<b>RECAPE DE PAVIMENTO ASFALTICO - TRECHOS DA AVENIDA</b>	Área	<b>4.065,51</b>	m2		-		
CDHU	54.01.410	5.1	Varrição de pavimento para recapeamento	M2	4.065,51	-	-	1,13	4.594,02	4.594,02
CDHU	54.03.230	5.2	Imprimação betuminosa ligante	M2	4.065,51	8,14	33.093,25	0,14	569,17	33.662,42
CDHU	54.03.210	5.3	Camada de rolamento em concreto betuminoso usinado quente - CBUQ	M3	121,97	1.892,13	230.783,09	23,50	2.866,29	233.649,38

		<b>6</b>	<b>DRENAGEM - DE PASSAGEM E REDE DE GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS</b>							
			<b>DEMOLIÇÕES E RETIRADAS (ALA E DISSIPADOR DE ENERGIA EXISTENTE)</b>							
CDHU	03.01.210	6.1	Demolição mecanizada de concreto armado, inclusive fragmentação e acomodação do material	M3	3,05	538,64	1.642,85	169,28	516,30	2.159,15
CDHU	03.02.020	6.2	Demolição manual de alvenaria de fundação/embasamento	M3	7,08	-	-	169,28	1.198,50	1.198,50
CDHU	03.01.240	6.3	Demolição mecanizada de pavimento ou piso em concreto, inclusive fragmentação, carregamento, transporte até 1 quilômetro e descarregamento	M2	14,50	28,98	420,21	11,28	163,56	583,77
			<b>CAIXA DE CAPTAÇÃO COM BOCA DUPLA (BOCA DE LOBO)</b>							
CDHU	49.12.030	6.4	Boca de lobo dupla tipo PMSP com tampa de concreto	UN	2,00	4.018,38	8.036,76	3.481,17	6.962,34	14.999,10
CDHU	49.06.072	6.5	Grelha articulada em ferro fundido tipo boca de leão	UN	4,00	428,00	1.712,00	36,31	145,24	1.857,24
			<b>DRENAGEM (REDE DE TUBOS EM CONCRETO)</b>							
			<b>ESCAVAÇÃO E REATERRO DE VALA</b>							
CDHU	07.02.040	6.6	Escavação mecanizada de valas ou cavas com profundidade de até 3 m	M3	275,85	13,96	3.850,86	2,05	565,49	4.416,35
CDHU	07.01.120	6.7	Carga e remoção de terra até a distância média de 1 km	M3	358,61	18,66	6.691,66	-	-	6.691,66
CDHU	07.11.020	6.8	Reaterro compactado mecanizado de vala ou cava com compactador	M3	214,47	5,37	1.151,70	3,94	845,01	1.996,71
			<b>FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE TUBOS DE CONCRETO</b>							
CDHU	46.12.180	6.9	Tubo de concreto (PA-3), DN= 600mm	M	33,00	381,52	12.590,16	74,82	2.469,06	15.059,22
CDHU	46.12.250	6.10	Tubo de concreto (PA-2), DN= 1500mm	M	31,50	1.475,86	46.489,59	272,29	8.577,13	55.066,72
CDHU	11.18.040	6.11	Lastro de pedra britada	M3	3,23	229,78	742,18	42,33	136,72	878,90
		<b>7</b>	<b>CONSTRUÇÃO DE DISSIPADOR DE ENERGIA EM GABIÃO</b>							
			<b>MOVIMENTO DE TERRA</b>							
CDHU	02.09.040	7.1	Limpeza mecanizada do terreno, inclusive troncos até 15 cm de diâmetro, com caminhão à disposição dentro e fora da obra, com transporte no raio de até 1 km	M2	500,00	6,34	3.170,00	0,22	110,00	3.280,00
CDHU	07.02.040	7.2	Escavação mecanizada de valas ou cavas com profundidade de até 3 m	M3	105,97	13,96	1.479,34	2,05	217,23	1.696,57
CDHU	07.01.120	7.3	Carga e remoção de terra até a distância média de 1 km	M3	137,76	18,66	2.570,60	-	-	2.570,60
CDHU	06.01.020	7.4	Escavação manual em solo de 1ª e 2ª categoria em campo aberto	M3	21,19	-	-	70,54	1.494,74	1.494,74
CDHU	54.01.400	7.5	Abertura de caixa até 25 cm, inclui escavação, compactação, transporte e preparo do sub-leito	M2	60,75	29,69	1.803,66	0,63	38,27	1.841,93
			<b>GABIÃO TIPO CAIXA</b>	-		-	-	-	-	-
CDHU	08.05.220	7.6	Manta geotêxtil com resistência à tração longitudinal de 31kN/m e transversal de 27kN/m	M2	61,20	23,73	1.452,27	18,76	1.148,11	2.600,38
	11.18.040	7.7	Lastro de pedra britada	M3	6,08	229,78	1.397,06	42,33	257,36	1.654,42





CDHU	08.10.108	7.8	Gabião tipo caixa em tela metálica, altura de 0,5 m, com revestimento liga zinco/alumínio, malha hexagonal 8/10 cm, fio diâmetro 2,7 mm, independente do formato ou utilização	M3	27,00	1.005,53	27.149,31	168,82	4.558,14	31.707,45
CDHU	09.01.030	7.9	Forma em madeira comum para estrutura	M2	3,36	220,32	740,27	93,83	315,26	1.055,53
CDHU	11.16.020	7.10	Lançamento, espalhamento e adensamento de concreto ou massa em lastro e/ou enchimento	M3	1,83	-	-	118,98	217,73	217,73
CDHU	11.03.090	7.11	Concreto preparado no local, fck = 20 MPa	M3	1,83	522,93	956,96	169,28	309,78	1.266,74
CDHU	08.10.109	7.12	Gabião tipo caixa em tela metálica, altura de 1 m, com revestimento liga zinco/alumínio, malha hexagonal 8/10 cm, fio diâmetro 2,7 mm, independente do formato ou utilização	M3	133,50	781,67	104.352,94	207,34	27.679,89	132.032,83
		8	<b>CONSTRUÇÃO DE ALA EM GABIÃO</b>							
			<b>MOVIMENTO DE TERRA</b>							
CDHU	02.09.040	8.1	Limpeza mecanizada do terreno, inclusive troncos até 15 cm de diâmetro, com caminhão à disposição dentro e fora da obra, com transporte no raio de até 1 km	M2	250,00	6,34	1.585,00	0,22	55,00	1.640,00
CDHU	07.02.040	8.2	Escavação mecanizada de valas ou cavas com profundidade de até 3 m	M3	61,48	13,96	858,26	2,05	126,03	984,29
CDHU	07.01.120	8.3	Carga e remoção de terra até a distância média de 1 km	M3	79,92	18,66	1.491,30	-	-	1.491,30
CDHU	06.01.020	8.4	Escavação manual em solo de 1ª e 2ª categoria em campo aberto	M3	12,30	-	-	70,54	867,64	867,64
CDHU	54.01.400	8.5	Abertura de caixa até 25 cm, inclui escavação, compactação, transporte e preparo do sub-leito	M2	38,98	29,69	1.157,31	0,63	24,55	1.181,86
				-		-	-	-	-	-
			<b>ALA DE GABIÃO TIPO CAIXA</b>	-		-	-	-	-	-
CDHU	08.05.220	8.6	Manta geotêxtil com resistência à tração longitudinal de 31kN/m e transversal de 27kN/m	M2	62,80	23,73	1.490,24	18,76	1.178,12	2.668,36
CDHU	11.18.040	8.7	Lastro de pedra britada	M3	3,90	229,78	896,14	42,33	165,08	1.061,22
CDHU	08.10.109	8.8	Gabião tipo caixa em tela metálica, altura de 1 m, com revestimento liga zinco/alumínio, malha hexagonal 8/10 cm, fio diâmetro 2,7 mm, independente do formato ou utilização	M3	71,50	781,67	55.889,40	207,34	14.824,81	70.714,21
CDHU	09.01.030	8.10	Forma em madeira comum para estrutura	M2	3,36	220,32	740,27	93,83	315,26	1.055,53
CDHU	11.16.020	8.9	Lançamento, espalhamento e adensamento de concreto ou massa em lastro e/ou enchimento	M3	1,83	-	-	118,98	217,73	217,73
CDHU	11.03.090	8.11	Concreto preparado no local, fck = 20 MPa	M3	1,83	522,93	956,96	169,28	309,78	1.266,74

		9	<b>CONSTRUÇÃO DE MURETA DE ALVENARIA E CONCRETO ARMADO DE CONTENÇÃO DE TALUDE</b>							
			<b>DEMOLIÇÃO DE MURETA EXISTENTE</b>							
CDHU	03.02.040	9.1	Demolição manual de alvenaria de elevação ou elemento vazado, incluindo revestimento	M3	13,50	-	-	112,85	1.523,47	1.523,47
CDHU	03.01.210	9.2	Demolição mecanizada de concreto armado, inclusive fragmentação e acomodação do material	M3	2,70	538,64	1.454,32	169,28	457,05	1.911,37
			<b>SERVIÇOS DE LOCAÇÃO</b>							
CDHU	02.10.050	9.3	Locação para muros, cercas e alambrados	M	48,28	1,27	61,31	0,57	27,51	88,82
			<b>FUNDAÇÃO</b>	-		-	-	-	-	-
	06.02.020	9.4	Escavação manual em solo de 1ª e 2ª categoria em vala ou cava até 1,5 m	M3	2,90	-	-	84,64	245,45	245,45





CDHU	12.01.021	9.5	Broca em concreto armado diâmetro de 20 cm - completa	M	31,20	23,44	731,32	65,85	2.054,52	2.785,84
CDHU	11.16.020	9.6	Lançamento, espalhamento e adensamento de concreto ou massa em lastro e/ou enchimento	M3	1,69	-	-	118,98	201,07	201,07
CDHU	11.03.090	9.7	Concreto preparado no local, fck = 20 MPa	M3	1,69	522,93	883,75	169,28	286,08	1.169,83
CDHU	14.04.210	9.8	Alvenaria de bloco cerâmico de vedação de 14 cm	M2	14,48	58,76	850,84	49,73	720,09	1.570,93
			<b>COLONAS</b>	-	-	-	-	-	-	-
CDHU	09.01.030	9.9	Forma em madeira comum para estrutura	M2	15,60	220,32	3.436,99	93,83	1.463,74	4.900,73
CDHU	10.01.040	9.10	Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B) fyk = 500 MPa	KG	69,60	8,96	623,61	3,64	253,34	876,95
CDHU	11.16.020	9.11	Lançamento, espalhamento e adensamento de concreto ou massa em lastro e/ou enchimento	M3	0,87	-	-	118,98	103,51	103,51
CDHU	11.03.090	9.12	Concreto preparado no local, fck = 20 MPa	M3	0,87	522,93	454,94	169,28	147,27	602,21
			<b>ALVENARIA</b>	-	-	-	-	-	-	-
CDHU	14.04.210	9.13	Alvenaria de bloco cerâmico de vedação de 14 cm	M2	43,08	58,76	2.531,38	49,73	2.142,36	4.673,74
CDHU	10.01.040	9.14	Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B) fyk = 500 MPa	KG	23,66	8,96	211,99	3,64	86,12	298,11
			<b>REVESTIMENTO</b>	-	-	-	-	-	-	-
CDHU	17.02.020	9.15	Chapisco	M2	115,87	3,01	348,76	6,60	764,74	1.113,50
CDHU	32.17.030	9.16	Impermeabilização em argamassa polimérica para umidade e água de percolação	M2	115,87	7,23	837,74	11,89	1.377,69	2.215,43
			<b>PINTURA</b>	-	-	-	-	-	-	-
CDHU	33.10.030	9.17	Tinta acrílica antimoho em massa, inclusive preparo	M2	62,76	16,83	1.056,25	29,79	1.869,62	2.925,87

		<b>10</b>	<b>ENSAIOS DE CONTROLE TECNOLÓGICO</b>			-		-		
DER	21.07.13	10.1	ENSAIO CBR 1 PONTO E.N.	UN	2,00	281,11	562,22	-	-	562,22
DER	21.07.14	10.2	ENSAIO DE COMPACTACAO - PROCTOR.	UN	5,00	393,55	1.967,75	-	-	1.967,75
SIURB	2.006.021	10.3	ENSAIOS DE LABORATÓRIO - DOSAGEM MARSHALL, GRANULOMETRIA, TEOR DE ASFALTO, ESTABILIDADE E FLUÊNCIA	ENS.	1,00	4.129,19	4.129,19	-	-	4.129,19

		<b>11</b>	<b>SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL</b>		994,15	ml		-		
CDHU	70.02.001	11.1	Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo	M2	397,66	100,66	40.028,45	-	-	40.028,45
CDHU	70.02.010	11.2	Sinalização horizontal com tinta vinílica ou acrílica	M2	397,66	43,36	17.242,53	-	-	17.242,53
CDHU	70.03.001	11.3	Placa para sinalização viária em chapa de aço, totalmente refletiva com película IA/IA - área até 2,0 m²	M2	7,50	2.012,70	15.095,25	35,79	268,42	15.363,67
CDHU	41.10.400	11.4	Poste telecônico em aço SAE 1010/1020 galvanizado a fogo, com espera para uma luminária, altura de 3,00 m	UN	30,00	770,69	23.120,70	101,05	3.031,50	26.152,20

OBS: Os sub-itens que compoem os itens A-4, B-4, C-6, C-7 e C-8 desta Planilha de Orçamentária, corresponde a obras de Drenagem de águas pluviais, necessarias a complementação das obras. Totalizando o Valor de R\$ 1.599.533,46	<b>TOTAIS</b>	<b>MAT.</b>	2.170.875,82	<b>MDO.</b>	511.812,74	
	<b>PORCENTAGENS</b>	<b>MAT.</b>	80,92%	<b>MDO.</b>	19,08%	
	<b>TOTAL DO TRECHO - 02</b>					<b>2.682.688,56</b>
	<b>TOTAL GERAL</b>					<b>6.891.334,17</b>





---

Engenheiro Civil

**Marcelo Aparecido de Arruda**

CREA-SP n.º 5060662790

---

Secretário de Obras

**Luciano Rogério Lorenzini**





por Marcelo Aparecido de Arruda (Senha), Luciano Rogério Lorenzini (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.

validação de assinaturas: <https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?e1f91ad1-a669-4af8-962f-b9f8ba4eed3a>

validação de assinaturas: <https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?a4edbc11-3a38-4b1f-9868-ab9bd8bf4a13>



		<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL</b>			
		<b>DIRETORIA DE OBRAS</b>			
Melhoria da Mobilidade Urbana por meio do rebaixamento do leito carroçável da Avenida Comendador Luiz Fittipaldi sob a passagem da linha férrea. Também nessa avenida mencionada e na Rua José Lourenço Blanco, contemplando a AV. COM. LUIZ FITTIPALDI (TRECHO-01), RUA DONA SEBASTIANA DE BARROS E RUA JOSÉ LOURENÇO BLANCO, VILA SANTA					
<b>Data Base:</b>		MAIO/2024		<b>Referência:</b>	CPOS 196
<b>CÁLCULO DO BDI</b>					
Referência: Acórdão 2622/2013 - TCU - Plenário					
<b>CLASSIFICAÇÃO DA OBRA</b>					
Tipo de obra		1º Quartil	Médio	3º Quartil	
Construção de Rodovias e Ferrovias		19,60%	20,97%	24,23%	
<b>COMPONENTES DO BDI</b>					
<b>Componente</b>		<b>1º Quartil</b>	<b>Médio</b>	<b>3º Quartil</b>	<b>ADOTADO</b>
AC	Administração Central	3,80%	4,01%	4,67%	4,67%
S + G	Seguro + Garantia	0,32%	0,40%	0,74%	0,74%
R	Risco	0,50%	0,56%	0,97%	0,97%
<b>SOMA</b>				<b>6,38%</b>	
DF	Despesa Financeira	1,02%	1,11%	1,21%	1,21%
L	Lucro	6,64%	7,30%	8,69%	7,71%
<b>I</b>		<b>Impostos</b>		<b>6,65%</b>	
		ISS		3,00%	
		PIS		0,65%	
		COFINS		3,00%	

**FÓRMULA DO BDI**
$$BDI = \left[ \frac{(1 + (AC + S + R + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1 \right] \times 100$$

BDI ≥ 24,23%

**CÁLCULO DO BDI**

**BDI = 24,23%**

Marcelo Aparecido de Arruda  
Engenheiro Civil  
CREA-SP: 5060662790





## CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – (EM REAIS)

OBRA : Melhoria da Mobilidade Urbana por meio do rebaixamento do leito carroçável da Avenida Comendador Luiz Fittipaldi sob a passagem da linha férrea. Também nessa avenida mencionada e na Rua José Lourenço Blanco, contemplando a construção e ampliação das redes de galerias de águas pluviais, execução de ala e dissipador de energia em concreto, estruturas em gabião, implantação de rotatórias, execução de nova pavimentação asfáltica e recapeamento asfáltico, construção de guias, sarjetas, canaletas em concreto armado e calçadas em concreto, além da implantação de

PROPRIETÁRIO : PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL

ADMINISTRAÇÃO : ODIRLEI JOSÉ FELIX

LOCAL : AV. COM. LUIZ FITTIPALDI (TRECHO-01), RUA DONA SEBASTIANA DE BARROS E RUA JOSÉ LOURENÇO BLANCO, VILA SANTA TEREZINHA, AV. COM. LUIZ FITTIPALDI (TRECHO-02) VILA SÃO GERARDO, SÃO MANUEL-SP

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – (EM REAIS)																	
ITEM	SERVIÇOS	VALOR R\$ (BDI)	PESO (%)	1º MÊS (%)	2º MÊS (%)	3º MÊS (%)	4º MÊS (%)	5º MÊS (%)	6º MÊS (%)	7º MÊS (%)	8º MÊS (%)	9º MÊS (%)	10º MÊS (%)	11º MÊS (%)	12º MÊS (%)	TOTAL (%)	
A	REBAIXAMENTO DE LEITO, CONSTRUÇÃO DE REDE DE GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS, GUIAS, SARIJETAS, PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, CANALETAS, CALÇADA, MURO E MURETA DE CONTENÇÃO, (AVENIDA COM. LUIZ FITTIPALDI)																
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	29.374,42	0,43	30,00	30,00	20,00	20,00									100,00	
2	DEMOLIÇÕES E REMOÇÃO DE ENTULHOS	108.859,01	1,58	30,00	30,00	20,00	20,00									100,00	
3	TERRAPLANAGEM (REBAIXAMENTO DO GREIDE E READEQUAÇÃO DE TALUDE)	216.973,68	3,15	60,00	20,00	20,00										100,00	
4	DRENAGEM - REDE DE GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS	647.889,86	9,40	40,00	40,00	10,00	10,00									100,00	
5	CONSTRUÇÃO DE GUIA E SARIETA	66.235,83	0,96		20,00	30,00	30,00	20,00								100,00	
6	CONSTRUÇÃO DE CALÇADA	127.065,81	1,84						30,00	30,00	40,00					100,00	
7	CONSTRUÇÃO DE MURO EM CONCRETO ARMADO DE CONTENÇÃO DE TALUDE	234.983,05	3,41			10,00	30,00	20,00	30,00	10,00						100,00	
8	CONSTRUÇÃO DE CANALETA EM CONCRETO ARMADO	41.461,15	0,60			20,00	40,00	30,00	10,00							100,00	
9	CONSTRUÇÃO DE BASE E PAVIMENTO ASFALTICO	833.326,69	12,09		10,00	20,00	20,00	30,00	20,00							100,00	
10	CONSTRUÇÃO DE MURETA DE ALVENARIA E CONCRETO ARMADO DE CONTENÇÃO DE TALUDE	62.403,25	0,91					30,00	40,00	30,00						100,00	
11	ENSAIOS DE CONTROLE TECNOLÓGICO	6.040,73	0,09		30,00	20,00	50,00									100,00	
12	SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL	43.360,25	0,63							50,00	50,00					100,00	
			-														
B	CONSTRUÇÃO DE REDE DE GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS, GUIA, SARIETA, PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E CALÇADA (RUA JOSÉ LOURENÇO BLANCO)																
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	22.057,56	0,32	30,00	30,00	20,00	10,00	10,00								100,00	
2	DEMOLIÇÕES E REMOÇÃO DE ENTULHOS	4.890,02	0,07	30,00	30,00	30,00	10,00									100,00	
3	TERRAPLANAGEM (REBAIXAMENTO DO GREIDE)	198.055,39	2,87	40,00	30,00	20,00	10,00									100,00	
4	DRENAGEM (CAIXAS DE CAPTAÇÃO E POÇOS DE VISITA E PASSAGEM)	575.933,97	8,36		20,00	30,00	30,00	20,00								100,00	
5	CONSTRUÇÃO DE GUIA E SARIETA	69.679,93	1,01			20,00	30,00	30,00	10,00	10,00						100,00	
6	CONSTRUÇÃO DE CALÇADA	122.789,62	1,78					20,00	20,00	30,00	30,00					100,00	
7	CONSTRUÇÃO DE CANALETA EM CONCRETO ARMADO PARA COLETAR E DIRECIONAR AS ÁGUAS PLUVIAIS DA ÁREA DO LOTEAMENTO PROXIMO NÃO CONCLUÍDO	27.952,15	0,41				20,00	30,00	20,00	30,00						100,00	
8	CONSTRUÇÃO DE BASE E PAVIMENTO ASFALTICO	687.340,33	9,97			20,00	20,00	20,00	20,00	10,00	10,00					100,00	
9	CONSTRUÇÃO DE MURETA DE ALVENARIA E CONCRETO ARMADO DE CONTENÇÃO DE TALUDE	26.520,22	0,38						30,00	40,00	30,00					100,00	
10	ENSAIOS DE CONTROLE TECNOLÓGICO	5.759,62	0,08						20,00	30,00	50,00					100,00	
11	SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL	49.693,07	0,72							50,00	50,00					100,00	
C	CONSTRUÇÃO DE REDE DE GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS (ALA E DISSIPADOR DE GABIÃO), GUIA, SARIETA, PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E RECAPE, E CALÇADA (AVENIDA COM. LUIZ FITTIPALDI - TRECHO-02)																
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	22.372,99	0,32									40,00	30,00	20,00	10,00	100,00	
2	CONSTRUÇÃO DE CALÇADA	636.303,92	9,23									20,00	20,00	30,00	30,00	100,00	
3	DEMOLIÇÃO GUIA/SARIETA - EXISTENTE E CONSTRUÇÃO DE NOVAS GUIAS/SARIJETAS	237.992,38	3,45									50,00	30,00	20,00		100,00	
4	CONSTRUÇÃO DA 3ª PISTA COM PAVIMENTO ASFALTICO, E PAVIMENTAÇÃO DAS ROTATORIAS E PASSAGEM DE GALERIA DE CORRÉGO E ÁGUAS PLUVIAIS	1.011.985,49	14,68									20,00	30,00	40,00	10,00	100,00	
5	RECAPE DE PAVIMENTO ASFALTICO - TRECHOS DA AVENIDA	271.905,82	3,95									30,00	30,00	30,00	10,00	100,00	
6	DRENAGEM - DE PASSAGEM E REDE DE GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS	104.907,32	1,52											60,00	40,00	100,00	
7	CONSTRUÇÃO DE DISSIPADOR DE ENERGIA EM GABIÃO	181.418,92	2,63										10,00	50,00	40,00	100,00	
8	CONSTRUÇÃO DE ALA EM GABIÃO	83.148,88	1,21											20,00	50,00	30,00	100,00
9	CONSTRUÇÃO DE MURETA DE ALVENARIA E CONCRETO ARMADO DE CONTENÇÃO DE TALUDE	27.206,83	0,39											30,00	40,00	30,00	100,00
10	ENSAIOS DE CONTROLE TECNOLÓGICO	6.659,16	0,10										20,00	30,00	50,00	100,00	
11	SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL	98.786,85	1,43											20,00	40,00	40,00	100,00
TOTAIS R\$		R\$6.891.334,17	100,0	7,52	9,07	10,52	10,57	9,43	7,08	3,77	3,10	7,84	9,50	14,19	7,38	100,0	
				518.116,61	625.100,45	725.039,02	728.314,46	650.109,27	488.079,81	260.126,21	213.759,78	540.506,85	655.226,62	978.285,54	508.669,56	6.891.334,17	

São Manuel (SP), 20 de janeiro de 2026.

Engenheiro Civil  
Nome: Marcelo Aparecido de Arruda  
CREA-SP n.º 5060662790

Por Marcelo Aparecido de Arruda (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.

validação de assinaturas: <https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?8586e87c-3c8c-487c-af3e-d46a055d1b10>validação de assinaturas: <https://saomanuelweb.4rtec.com.br/assinador/verificacao.aspx?a4edbc11-3a38-4b1f-9868-ab9bd8bf4a13>





**SECRETARIA MUNICIPAL DE  
OBRAS, PLANEJAMENTO  
URBANO E HABITAÇÃO**

# MEMORIAL DESCRITIVO

Melhoria da Mobilidade Urbana por meio do rebaixamento do leito carroçável da Avenida Comendador Luiz Fittipaldi sob a passagem da linha férrea. Também nessa avenida mencionada e na Rua José Lourenço Blanco, contemplando a construção e ampliação das redes de galerias de águas pluviais, execução de ala e dissipador de energia em concreto, estruturas em gabião, implantação de rotatórias, execução de nova pavimentação asfáltica e recapeamento asfáltico, construção de guias, sarjetas, canaletas em concreto armado, calçadas em concreto, e implantação de sinalização viária.



 [municipiodesaomaneu](#)



 [municipiodesaomaneul](#)



✉ obras@saomanuel.sp.gov.br

Rua Dr. Júlio de Faria, nº 518 - Centro | CEP 18650-047 | São Manuel (SP) | +55 14 3812-4403

Assinado por Marcelo Aparecido de Arruda (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.





## Sumário

<b>MEMORIAL DESCRITIVO .....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>OBRA.....</b>	<b>5</b>
<b>3. OBJETIVO DA OBRA .....</b>	<b>5</b>
<b>5.6 CONDIÇÕES DO FUNDO DA CAIXA.....</b>	<b>9</b>
<b>5.6.1 Índice de Suporte (CBR) Compatível.....</b>	<b>9</b>
<b>5.6.2 Grau de Compactação Mínimo de 95% Proctor Normal.....</b>	<b>9</b>
<b>5.7 CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>a) Especificações Técnicas .....</b>	<b>10</b>
<b>b) Controle de Qualidade .....</b>	<b>10</b>
<b>6.1.2 Escavação de Valas .....</b>	<b>10</b>
<b>a) Locação e Controle Topográfico .....</b>	<b>10</b>
<b>b) Dimensões da Vala .....</b>	<b>10</b>
<b>c) Procedimento Executivo.....</b>	<b>10</b>
<b>d) Classificação do Solo.....</b>	<b>10</b>
<b>6.1.3 Escoramento (Quando Necessário).....</b>	<b>11</b>
<b>Tipos Adotáveis.....</b>	<b>11</b>
<b>Críticos de Segurança.....</b>	<b>11</b>
<b>6.1.4 Berço de Assentamento .....</b>	<b>11</b>
<b>a) Finalidade .....</b>	<b>11</b>
<b>b) Material .....</b>	<b>11</b>
<b>c) Execução .....</b>	<b>11</b>
<b>6.1.5 Assentamento com Junta Rígida Argamassada.....</b>	<b>11</b>
<b>a) Sentido Executivo .....</b>	<b>11</b>
<b>b) Procedimento.....</b>	<b>11</b>
<b>c) Tolerâncias.....</b>	<b>12</b>
<b>6.1.6 Capeamento Externo Impermeabilizado .....</b>	<b>12</b>
<b>6.1.7 Reaterro e Compactação em Camadas de 20 cm .....</b>	<b>12</b>
<b>a) Material .....</b>	<b>12</b>
<b>b) Execução .....</b>	<b>12</b>
<b>c) Grau de Compactação .....</b>	<b>12</b>
<b>d) Controle Tecnológico .....</b>	<b>12</b>





<b>6.2 CAIXAS DE PASSAGEM .....</b>	<b>12</b>
<b>6.2.1 Dimensões.....</b>	<b>12</b>
<b>6.2.2 Fundação – Brocas Estruturais Ø20 cm.....</b>	<b>13</b>
a) Especificações .....	13
b) Função Estrutural.....	13
<b>6.2.3 Piso em Concreto Armado – 20 cm .....</b>	<b>13</b>
<b>6.2.4 Pilares Armados 19x19 cm.....</b>	<b>13</b>
<b>6.2.5 Laje Superior Armada – 15 cm.....</b>	<b>13</b>
<b>6.2.6 Revestimento Interno em Argamassa 1:3 .....</b>	<b>13</b>
<b>6.3 BOCAS DE LOBO .....</b>	<b>14</b>
<b>6.3.1 Bloco Estrutural .....</b>	<b>14</b>
<b>6.3.2 Fundação.....</b>	<b>14</b>
<b>6.3.3 Tampa / Grelha.....</b>	<b>14</b>
<b>6.3.4 Interligação com Galeria .....</b>	<b>14</b>
<b>6.4 CRITÉRIOS GERAIS DE ACEITAÇÃO DO SISTEMA.....</b>	<b>14</b>
<b>7. DISPOSITIVOS HIDRÁULICOS ESPECIAIS.....</b>	<b>15</b>
Os dispositivos hidráulicos especiais têm por finalidade controlar, direcionar e dissipar a energia das águas pluviais provenientes da rede de galerias, garantindo estabilidade hidráulica, proteção estrutural e preservação ambiental do ponto de lançamento. .... 15	
<b>7.1 CONSTRUÇÃO DE ALA E DISSIPADOR DE ENERGIA EM CONCRETO ARMADO.....</b>	<b>15</b>
(Para recebimento das águas da rede de galerias pluviais) ..... 15	
<b>7.1.1 Finalidade .....</b>	<b>15</b>
A estrutura será implantada na saída da galeria pluvial com os seguintes objetivos: ..... 15	
<b>7.1.2 Ala de Concreto Armado.....</b>	<b>15</b>
a) Função Estrutural.....	15
A ala consiste em estrutura lateral de contenção implantada junto à boca de saída da galeria, promovendo: ..... 15	
b) Concreto .....	15
c) Armadura .....	15
d) Fundação.....	15
<b>7.1.3 Dissipador de Energia em Concreto Armado.....</b>	<b>16</b>
<b>7.1.4 Controle de Qualidade .....</b>	<b>16</b>
<b>7.2 CONSTRUÇÃO DE ALA E DISSIPADOR DE ENERGIA EM GABIÃO .....</b>	<b>17</b>





Para passagem existente das águas do córrego sob a Avenida Com. Luiz Fittipaldi.....	17
<b>7.2.1 Finalidade .....</b>	<b>17</b>
Estrutura destinada à estabilização hidráulica da passagem existente do córrego, com os seguintes objetivos:.....	17
<b>7.2.2 Gabiões Metálicos Galvanizados .....</b>	<b>17</b>
a) Características .....	17
b) Montagem .....	17
Montagem no local; .....	17
<b>7.2.3 Preenchimento com Pedra Rachão .....</b>	<b>17</b>
<b>7.2.4 Geotêxtil Separador .....</b>	<b>17</b>
a) Função .....	17
b) Instalação.....	18
<b>7.2.5 Base Regularizada e Compactada .....</b>	<b>18</b>
a) Preparação .....	18
b) Compactação .....	18
<b>7.2.6 Configuração do Dissipador em Gabião .....</b>	<b>18</b>
Pode incluir: .....	18
A disposição deverá garantir: .....	18
<b>7.3 CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO .....</b>	<b>18</b>
Os dispositivos hidráulicos serão considerados aceitos quando:.....	18
<b>8. IMPLANTAÇÃO DE ROTATÓRIAS .....</b>	<b>19</b>
<b>9. PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA .....</b>	<b>21</b>
<b>10. RECUPERAÇÃO DE BASE E RECAPEAMENTO .....</b>	<b>25</b>
<b>12. CALÇADAS EM CONCRETO .....</b>	<b>30</b>
<b>13. CONTROLE TECNOLÓGICO .....</b>	<b>32</b>
<b>14. SEGURANÇA DO TRABALHO .....</b>	<b>35</b>
<b>15. LIMPEZA FINAL E ENTREGA DA OBRA .....</b>	<b>38</b>





## OBRA

Melhoria da Mobilidade Urbana por meio do rebaixamento do leito carroçável da Avenida Comendador Luiz Fittipaldi sob a passagem da linha férrea. Também nessa avenida mencionada e na Rua José Lourenço Blanco, contemplando a construção e ampliação das redes de galerias de águas pluviais, execução de ala e dissipador de energia em concreto, estruturas em gabião, implantação de rotatórias, execução de nova pavimentação asfáltica e recapeamento asfáltico, construção de guias, sarjetas, canaletas em concreto armado, calçadas em concreto, e implantação de sinalização viária.

### 1. PROPRIETÁRIO

**Prefeitura Municipal de São Manuel – SP**

### 2. LOCAL DA OBRA

Avenida Comendador Luiz Fittipaldi, Trecho-01 (próximo a Vila Santa), e Trecho-02 (próximo ao Jd. Eldorado e Vila São Geraldo), Rua José Lourenço Blanco (próximo a Vila Santa Terezinha e COHAB III), Município E Comarca De São Manuel / Sp.

COORDENADAS:-

Locais	Coordenadas Latitude e Longitude:
Avenida Comendador Luiz Fittipaldi, Trechos-01	22°44'03,10"S, 48°33'38,01"O
Avenida Comendador Luiz Fittipaldi, Trechos-02	22°44'01,69"S, 48°33'26,40"O
Rua José Lourenço Blanco	22°43'58,34"S, 48°33'41,35"O

### 3. OBJETIVO DA OBRA





A presente intervenção tem como finalidade:

- Melhorar a mobilidade urbana;
- Eliminar ponto crítico de alagamento sob a passagem da linha férrea;
- Adequar o greide da via com rebaixamento controlado do leito carroçável, para ajustar a altura limitada de 3,20 metros;
- Aumentar a capacidade de drenagem urbana;
- Implantar dispositivos hidráulicos de controle e dissipação de energia;
- Requalificar geometricamente os cruzamentos com implantação de rotatórias;
- Recuperar e reforçar a estrutura do pavimento;
- Implantar nova pavimentação asfáltica;
- Melhorar acessibilidade com construção de calçadas.

#### **4. SERVIÇOS PRELIMINARES**

##### **4.1 Mobilização e Instalação de Canteiro**

Será executado e de responsabilidade da empresa contratada, e compreende:

- Mobilização de equipamentos;
- Implantação de canteiro provisório;
- Placas de identificação da obra;
- Instalações sanitárias e administrativas.

##### **4.2 Sinalização Provisória**

Inclui:

- Cones, cavaletes e placas refletivas;
- Desvios temporários de tráfego;
- Controle de fluxo veicular e pedestres;
- Atendimento às normas do CONTRAN e DER-SP.

#### **5. MOVIMENTO DE TERRA E REBAIXAMENTO DO GREIDE**

##### **Escavação para Rebaixamento do Leito Carroçável**

Será executado o rebaixamento do greide da Avenida Com. Luiz Fittipaldi no trecho-01, sob a linha férrea conforme perfil longitudinal de projeto, compreendendo:

##### **5.1 Escavação mecanizada;**

A escavação será executada de forma mecanizada, utilizando escavadeiras hidráulicas, retroescavadeiras e caminhões basculantes, observando:

##### **5.1.1 Delimitação e Controle Geométrico**

- Locação topográfica prévia do eixo, bordos e cotas de projeto;









- Nivelamento fino da superfície;
- Eliminação de pontos altos e rebaixamento de depressões;
- Ajuste das inclinações transversais para drenagem superficial.

#### **5.3.2 Escarificação**

- Revolvimento da camada superior (15 a 20 cm) para homogeneização;
- Correção de umidade quando necessário.

#### **5.3.3 Tratamento de Solo Inadequado**

Caso o solo apresente:

- CBR inferior ao mínimo exigido;
- Alta plasticidade;
- Saturação excessiva,

poderá ser executada:

- Substituição de solo;
- Estabilização granulométrica;
- Estabilização com cal ou cimento (se previsto em projeto).

### **5.4 COMPACTAÇÃO CONFORME PROCTOR NORMAL**

#### **5.4.1 Parâmetros de Compactação**

- Grau mínimo: 95% do Proctor Normal;
- Umidade ótima  $\pm$  2%.

#### **5.4.2 Equipamentos**

- Rolo compactador liso vibratório;
- Rolo pé-de-carneiro (quando necessário);
- Placa vibratória em áreas confinadas.

#### **5.4.3 Procedimento**

- Compactação em camadas máximas de 20 cm;
- Número de passadas definido por ensaio prévio;
- Controle da umidade antes da compactação.

### **5.5 CONTROLE TECNOLÓGICO DE COMPACTAÇÃO**

O controle será realizado por laboratório especializado, incluindo:

#### **5.5.1 Ensaio Proctor Normal**

- Determinação da umidade ótima;
- Determinação da densidade máxima seca.







### 5.5.2 Ensaio de Densidade “In Situ”

- Frasco de areia ou método nuclear;
- Frequência mínima: 1 ensaio a cada 500 m<sup>2</sup> ou por camada executada.

### 5.5.3 Relatórios

- Emissão de laudos técnicos;
- Registro de não conformidades;
- Recompactação obrigatória quando não atendido o índice mínimo.

## 5.6 CONDIÇÕES DO FUNDO DA CAIXA

Após a regularização e compactação, o fundo da caixa deverá atender:

### 5.6.1 Índice de Suporte (CBR) Compatível

- Valor mínimo conforme projeto estrutural de pavimentação;
- Ensaio realizado em laboratório com amostras representativas;
- Caso inferior ao especificado:
- Execução de reforço de subleito;
- Substituição parcial de material;
- Reforço com camada granular.

### 5.6.2 Grau de Compactação Mínimo de 95% Proctor Normal

- Verificação por ensaios in loco;
- Registro formal em boletins de controle;
- Liberação da camada somente após aprovação da fiscalização.

## 5.7 CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

A camada será aceita quando:

- Cota final estiver dentro da tolerância  $\pm 1,0$  cm;
- Compactação  $\geq 95\%$  PN;
- CBR  $\geq$  mínimo especificado, conforme Normas DER;
- Não apresentar pontos moles;
- Não apresentar segregação ou excesso de umidade.

## 6. SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL

O sistema de drenagem pluvial tem por finalidade captar, conduzir, inspecionar e lançar adequadamente as águas pluviais, assegurando o perfeito funcionamento hidráulico da via, prevenindo alagamentos, erosões, recalques estruturais e deterioração precoce do pavimento.





Os serviços deverão atender às normas da ABNT, especialmente a NBR 8890, além das especificações do DER-SP e boas práticas de engenharia.

### **6.1 REDE DE GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS**

Será executada rede com tubos de concreto armado classe PA-3, nos diâmetros DN 600 mm e DN 1200 mm, conforme dimensionamento hidráulico do projeto.

#### **6.1.1 Tubos de Concreto Armado – Classe PA-3**

##### **a) Especificações Técnicas**

- Classe estrutural: PA-3;
- Concreto com resistência compatível às cargas de tráfego pesado;
- Armadura em aço CA-50;
- Sistema ponta e bolsa;
- Fabricação industrial com controle tecnológico.

##### **b) Controle de Qualidade**

- Certificado de conformidade do fabricante;
- Verificação dimensional;
- Inspeção visual (ausência de fissuras, falhas ou deformações);
- Atendimento integral à NBR 8890.

#### **6.1.2 Escavação de Valas**

##### **a) Locação e Controle Topográfico**

- Marcação do eixo da galeria;
- Controle de declividade longitudinal;
- Conferência permanente de cotas de fundo.

##### **b) Dimensões da Vala**

- Largura mínima: diâmetro externo + 40 cm;
- Espaço lateral mínimo: 40 cm de cada lado;
- Profundidade conforme perfil hidráulico.

##### **c) Procedimento Executivo**

- Escavação mecanizada;
- Regularização manual do fundo, e compactação mecanizada com equipamento;
- Preservação da estabilidade dos taludes, com ;
- Implantação de drenagem provisória.

##### **d) Classificação do Solo**

- Solo comum;
- Solo de baixa coesão;







- Solo saturado (exigindo cuidados especiais).

#### **6.1.3 Escoramento (Quando Necessário)**

Obrigatório nos seguintes casos:

- Profundidade superior a 1,25 m em solo instável;
- Presença de solo arenoso ou saturado;
- Risco de colapso lateral.

Tipos Adotáveis

- Escoramento metálico modular;
- Pranchas de madeira;
- Blindagem metálica.

Critérios de Segurança

- Atendimento às normas de segurança do trabalho;
- Proibição de permanência em valas não escoradas;
- Remoção progressiva conforme reaterro.

#### **6.1.4 Berço de Assentamento**

a) Finalidade

Distribuir uniformemente as cargas do tubo ao solo de fundação.

b) Material

- Lastro de brita graduada compactada (mín. 5 cm).

c) Execução

- Regularização e nivelamento;
- Conferência da declividade;
- Compactação do fundo da vala antes da execução.

#### **6.1.5 Assentamento com Junta Rígida Argamassada**

a) Sentido Executivo

A execução seguirá obrigatoriamente:

**Jusante → Montante**

Justificativa técnica:

- Garante controle da declividade;
- Evita refluxo;
- Facilita inspeção.

b) Procedimento

- Posicionamento com equipamento mecânico;
- Ajuste fino manual;
- Conferência com nível ótico;









- Ajustável conforme profundidade da rede.

#### **6.2.2 Fundação – Brocas Estruturais Ø20 cm**

##### **a) Especificações**

- Diâmetro: 20 cm;
- Profundidade mínima: 2,00 m;
- Concreto fck  $\geq$  20 MPa;
- Armadura longitudinal e estribos.

##### **b) Função Estrutural**

- Transferência de cargas ao solo resistente;
- Controle de recalques diferenciais.

#### **6.2.3 Piso em Concreto Armado – 20 cm**

- Concreto fck 20 MPa;
- Espessura 20 cm;
- Malha de aço CA-50;
- Lastro de brita 5 cm;
- Base previamente compactada.

Inclui canaleta moldada para direcionamento do fluxo.

#### **6.2.4 Pilares Armados 19x19 cm**

- Seção 19 x 19 cm;
- Armadura longitudinal CA-50;
- Estribos Ø5 mm a cada 15 cm;
- Recobrimento mínimo 3 cm.

#### **6.2.5 Laje Superior Armada – 15 cm**

- Espessura mínima 15 cm;
- Armadura dupla;
- Concreto fck  $\geq$  20 MPa;
- Dimensionada para tráfego pesado;
- Instalação de tampão metálico classe D400.

#### **6.2.6 Revestimento Interno em Argamassa 1:3**

- Traço 1:3 (cimento:areia);
- Espessura mínima 2 cm;
- Acabamento desempenado;
- Aplicação de nata de cimento para impermeabilização.

Finalidade:













- Base sobre solo com capacidade de suporte adequada;
- Lastro de concreto magro (mín. 5 cm);
- Eventual uso de sapata corrida ou bloco de fundação;
- Em caso de solo fraco, execução de estacas ou brocas.

### 7.1.3 Dissipador de Energia em Concreto Armado

#### a) Finalidade

- Reduzir a energia cinética do fluxo proveniente da galeria, evitando:
- Erosão do leito;
- Formação de crateras;
- Instabilidade do canal receptor.

#### b) Configuração

- Poderá ser executado como:
- Bacia de dissipação;
- Soleira de impacto;
- Degraus hidráulicos;
- Laje de impacto com parede defletora.

#### c) Elementos Construtivos

- Piso em concreto armado (espessura mínima conforme cálculo estrutural);
- Parede frontal de contenção;
- Eventuais dentes ou blocos de impacto;
- Junta de dilatação quando necessário.

#### d) Execução

- Escavação e regularização da base;
- Compactação do subleito ( $\geq 95\%$  PN);
- Lastro de brita;
- Concretagem monolítica;
- Vibração mecânica do concreto;
- Cura adequada.

### 7.1.4 Controle de Qualidade

- Ensaios de resistência à compressão do concreto;
- Conferência geométrica;
- Verificação de alinhamento com eixo da galeria;







- Inspeção visual para fissuras ou falhas.

## 7.2 CONSTRUÇÃO DE ALA E DISSIPADOR DE ENERGIA EM GABIÃO

Para passagem existente das águas do córrego sob a Avenida Com. Luiz Fittipaldi.

### 7.2.1 Finalidade

Estrutura destinada à estabilização hidráulica da passagem existente do córrego, com os seguintes objetivos:

- Reduzir velocidade da água;
- Evitar erosão do leito e margens;
- Garantir estabilidade do ponto de descarga;
- Adaptar a estrutura às variações de vazão;
- Permitir flexibilidade estrutural.

### 7.2.2 Gabiões Metálicos Galvanizados

### a) Características

- Malha de aço galvanizado dupla torção;
- Revestimento anticorrosivo;
- Diâmetro do fio conforme norma técnica;
- Caixas modulares (ex.: 1,50 ou 2,00 x 1,00 x 1,00 m ou conforme projeto).

b) Montagem

Montagem no local:

- Amarração com arame galvanizado;
- Fixação entre módulos adjacentes;
- Travamento interno com diafragmas.

### 7.2.3 Preenchimento com Pedra Rachão

- Pedra de alta resistência;
- Dimensão compatível com malha;
- Preenchimento manual para melhor acomodação;
- Ausência de material friável;
- Distribuição uniforme.

#### 7.2.4 Geotêxtil Separador

a) Função







- Impedir carreamento de finos;
- Evitar erosão interna;
- Garantir estabilidade da estrutura.

**b) Instalação**

- Aplicação sob a base do gabião;
- Sobreposição mínima de 30 cm nas emendas;
- Fixação adequada para evitar deslocamento.

**7.2.5 Base Regularizada e Compactada**

**a) Preparação**

- Escavação e limpeza da área;
- Remoção de solo orgânico;
- Regularização do fundo.

**b) Compactação**

- Compactação mínima de 95% Proctor Normal;
- Nivelamento conforme projeto hidráulico;
- Execução de lastro de brita quando necessário.

**7.2.6 Configuração do Dissipador em Gabião**

Pode incluir:

- Degraus sucessivos;
- Soleira em gabião;
- Enrocamento complementar;
- Revestimento lateral de proteção.

A disposição deverá garantir:

- Redução progressiva da velocidade;
- Dissipação gradual da energia;
- Integração com o leito natural do córrego.

**7.3 CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO**

Os dispositivos hidráulicos serão considerados aceitos quando:

- Estrutura alinhada com a galeria;
- Concreto com resistência comprovada;
- Gabiões corretamente montados e preenchidos;









- Camada de reforço do subleito, quando necessário;
- Base granular (brita graduada simples ou material especificado em projeto);
- Compactação mecânica com controle tecnológico de densidade e umidade.

A base estrutural deverá atender às especificações de resistência e capacidade de suporte previstas no dimensionamento do pavimento, garantindo estabilidade e durabilidade ao sistema viário.

### 8.3. Pavimentação

A pavimentação será executada conforme projeto estrutural, podendo compreender:

- Imprimação da base;
- Pintura de ligação;
- Aplicação de revestimento asfáltico (CBUQ ou outro especificado);
- Compactação com rolos apropriados até atingir grau de compactação exigido.

A execução deverá assegurar superfície regular, adequada aderência e perfeito acabamento, garantindo conforto ao rolamento e resistência às solicitações do tráfego.

### 8.4. Guias Moldadas “In Loco”

Serão executadas guias de concreto moldadas no local, com as seguintes características:

- Concreto com resistência mínima especificada em projeto (geralmente  $f_{ck} \geq 20$  MPa);
- Forma e dimensões conforme padrão municipal;
- Acabamento desempenado e alinhamento contínuo;
- Junta de dilatação quando necessário.

As guias terão a função de delimitar a pista de rolamento, canalizar o tráfego e auxiliar na drenagem superficial.

### 8.5. Ilhas Centrais com Contenção

A ilha central será implantada com:

- Contenção em concreto ou meio-fio elevado;
- Reaterro interno compactado;
- Revestimento superficial (grama, piso intertravado, concreto ou paisagismo conforme projeto).





A contenção garantirá estabilidade estrutural da ilha e proteção contra invasão indevida de veículos, podendo prever faixa sobre-elevada transitável para veículos de grande porte, se indicado no projeto.

## **8. 6. Sinalização Horizontal e Vertical**

A rotatória será devidamente sinalizada, compreendendo:

- Sinalização Horizontal:
- Pintura de faixas de retenção;
- Setas direcionais;
- Linhas de canalização;
- Marcação de bordo;
- Pintura da área zebraada, quando aplicável.

A pintura será executada com tinta retrorrefletiva, conforme normas técnicas.

Sinalização Vertical:

- Placas de regulamentação (Dê a Preferência);
- Placas de advertência de rotatória à frente;
- Placas de orientação de fluxo, se necessário.

A implantação seguirá as diretrizes do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito.

Todos os serviços deverão seguir rigorosamente as especificações técnicas do projeto, normas da ABNT aplicáveis, diretrizes dos órgãos competentes e boas práticas de engenharia, garantindo:

- Segurança viária;
- Durabilidade da estrutura;
- Adequada drenagem;
- Conforto e fluidez no tráfego.

## **9. PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA**

Os serviços de pavimentação asfáltica serão executados conforme projeto executivo, atendendo às normas técnicas vigentes, às especificações do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo e demais diretrizes aplicáveis à infraestrutura viária urbana.

A estrutura do pavimento será composta pelas seguintes etapas:

### **9.1. Abertura e Preparo de Caixa**







Consiste na preparação da infraestrutura que receberá as camadas estruturais do pavimento, garantindo capacidade de suporte e estabilidade ao conjunto.

Serviços contemplados:

• **Escavação até 25 cm**

Será realizada escavação mecânica ou manual do leito existente até a profundidade média de 25 cm, ou conforme indicado em projeto, removendo solo vegetal, material orgânico ou camadas inadequadas.

O material escavado impróprio será transportado para local de bota-fora autorizado.

• **Regularização e Escarificação**

Após a escavação, o subleito será regularizado, eliminando irregularidades e garantindo as cotas e inclinações previstas em projeto.

Será realizada escarificação da superfície para promover melhor homogeneização do solo e garantir adequada compactação.

• **Compactação de 15 cm abaixo da caixa**

A camada inferior ao fundo da caixa, correspondente aos 15 cm imediatamente abaixo da estrutura do pavimento, será compactada mecanicamente até atingir o grau de compactação especificado (mínimo de 95% do Proctor Normal ou conforme projeto).

A compactação será realizada com equipamentos apropriados, com controle de umidade ótima.

• **Substituição de Solo Inadequado**

Quando identificado solo com baixa capacidade de suporte (baixo CBR, material expansivo ou orgânico), será realizada sua remoção e substituição por material granular adequado, devidamente compactado.

O controle tecnológico incluirá ensaios de compactação e, quando necessário, ensaios de CBR para verificação da capacidade estrutural.

**9.2. Base em Brita Graduada**

A base estrutural será executada em brita graduada simples (BGS), com espessura final compactada de 10 cm.

**Serviços compreendidos:**

• **Fornecimento e Transporte**

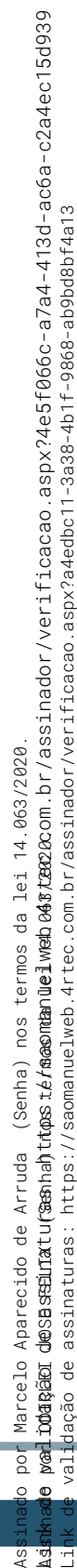
Fornecimento de material pétreo proveniente de jazida licenciada, com granulometria conforme faixa especificada em norma técnica.

O transporte será realizado em caminhões basculantes, evitando segregação do material.

• **Espalhamento**

Distribuição do material sobre o subleito previamente preparado, com uso de motoniveladora, garantindo espessura uniforme e perfil transversal adequado (inclinação para escoamento superficial).









- Aplicação uniforme com espargidor;
- Respeito ao tempo de ruptura da emulsão antes da aplicação da camada superior.

#### **9.4. Camada de Rolamento – CBUQ**

A camada de revestimento será executada com Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), produzido em usina apropriada, obedecendo à dosagem aprovada em projeto.

##### **Espessuras médias:**

- 4 cm para pavimento novo;
- 3 cm para recapeamento.

##### **Execução dos Serviços**

###### **• Aplicação com Vibroacabadora**

O CBUQ será lançado por vibroacabadora, garantindo:

- Espessura uniforme;
- Nivelamento adequado;
- Correto acabamento superficial.

###### **• Compactação com Rolo Tandem**

A compactação será realizada em etapas (rolo liso vibratório e rolo pneumático, quando necessário), garantindo:

- Densidade especificada;
- Eliminação de vazios excessivos;
- Superfície regular.

###### **• Temperatura mínima de aplicação: 110°C**

O lançamento e a compactação deverão ocorrer com temperatura mínima de 110°C, assegurando trabalhabilidade e aderência adequadas.

###### **• Controle de Teor de Betume**

Serão realizados ensaios laboratoriais para verificação:

- Teor de ligante asfáltico;
- Granulometria da mistura;
- Estabilidade e fluência (ensaio Marshall ou método equivalente);
- Grau de compactação in situ.

#### **9.5. Considerações Técnicas Finais**

A execução da pavimentação deverá observar:

- Condições climáticas adequadas (ausência de chuva);





- Controle rigoroso de espessuras;
- Garantia de caimento transversal para drenagem;
- Atendimento às tolerâncias geométricas previstas em norma;
- Controle tecnológico contínuo em todas as etapas.

O conjunto estrutural deverá assegurar resistência mecânica, durabilidade, conforto ao rolamento e desempenho adequado ao tráfego projetado.

Se desejar, posso organizar esse conteúdo no formato completo de Memorial Descritivo para licitação, já estruturado com objetivo, metodologia executiva, normas técnicas e critérios de medição e pagamento.

## **10. RECUPERAÇÃO DE BASE E RECAPEAMENTO**

Os serviços de recuperação estrutural e recapeamento asfáltico têm como objetivo restabelecer a capacidade estrutural do pavimento existente, corrigir patologias (trincas, afundamentos, painéis e desgaste superficial) e prolongar a vida útil da 10.via, garantindo segurança e conforto ao tráfego.

Os procedimentos deverão atender às normas técnicas vigentes e às especificações do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo.

Os serviços compreendem:

### **10.1. Fresagem Localizada (quando necessária)**

A fresagem será executada nos trechos que apresentarem:

- Deformações plásticas (afundamento de trilhas de roda);
- Exsudação de ligante;
- Desagregação do revestimento;
- Remendos deteriorados;
- Desníveis que comprometam o perfil longitudinal ou transversal.

#### **Procedimentos:**

- Utilização de fresadora a frio com controle eletrônico de profundidade;
- Remoção da camada deteriorada até atingir material estruturalmente íntegro;
- Profundidade variável conforme diagnóstico técnico;
- Limpeza completa da superfície fresada com vassoura mecânica e jato de ar comprimido;
- Destinação ambientalmente adequada do material fresado (RAP).
- A fresagem garantirá nivelamento adequado e melhor aderência das novas camadas asfálticas.

### **10.2. Reparo Estrutural**





Nos pontos onde houver comprometimento da base ou sub-base, será executado reparo estrutural localizado.

**Serviços compreendidos:**

- Remoção total do pavimento deteriorado até atingir camada firme;
- Escavação e substituição de material contaminado ou com baixa capacidade de suporte;
- Recomposição da base com brita graduada ou material especificado em projeto;
- Compactação mecânica controlada;
- Aplicação de imprimação ou pintura de ligação conforme necessidade;
- Recomposição da camada asfáltica intermediária.

O reparo estrutural deverá restabelecer a capacidade de suporte do pavimento, evitando a propagação de patologias para a nova camada de rolamento.

**10.3. Aplicação de Binder**

O Binder consiste em uma camada intermediária estrutural em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ com graduação mais aberta ou específica para camada de ligação).

**Características:**

- Espessura média compactada: 2 cm;
- Aplicação após pintura de ligação com emulsão RR-1C;
- Lançamento com vibroacabadora;
- Compactação com rolos lisos vibratórios e/ou pneumáticos.

**Finalidade:**

- Regularizar imperfeições remanescentes;
- Proporcionar reforço estrutural;
- Melhorar a distribuição de tensões;
- Garantir aderência adequada para a camada final.

O controle tecnológico incluirá verificação de temperatura de aplicação (mínimo recomendado de 110°C), espessura e grau de compactação.

**10.4. Camada de CBUQ Final**

A camada final de rolamento será executada em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), com espessura média compactada de 2 cm.

**Execução:**

- Aplicação de pintura de ligação sobre o Binder;
- Lançamento com vibroacabadora, garantindo espessura uniforme;
- Compactação sequencial (rolo liso vibratório, rolo tandem e, se necessário, rolo pneumático);





- Controle rigoroso de temperatura durante aplicação e compactação.

#### **Objetivos:**

- Restabelecer as condições de conforto e segurança;
- Proporcionar superfície regular e antiderrapante;
- Melhorar a impermeabilização do pavimento;
- Aumentar a vida útil da estrutura existente.

#### **Controle Tecnológico**

Durante todas as etapas deverão ser realizados:

- Controle de temperatura da massa asfáltica;
- Ensaios de teor de betume;
- Controle de granulometria;
- Verificação de espessura por extração de corpos de prova;
- Controle de compactação in situ.

#### **Considerações Finais**

A recuperação de base e o recapeamento deverão ser executados apenas em condições climáticas favoráveis, sobre superfície limpa e seca, garantindo:

- Perfeita aderência entre camadas;
- Uniformidade do perfil longitudinal e transversal;
- Correto escoamento superficial das águas pluviais;
- Desempenho estrutural compatível com o tráfego previsto.

### **11. GUIAS, SARJETAS E CANALETAS**

Os dispositivos de drenagem superficial, compostos por guias, sarjetas e canaletas, têm como finalidade conduzir adequadamente as águas pluviais, proteger o pavimento contra infiltrações, preservar o subleito e aumentar a durabilidade da infraestrutura viária.

Os serviços deverão atender às normas técnicas da ABNT, às diretrizes do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo e às especificações do projeto executivo.

#### **11.1. Guias e Sarjetas Extrusadas**

As guias e sarjetas serão executadas por meio de equipamento extrusor de concreto, garantindo continuidade, alinhamento e produtividade.

##### **• Execução Contínua**





A concretagem será realizada de forma contínua, com equipamento de extrusão que molda simultaneamente a guia e a sarjeta no local definitivo, assegurando:

- Uniformidade geométrica;
- Melhor desempenho estrutural;
- Redução de juntas frias;
- Maior produtividade e qualidade superficial.

A base de apoio deverá estar previamente regularizada, nivelada e compactada.

#### • Juntas a cada 3–4 metros

Serão executadas juntas de retração a cada 3 a 4 metros, com a finalidade de:

- Controlar fissuração por retração do concreto;
- Permitir movimentações térmicas;
- Evitar trincas aleatórias.

As juntas poderão ser moldadas durante a execução ou serradas após o início de pega do concreto, conforme procedimento executivo adotado.

#### • Perfil Conforme Projeto

O perfil geométrico das guias e sarjetas deverá obedecer rigorosamente ao projeto, contemplando:

- Altura da guia;
- Largura da sarjeta;
- Inclinação transversal adequada para escoamento;
- Raio de concordância em esquinas e acessos.

O alinhamento longitudinal será controlado por linha-guia e nivelamento topográfico, garantindo escoamento eficiente das águas pluviais.

#### • Concreto Adequado para Extrusão

Será utilizado concreto com características específicas para extrusão, apresentando:

- Baixo fator água/cimento;
- Consistência plástica firme;
- Resistência característica compatível com o projeto (geralmente  $f_{ck} \geq 20$  MPa, salvo especificação diversa);
- Controle tecnológico de abatimento e resistência.

O concreto deverá apresentar trabalhabilidade adequada ao processo mecanizado, permitindo acabamento uniforme e resistência satisfatória após cura.





### 11.2. Canaletas de Concreto Armado

As canaletas de concreto armado serão executadas nos pontos de maior concentração de fluxo superficial, tais como:

- Encontros de vias;
- Pontos de captação concentrada;
- Trechos com declividade acentuada;
- Áreas sujeitas a erosão.

#### • Concreto $f_{ck} \geq 20$ MPa

Será empregado concreto estrutural com resistência característica mínima à compressão de 20 MPa, garantindo:

- Resistência mecânica adequada;
- Durabilidade frente à ação da água;
- Baixa permeabilidade.

O concreto deverá ser lançado sobre base regularizada e compactada, com posterior adensamento mecânico e cura úmida adequada.

#### • Armadura Conforme Dimensionamento

As canaletas serão armadas conforme projeto estrutural específico, podendo incluir:

- Barras longitudinais;
- Estribos ou telas soldadas;
- Ancoragens laterais.

A armadura deverá ser posicionada com cobrimento mínimo conforme normas da ABNT, garantindo proteção contra corrosão e desempenho estrutural.

#### • Acabamento Desempenado

O acabamento superficial será desempenado manualmente ou mecanicamente, garantindo:

- Superfície lisa e regular;
- Adequada declividade para escoamento;
- Ausência de depressões que provoquem acúmulo de água.

As arestas deverão ser chanfradas quando previsto em projeto, evitando lascamentos.

### Considerações Técnicas Finais

A execução das guias, sarjetas e canaletas deverá assegurar:

- Continuidade hidráulica do sistema;





- Correto direcionamento das águas pluviais;
- Proteção das camadas estruturais do pavimento;
- Prevenção de processos erosivos;
- Integração adequada com bocas de lobo e demais dispositivos de drenagem.

## **12. CALÇADAS EM CONCRETO**

A execução de passeios públicos em concreto tem como finalidade garantir circulação segura, confortável e acessível aos pedestres, assegurando durabilidade, estabilidade estrutural e atendimento às normas técnicas vigentes.

Os serviços deverão atender às normas da ABNT, especialmente a Associação Brasileira de Normas Técnicas, com destaque para a ABNT NBR 9050, além das legislações municipais aplicáveis. Os serviços compreenderão:

### **12.1. Regularização do Subleito**

Consiste na preparação da base natural que receberá a estrutura do passeio.

Procedimentos:

- Remoção de solo orgânico, entulho ou material inadequado;
- Escavação até a cota definida em projeto;
- Nivelamento e conformação do terreno;
- Correção de eventuais pontos de solo fraco;
- Compactação mecânica até atingir grau de compactação mínimo especificado.

A superfície deverá apresentar declividade transversal adequada (mínimo de 1% a 3%) para garantir o escoamento superficial das águas pluviais.

### **12.2. Base Compactada**

Sobre o subleito regularizado será executada camada de base granular, quando especificado em projeto.

Características:

- Material granular (areia, pó de brita ou brita graduada);
- Espessura conforme projeto (geralmente entre 5 e 10 cm);
- Espalhamento uniforme;
- Compactação mecânica com placa vibratória ou rolo compactador leve.

A base deverá proporcionar suporte uniforme à placa de concreto, evitando recalques diferenciais e fissuração precoce.







### 12.3. Concreto fck 20 MPa

O passeio será executado em concreto estrutural com resistência característica mínima à compressão de 20 MPa.

Especificações:

- Dosagem controlada em usina ou preparada em obra com controle tecnológico;
- Fator água/cimento adequado;
- Lançamento contínuo;
- Adensamento manual ou mecânico;
- Cura úmida por no mínimo 3 dias ou aplicação de agente de cura química.

O concreto deverá apresentar homogeneidade, ausência de segregação e adequada resistência superficial ao desgaste.

### 12.4. Espessura Mínima de 7 a 10 cm

A espessura do passeio deverá ser:

- Mínimo de 7 cm para áreas exclusivamente destinadas a pedestres;
- 10 cm ou mais em locais sujeitos a acesso eventual de veículos leves (garagens ou rebaixamentos).

A espessura final deverá ser controlada durante a execução, garantindo uniformidade e resistência adequada.

### 12.5. Junta de Dilatação

Serão executadas juntas de controle e dilatação para evitar fissuração desordenada provocada por retração hidráulica e variações térmicas.

Características:

- Espaçamento médio entre 2,0 e 3,0 metros;
- Profundidade mínima de 1/3 da espessura da placa;
- Execução por meio de régua metálica durante a concretagem ou corte com serra após início de pega;
- Inserção de material compressível nas juntas de dilatação estruturais, quando necessário.

As juntas deverão ser alinhadas e perpendiculares ao eixo da calçada.

### 12.6. Adequação às Normas de Acessibilidade – NBR 9050

A execução das calçadas deverá atender integralmente às diretrizes da ABNT NBR 9050, garantindo acessibilidade universal.





Principais requisitos:

- Faixa livre de circulação com largura mínima conforme norma;
- Superfície regular, firme, estável e antiderrapante;
- Inclinação transversal máxima de 3%;
- Inclinação longitudinal compatível com o greide da via;
- Implantação de rampas de acessibilidade nas travessias;
- Piso tátil direcional e de alerta conforme especificações técnicas;
- Ausência de obstáculos na faixa livre.

O objetivo é assegurar mobilidade segura para pessoas com deficiência, idosos, gestantes e demais usuários.

### 12.7. Acabamento Superficial

O acabamento poderá ser:

- Desempenado liso;
- Vassourado (para efeito antiderrapante);

Deverá apresentar superfície uniforme, sem trincas, depressões ou falhas.

### 12.8. Considerações Técnicas Finais

A execução das calçadas em concreto deverá garantir:

- Durabilidade e resistência mecânica;
- escoamento adequado das águas pluviais;
- Segurança e conforto ao pedestre;
- Atendimento integral às normas técnicas e de acessibilidade;
- Integração harmoniosa com guias, sarjetas e sistema viário existente.

Caso deseje, posso complementar com critérios de medição e pagamento, detalhamento típico construtivo, ou integrar o texto ao Memorial Descritivo completo da obra.

## 13. CONTROLE TECNOLÓGICO

O controle tecnológico consiste no conjunto de procedimentos, ensaios e verificações técnicas destinados a assegurar que os materiais empregados e os serviços executados atendam às especificações de projeto, às normas técnicas vigentes e aos requisitos de desempenho e durabilidade da obra.

Os ensaios deverão ser realizados por laboratório especializado, devidamente acreditado junto ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), garantindo rastreabilidade, confiabilidade e validade técnica dos resultados.





## Ensaaios Obrigatórios

### 13.1. Ensaio de Compactação do Solo

Realizado para determinar a relação entre umidade e densidade máxima seca do solo, por meio do ensaio Proctor (Normal ou Modificado, conforme especificação).

– **Objetivos:**

- Determinar a umidade ótima de compactação;
- Estabelecer a densidade máxima seca;
- Servir como referência para controle de compactação em campo.

**Aplicação:**

O ensaio será executado para:

- Subleito;
- Camadas de reforço;
- Base granular, quando aplicável.

Em campo, será verificado o grau de compactação por meio de ensaio de densidade in situ (método do frasco de areia, cilindro de cravação ou equipamento nuclear), devendo atingir no mínimo o percentual especificado em projeto (geralmente  $\geq 95\%$  do Proctor Normal).

### 13.2. Ensaio CBR (California Bearing Ratio)

O ensaio de CBR determina a capacidade de suporte do solo ou material granular.

**Finalidade:**

- Avaliar a resistência do subleito;
- Verificar a adequação de materiais de base e sub-base;
- Confirmar parâmetros adotados no dimensionamento do pavimento.

O ensaio será realizado em amostras representativas, compactadas na umidade ótima determinada no ensaio Proctor.

Valores abaixo dos limites de projeto implicarão:

- Substituição do material;
- Estabilização do solo;
- Reforço estrutural adicional.

### 13.3. Ensaio de Resistência do Concreto

Aplicável às obras de concreto (guias, sarjetas, canaletas, calçadas e demais elementos estruturais).

**Procedimentos:**







- Moldagem de corpos de prova cilíndricos durante a concretagem;
- Cura controlada;
- Rompimento aos 7 e/ou 28 dias.

**Objetivo:**

Verificar se a resistência característica à compressão (fck) atende ao valor especificado em projeto (ex.: fck  $\geq$  20 MPa).

Resultados inferiores ao especificado poderão implicar:

- Avaliação estrutural complementar;
- Extração de testemunhos;
- Reforço ou demolição do elemento, conforme análise técnica.

**13.4. Ensaio de Teor de Betume**

Realizado na mistura asfáltica (CBUQ ou Binder) para verificar o percentual de ligante asfáltico presente na massa.

**Objetivos:**

- Confirmar conformidade com a dosagem de projeto;
- Garantir desempenho mecânico adequado;
- Evitar exsudação (excesso de ligante) ou desagregação (falta de ligante).

O ensaio poderá ser realizado por:

- Método de extração por solvente;
- Forno rotativo;
- Outros métodos normatizados.

**13.5. Grau de Compactação do CBUQ**

Visa verificar se a camada asfáltica executada atingiu a densidade especificada.

**Procedimentos:**

- Extração de corpos de prova (testemunhos) por meio de sonda rotativa;
- Determinação da densidade aparente;
- Comparação com a densidade de projeto (massa específica máxima teórica).

**Objetivo:**

Garantir que o revestimento apresente:

- Resistência estrutural adequada;
- Baixa permeabilidade;
- Durabilidade;
- Desempenho compatível com o tráfego previsto.









## **14.2 Atendimento à NR-06 – Equipamentos de Proteção Individual (EPI)**

A contratada deverá fornecer gratuitamente aos trabalhadores todos os Equipamentos de Proteção Individual adequados aos riscos das atividades desenvolvidas.

### **14.2.1 Exigências Técnicas**

- Todos os EPIs deverão possuir Certificado de Aprovação (CA) válido;
- A entrega deverá ser registrada em ficha individual assinada pelo trabalhador;
- Os equipamentos deverão estar em perfeito estado de conservação;
- A substituição deverá ocorrer sempre que houver dano ou desgaste.

### **14.2.2 EPIs Mínimos Exigidos (conforme atividade)**

- Capacete de segurança com jugular;
- Botina de segurança com biqueira reforçada;
- Colete refletivo para serviços em vias públicas;
- Luvas apropriadas à atividade;
- Óculos de proteção contra impactos;
- Protetor auricular para ambientes com ruído;
- Máscara respiratória para atividades com poeiras;
- Cinto de segurança tipo paraquedista para trabalho em altura.

### **14.2.3 Obrigações**

Compete à contratada:

- Orientar e treinar os trabalhadores quanto ao uso correto;
- Fiscalizar o uso permanente;
- Manter controle de entrega e substituição.

Compete ao trabalhador:

- Utilizar corretamente o EPI;
- Comunicar irregularidades ou danos.

## **14.3 Atendimento à NR-18 – Segurança na Indústria da Construção**

A obra deverá atender às exigências específicas para atividades da construção civil.

### **14.3.1 Organização do Canteiro**

O canteiro deverá possuir:

- Áreas de circulação sinalizadas;
- Isolamento das frentes de serviço;
- Sinalização vertical e horizontal de segurança;
- Áreas de vivência (sanitário, local de refeição e abrigo);
- Iluminação adequada, quando necessário.













**SECRETARIA MUNICIPAL DE  
OBRAS, PLANEJAMENTO  
URBANO E HABITAÇÃO**

- Varrição completa da superfície;
- Remoção de terra, areia e material particulado;
- Lavagem da pista, quando necessário;
- Desobstrução de bocas de lobo e galerias;
- Regularização de áreas adjacentes eventualmente degradadas;
- Correção de danos causados a imóveis lindeiros ou mobiliário urbano.



Rua Dr. Júlio de Faria, nº 518 - Centro | CEP 18650-047 | São Manuel (SP) | +55 14 3812-4403

Assinado por Marcelo Aparecido de Arruda (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.  
Assinado por Marcelo Aparecido de Arruda (Senha) nos termos da lei 14.063/2020.





### 15.3.3 Condições Técnicas

A via deverá apresentar:

- Superfície limpa e isenta de resíduos;
- Ausência de materiais soltos que comprometam a segurança;
- Sistema de drenagem desobstruído;
- Sinalização visível e em perfeito estado.

### 15.4 Liberação Total ao Tráfego

#### 15.4.1 Condições para Liberação

A liberação ao tráfego somente poderá ocorrer após:

- Cura adequada do concreto (quando aplicável);
- Resfriamento e estabilização da camada asfáltica;
- Conclusão da sinalização horizontal e vertical;
- Retirada de barreiras e dispositivos provisórios;
- Verificação da estabilidade estrutural da via.

#### 15.4.2 Segurança

Deverá ser garantido que:

- Não haja desníveis abruptos;
- Não existam depressões ou falhas superficiais;
- Não haja risco de desprendimento de materiais;
- A sinalização esteja implantada conforme projeto.

A liberação poderá ocorrer de forma parcial ou total, conforme orientação da fiscalização.

### 15.5 Entrega Conforme Projeto Aprovado

#### 15.5.1 Conformidade Técnica

A obra deverá estar integralmente executada de acordo com:

- Projeto executivo aprovado;
- Memorial descritivo;
- Especificações técnicas;
- Normas técnicas aplicáveis;
- Contrato administrativo.

#### 15.5.2 Verificação Final

A fiscalização realizará:

- Inspeção visual completa;
- Conferência dimensional;
- Verificação de acabamentos;





- Avaliação do funcionamento dos dispositivos de drenagem;
- Conferência da sinalização implantada.

#### **15.5.3 Entrega Provisória**

Será emitido Termo de Recebimento Provisório após constatação de:

- Conclusão integral dos serviços;
- Ausência de pendências técnicas;
- Limpeza total da área;
- Funcionamento adequado da infraestrutura.

#### **15.5.4 Entrega Definitiva**

Após o período contratual de observação e inexistindo vícios construtivos, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo.

#### **15.6 Responsabilidades da Contratada**

Compete à contratada:

- Arcar com todos os custos de limpeza e transporte de resíduos;
- Reparar eventuais danos identificados na vistoria;
- Manter a obra em perfeitas condições até o recebimento definitivo.

O não atendimento às exigências poderá implicar:

- Retenção de medições;
- Aplicação de penalidades contratuais;
- Suspensão do recebimento da obra.

São Manuel, 06 de janeiro de 2026.

**Marcelo Aparecido de Arruda**  
Engº Civil - CREA-SP nº: 5060662790



LEGENDA :

BOCA DE LOBO DUPLA

CAIXA DE PASSAGEM

POÇO DE VISITA

ALA EM GABIÃO

REDUTOR DE VELOCIDADE-GABIÃO

RUAS E VICINAL

TUBULAÇÃO Ø 0,60 = 33,00 m

TUBULAÇÃO Ø 1,50 = 31,50 m

CURVAS EM NÍVEL DE m DE m

GUIA/SARJETA

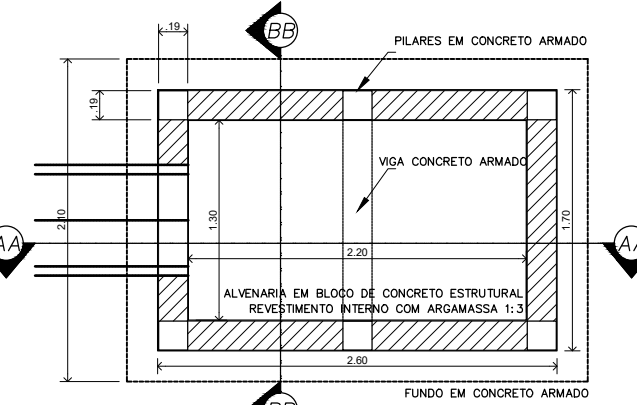
DIVISA POR CERCA

QUADRAS – LOTEAMENTOS

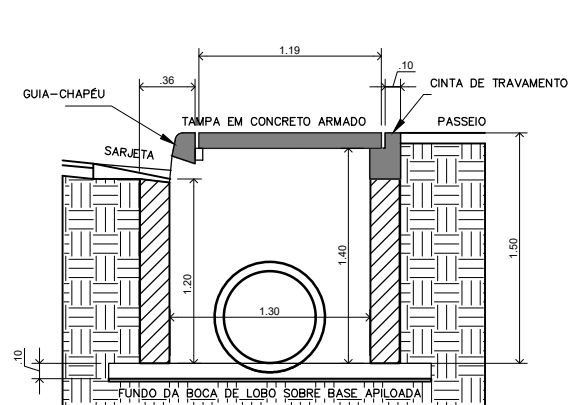
Pv Sabesp

BOCA DE LOBO DUPLA PADRÃO PMSP  
(1.30 x 2.20 x 1.40 : INTERNO)  
SEM ESCALA

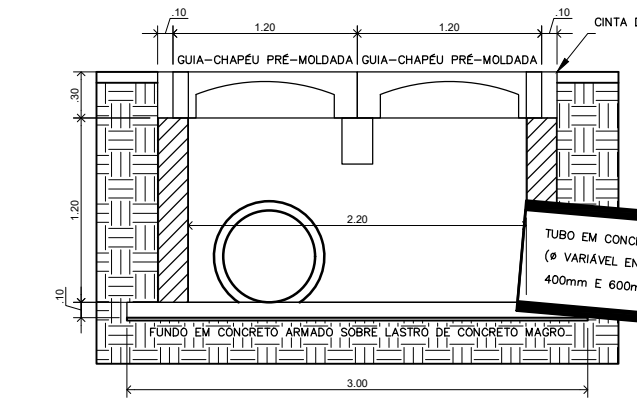
PLANTA BAIXA



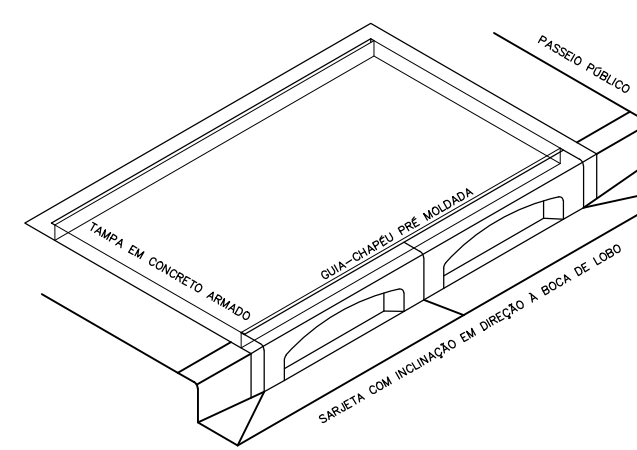
CORTE BB



CORTE AA



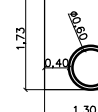
VISTA EM ISOMETRIA



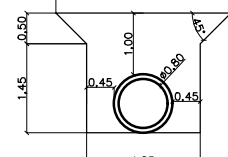
ÁREAS DAS SECÇÕES DE ESCAVAÇÃO

E ATERRO DAS LINHAS DE TUBOS

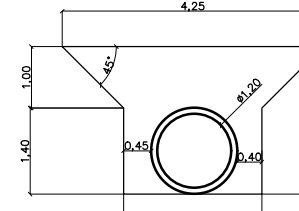
TUBO Ø 0,60m  
Aescav=2,25m<sup>2</sup>  
Aaterro=1,86m<sup>2</sup>



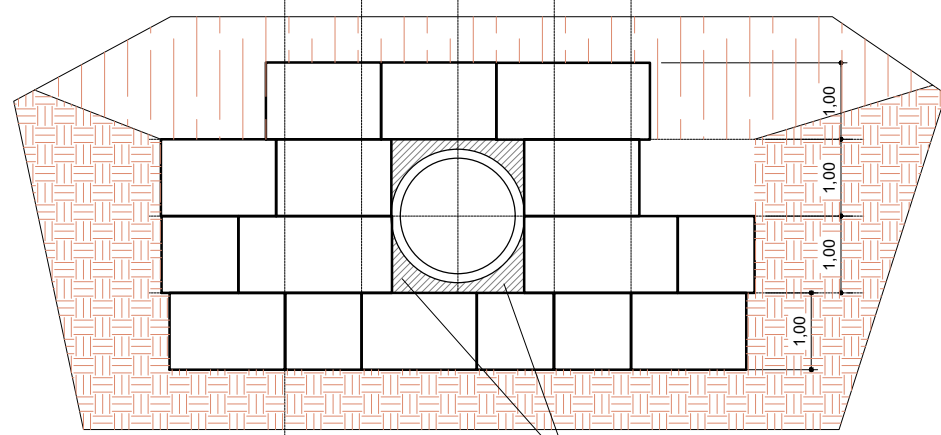
TUBO Ø 0,80m  
Aescav=3,85m<sup>2</sup>  
Aaterro=2,98m<sup>2</sup>



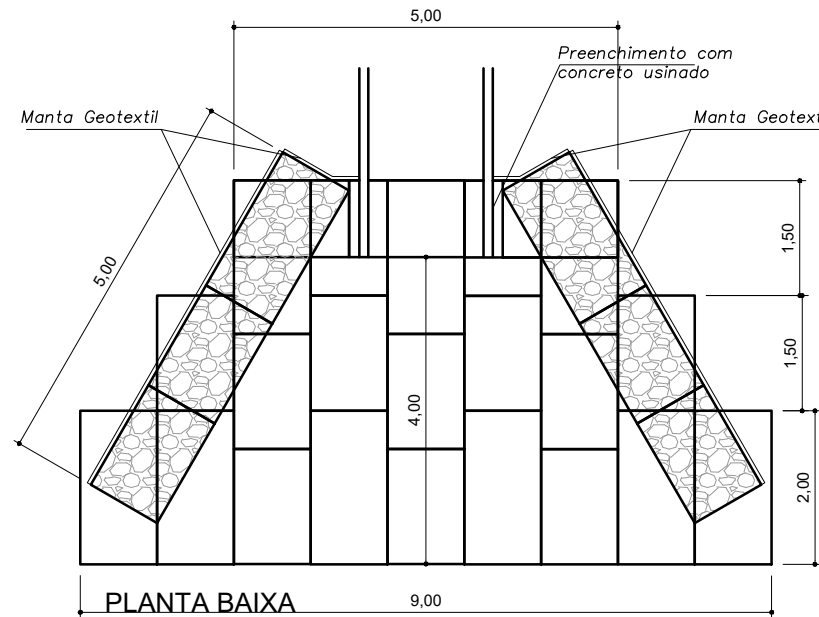
TUBO Ø 1,20m  
A cort=6,40m<sup>2</sup>  
A ater=4,86m<sup>2</sup>



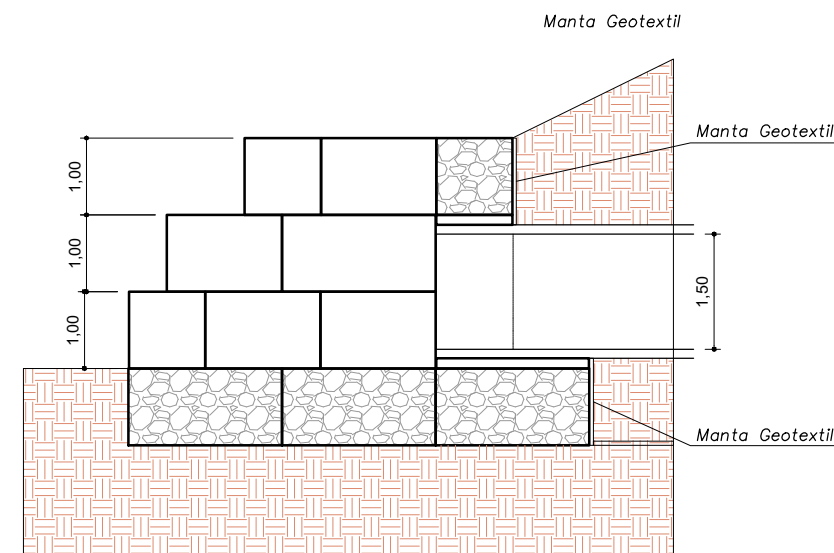
ALA DA GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS - GABIÃO



VISTA FRONTAL  
ESC.:1:50

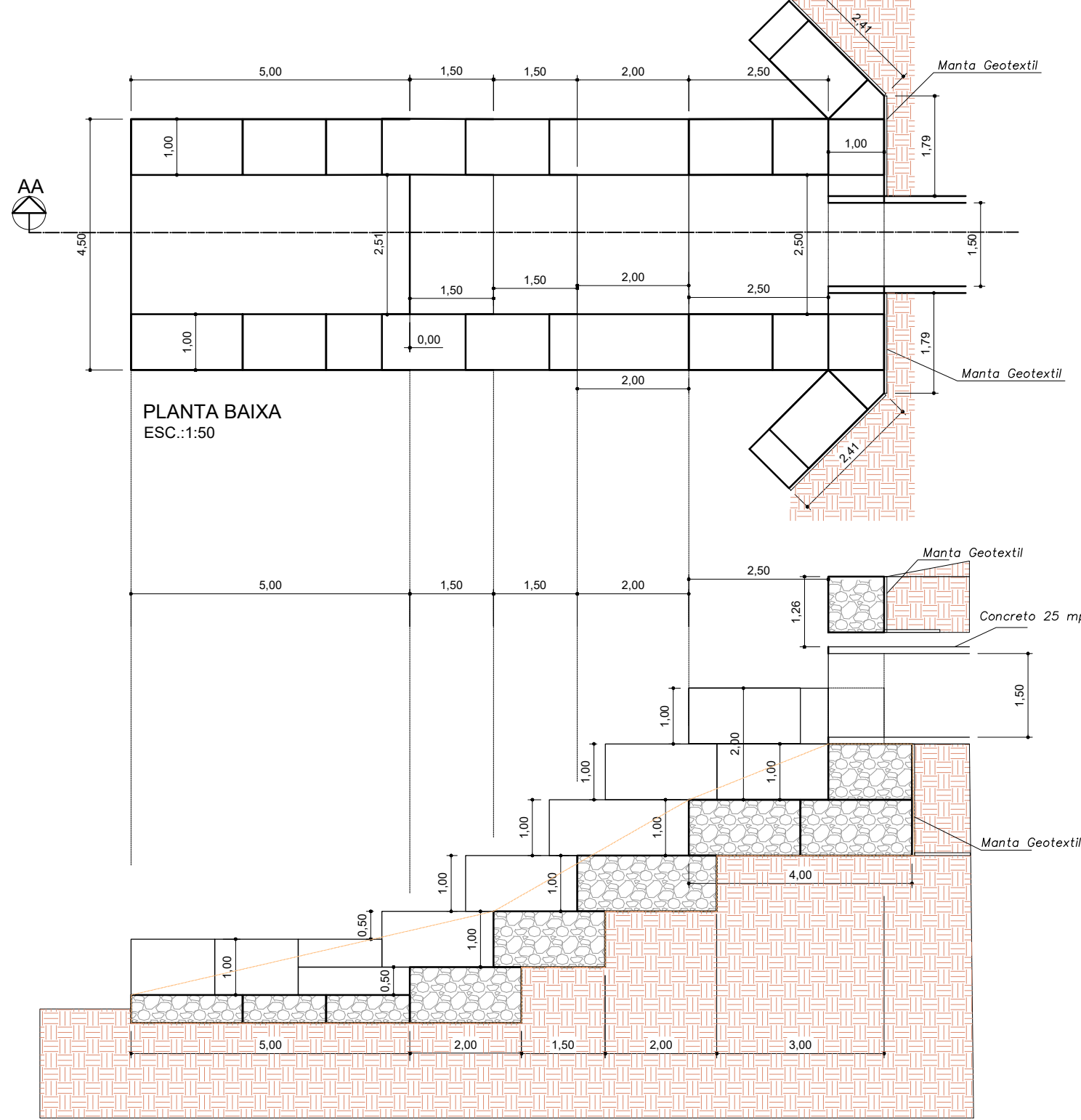


PLANTA BAIXA  
ESC.:1:50



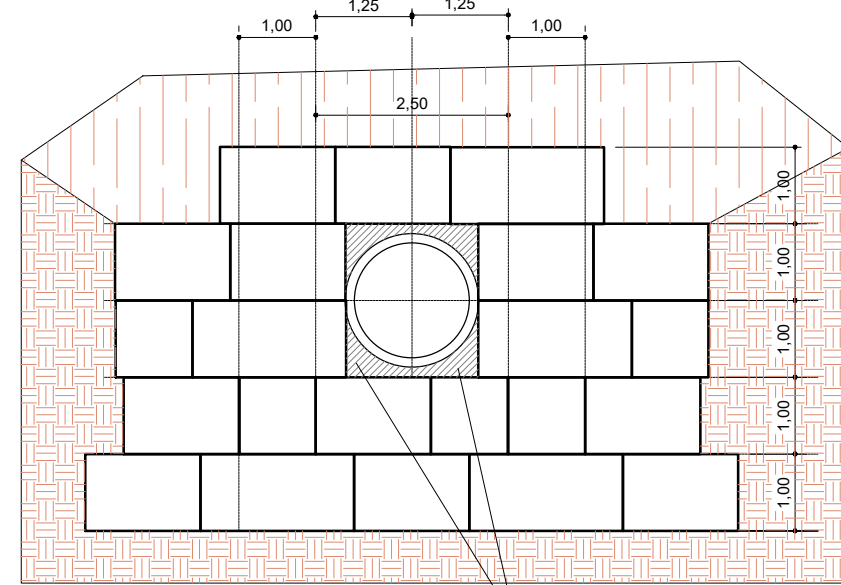
CORTE AA  
ESC.:1:50

DISSIPADOR DE ENERGIA DAS ÁGUAS PLUVIAIS - GABIÃO

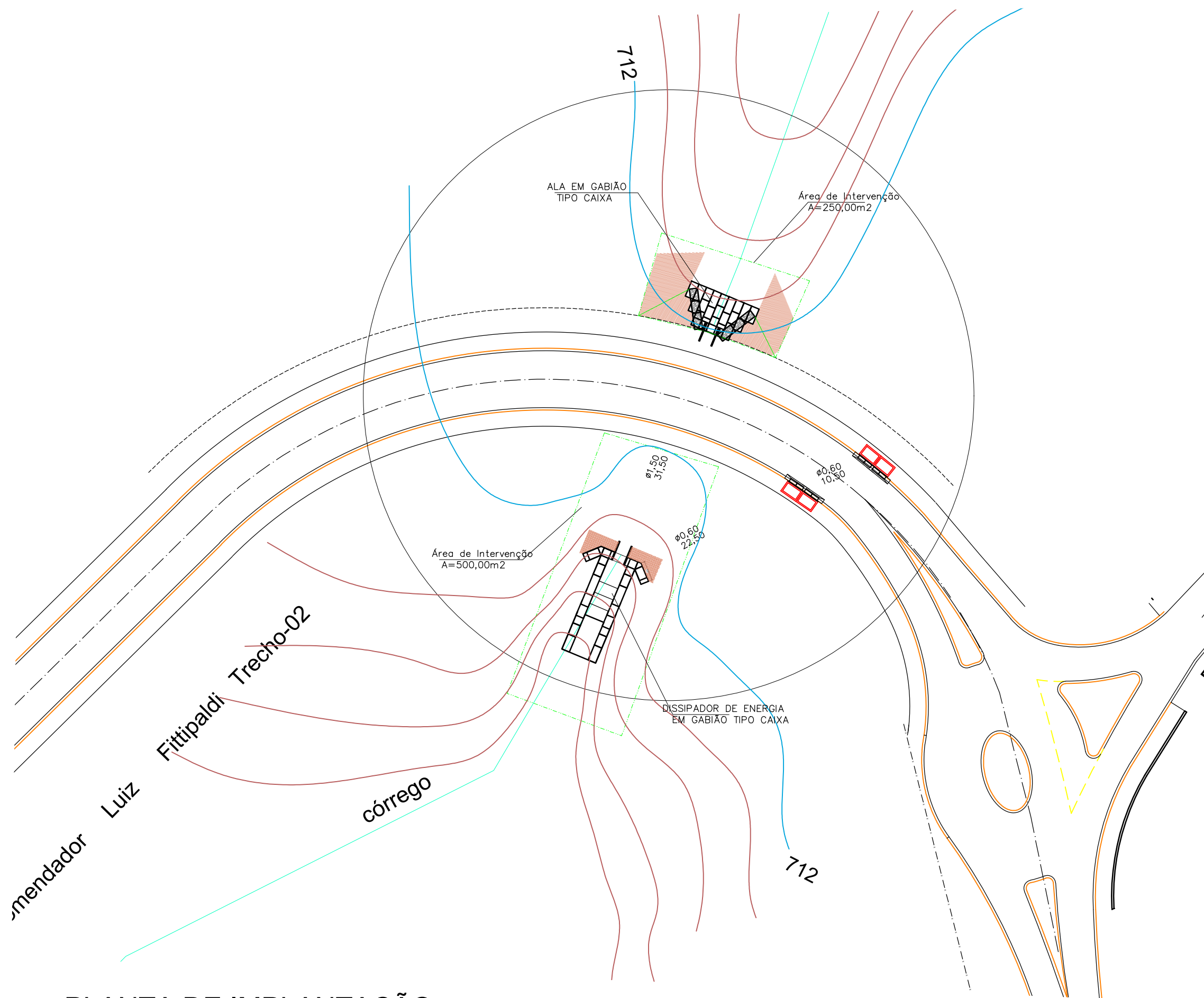


PLANTA BAIXA  
ESC.:1:50

CORTE AA  
ESC.:1:50



VISTA FRONTAL  
ESC.:1:50



PLANTA DE IMPLANTAÇÃO  
ESCALA: – 1:500

título : –

PROJETO DE IMPLANTAÇÃO

escalas: –indicadas

folha : –

06/07

finalidade : –

PROJETO PARA MELHORIA DA PASSAGEM DE ÁGUA E REDE DE GALERIA DE ÁGUAS PLUVIAIS IMPLANTAÇÃO DE ALA E DISSIPADOR DE ENERGIA EM GABIÃO (TRECHO-02 DA AVENIDA COM. JOSÉ LOURENÇO BLANCO)

proprietário : –

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL

administração : –

ODIRLEI JOSÉ FELIX

local : –

AV. COM. LUIZ FITTIPALDI (TRECHO-02), JARDIM ELDOorado E VILA SÃO GERALDO – SÃO MANUEL SP.

zona : –

MISTA

identific. do lote

tipo de pavimento ASAFALTO

energia C.P.F.L.

coleta de lixo

água abastecimento

esgoto sanitário

P.M.S.M.

SABESP

SABESP

SITUAÇÃO S/E

Declaro que a aprovação deste projeto não implica no reconhecimento por parte da Prefeitura do direito de propriedade do terreno e nem exime o projetista de sua responsabilidade sobre o mesmo.

VIDE FOLHA 02/07

QUANTIDADES: –

VIDE ACIMA

ODIRLEI JOSÉ FELIX

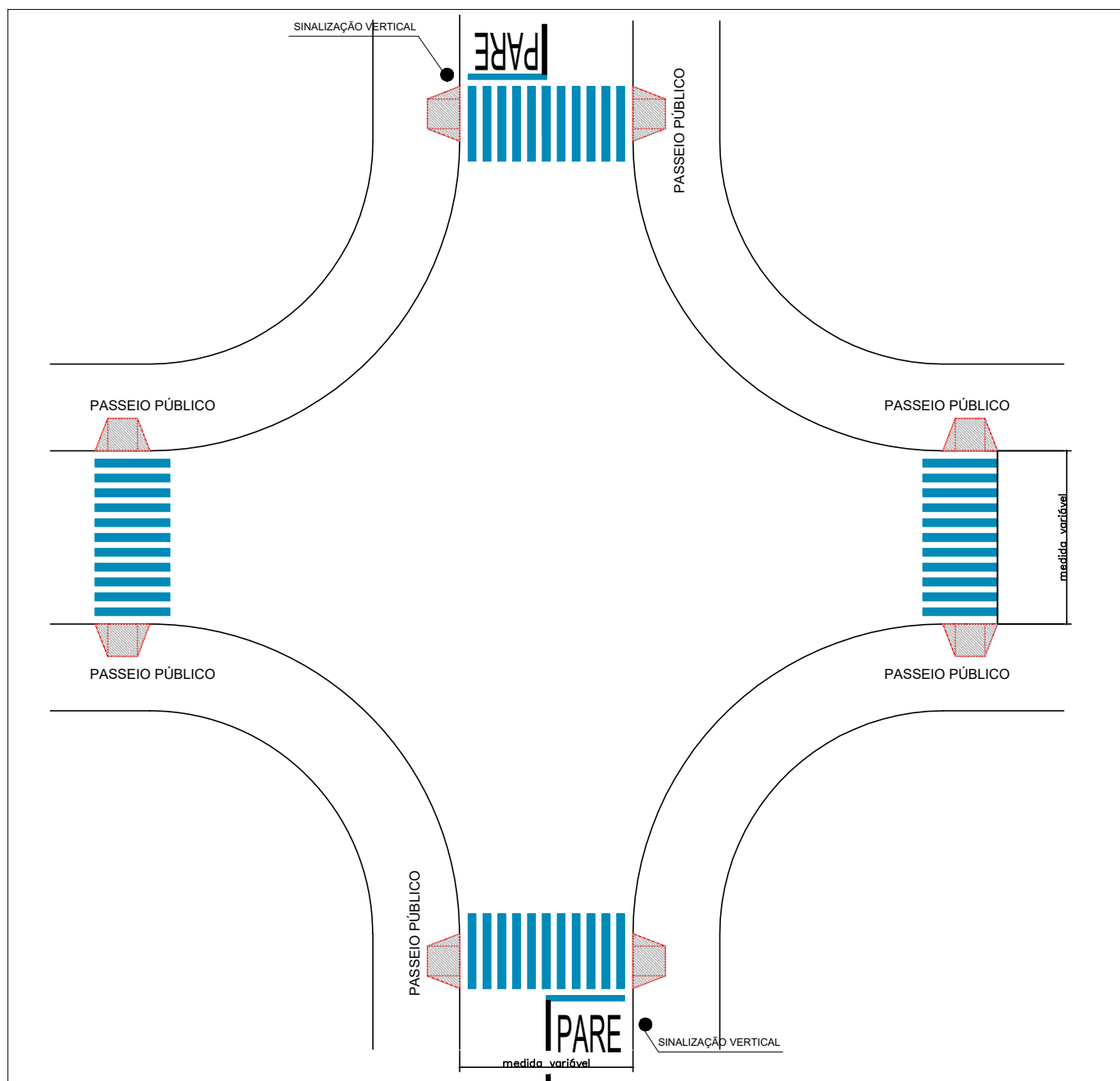
Luciano Rogério Lorenzini

responsável técnico  
Marcelo Aparecido de Arruda  
Engº Civil  
crea-sp n.º 5060662790

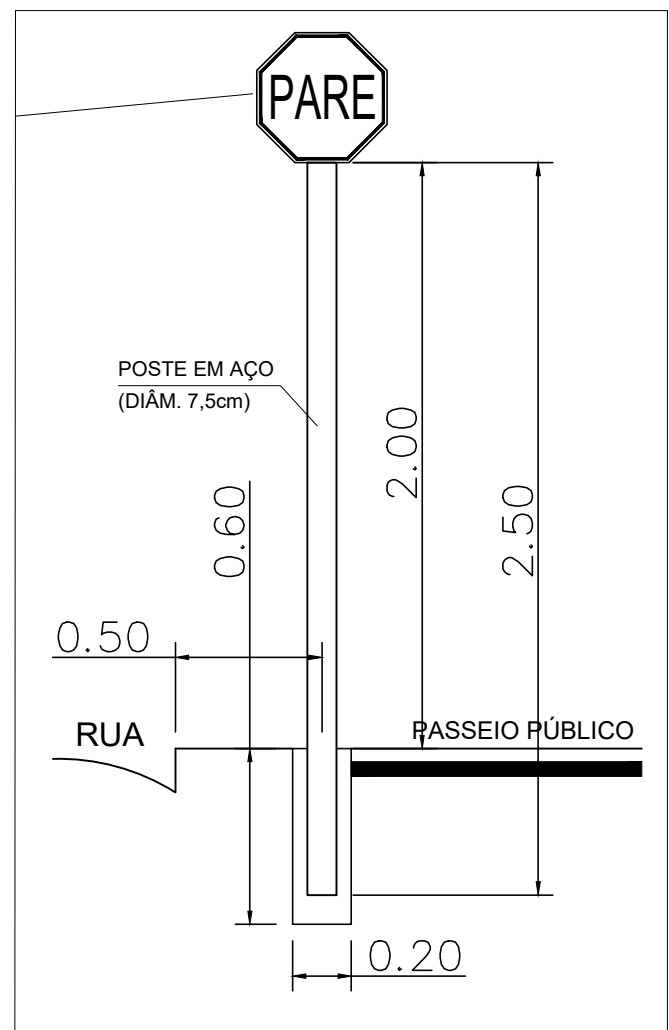
A.R.T. n.º

data : –  
20/01/2026

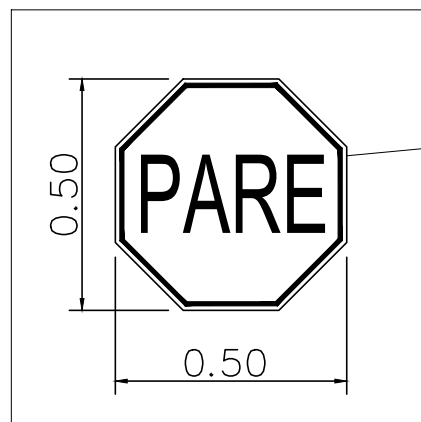




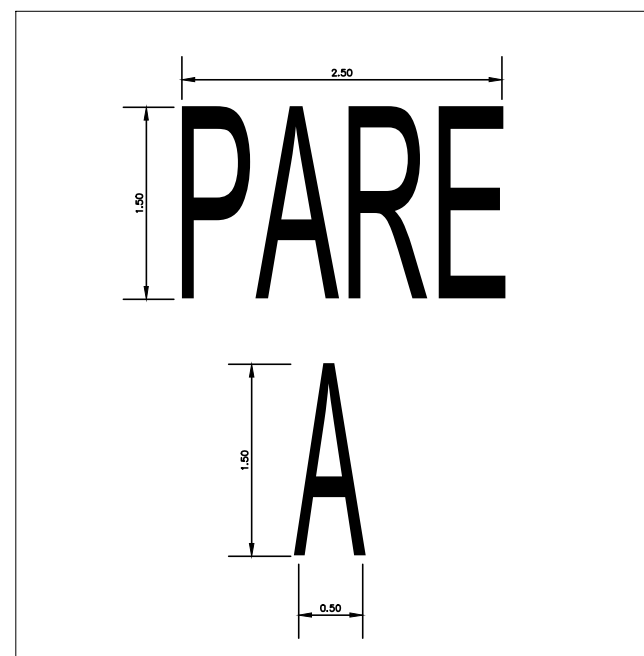
DETALHE - 1 SINALIZAÇÃO HORIZONTAL  
ESCALA: – S/ESCALA



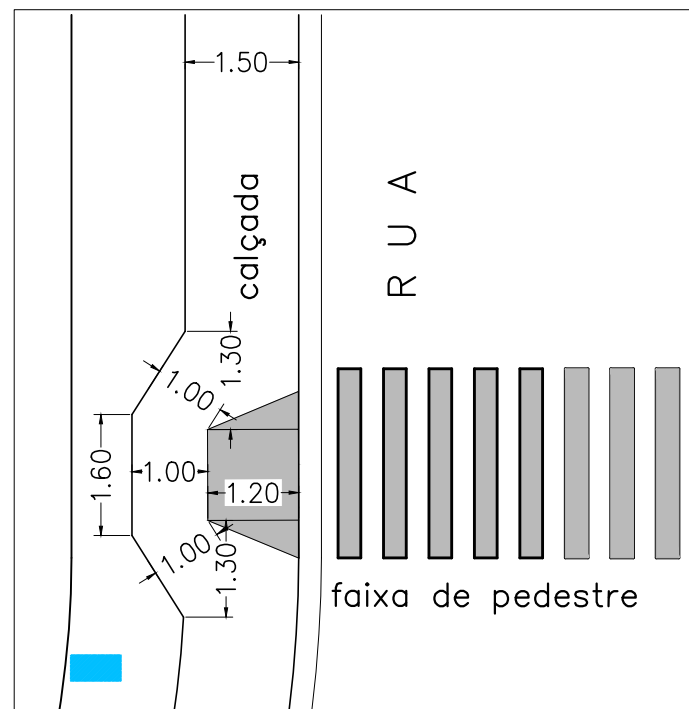
DETALHE - 2 SINALIZAÇÃO VERTICAL  
ESCALA: – S/ESCALA



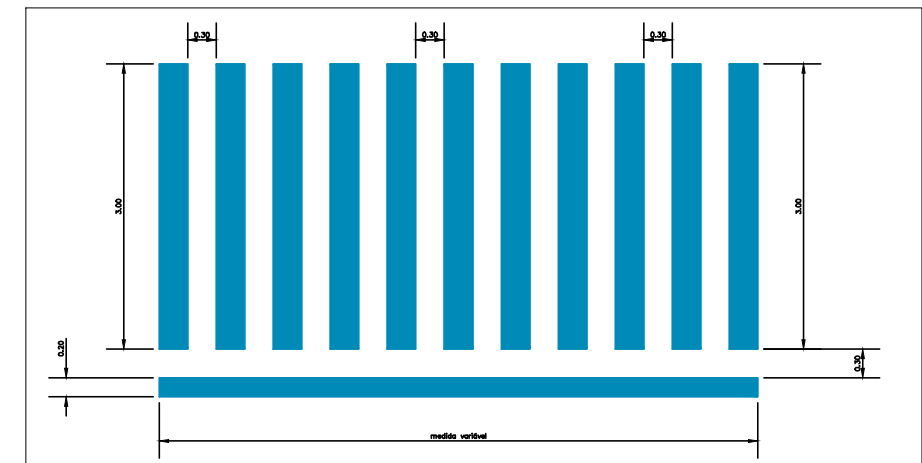
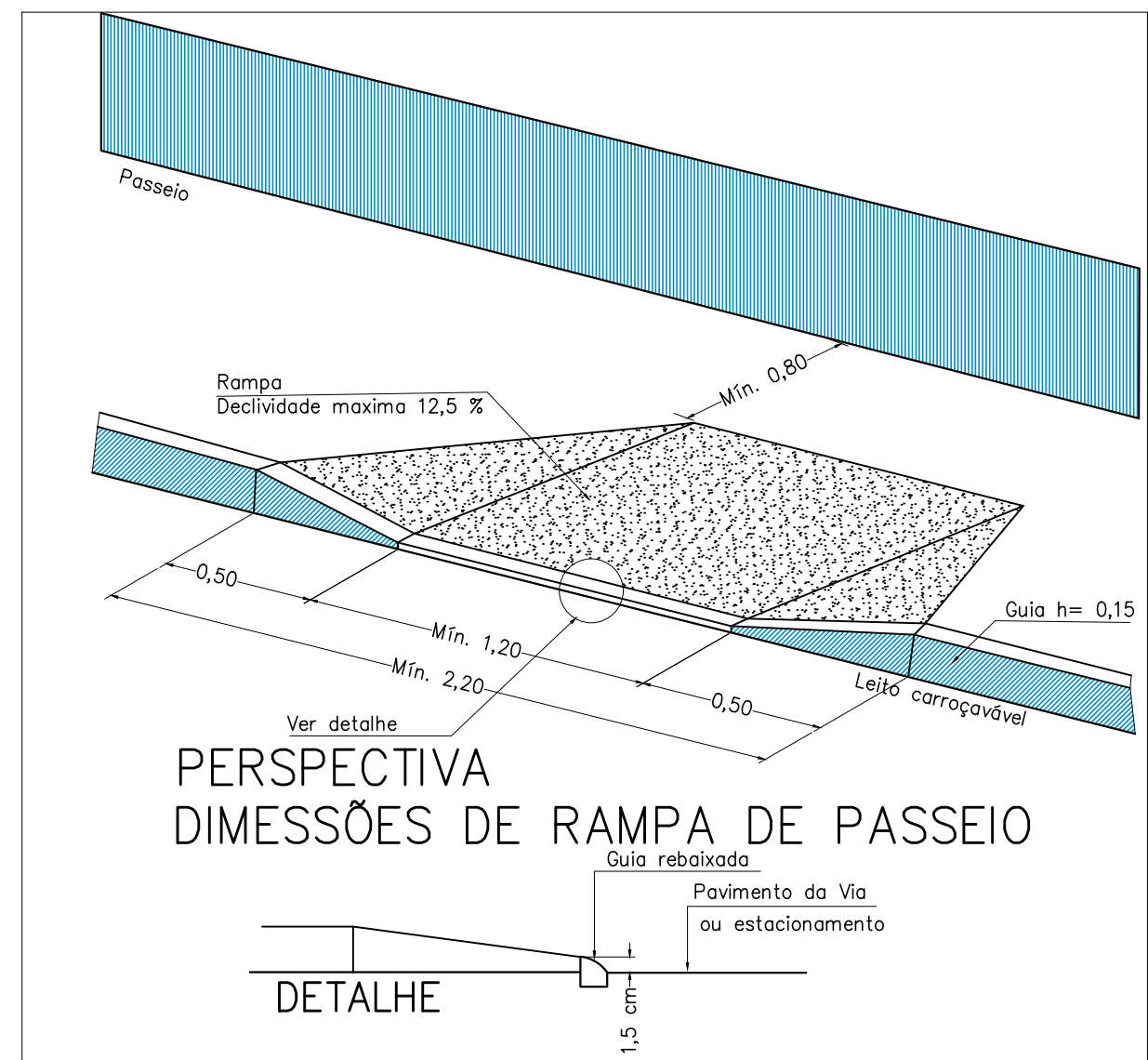
DETALHE DA PLACA  
ESCALA: – S/ESCALA



DETALHE DA LETRA  
ESCALA: – S/ESCALA



DETALHE DA CALÇADA  
ESCALA: – S/ESCALA

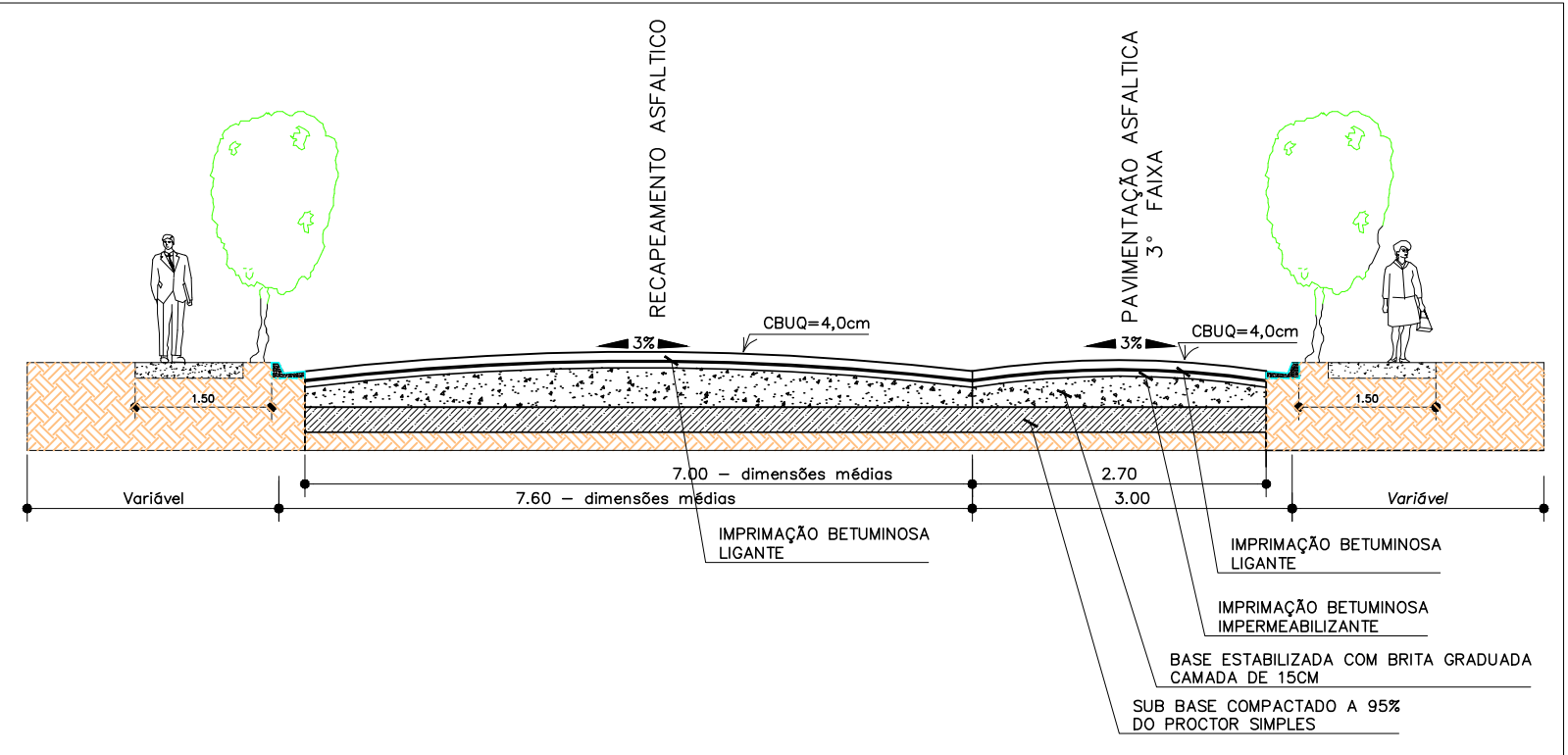
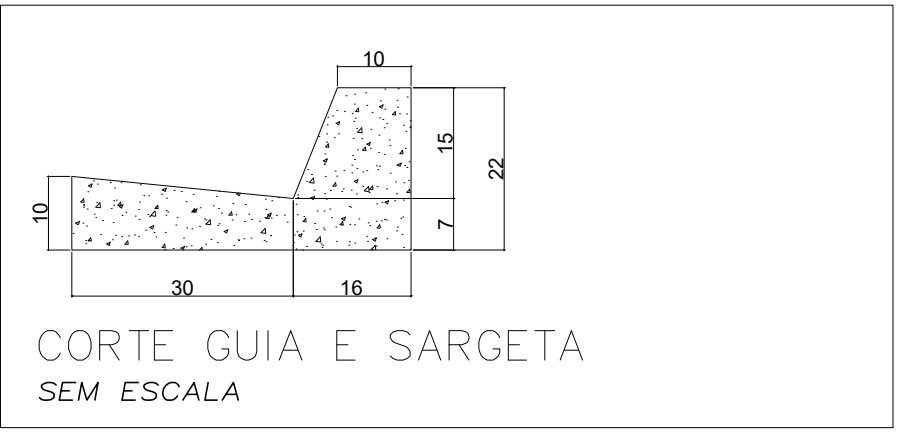
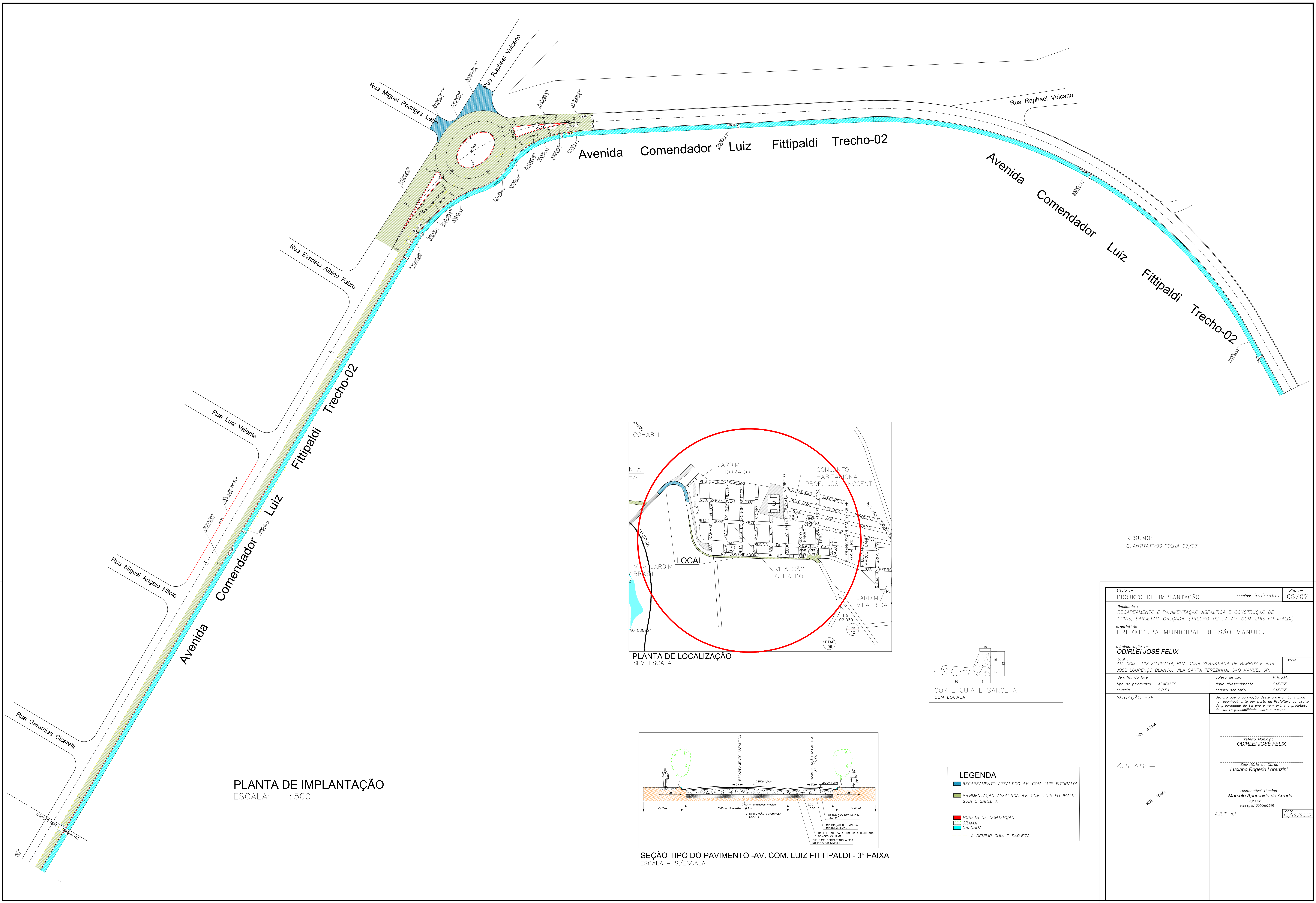


DETALHE DA FAIXA  
ESCALA: – S/ESCALA

título : – <b>PROJETO DE IMPLANTAÇÃO</b>		escalas: –indicadas	folha : – <b>04/07</b>
finalidade : – <b>REBAIXAMENTO DE LEITO, PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E CONSTRUÇÃO DE GUIAS, SARJETAS, CANALETAS, CALÇADA, MURO E MURETA DE CONTENÇÃO.</b>			
proprietário : – <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL</b>			
administração : – <b>ODIRLEI JOSÉ FELIX</b>			
local : – <b>AV. COM. LUIZ FITTIPALDI, RUA DONA SEBASTIANA DE BARROS E RUA JOSÉ LOURENÇO BLANCO, VILA SANTA TEREZINHA, SÃO MANUEL SP.</b>			zona : –
identific. do lote	tipo de pavimento	energia	coleta de lixo água abastecimento esgoto sanitário
	ASAFALTO C.P.F.L.		P.M.S.M. SABESP SABESP
SITUAÇÃO S/E		Declaro que a aprovação deste projeto não implica no reconhecimento por parte da Prefeitura do direito de propriedade do terreno e nem exime o projetista de sua responsabilidade sobre o mesmo.	
VDE FOLHA 01/04		Prefeito Municipal <b>ODIRLEI JOSÉ FELIX</b>	
ÁREAS: –		Secretário de Obras <b>Luciano Rogério Lorenzini</b>	
VDE FOLHA 01/04		responsável técnico <b>Marcelo Aparecido de Arruda</b> Engº Civil crea-sp n.º 5060662790	
A.R.T. n.º		data : – <b>10/12/2025</b>	







LEGENDA	
<span style="display:inline-block; width:10px; height:10px; background-color:blue; border:1px solid black;"></span>	RECAPEAMENTO ASFALTICO AV. COM. LUIZ FITTIPALDI
<span style="display:inline-block; width:10px; height:10px; background-color:lightgreen; border:1px solid black;"></span>	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA AV. COM. LUIZ FITTIPALDI
<span style="display:inline-block; width:10px; height:10px; background-color:yellow; border:1px solid black;"></span>	GUIA E SARGETA
<span style="display:inline-block; width:10px; height:10px; background-color:red; border:1px solid black;"></span>	MURETA DE CONTENÇÃO
<span style="display:inline-block; width:10px; height:10px; background-color:lightblue; border:1px solid black;"></span>	GRAMA
<span style="display:inline-block; width:10px; height:10px; background-color:lightblue; border:1px solid black;"></span>	CALÇADA
<span style="display:inline-block; width:10px; height:10px; background-color:yellow; border:1px solid black;"></span>	A DEMILIR GUIA E SARGETA

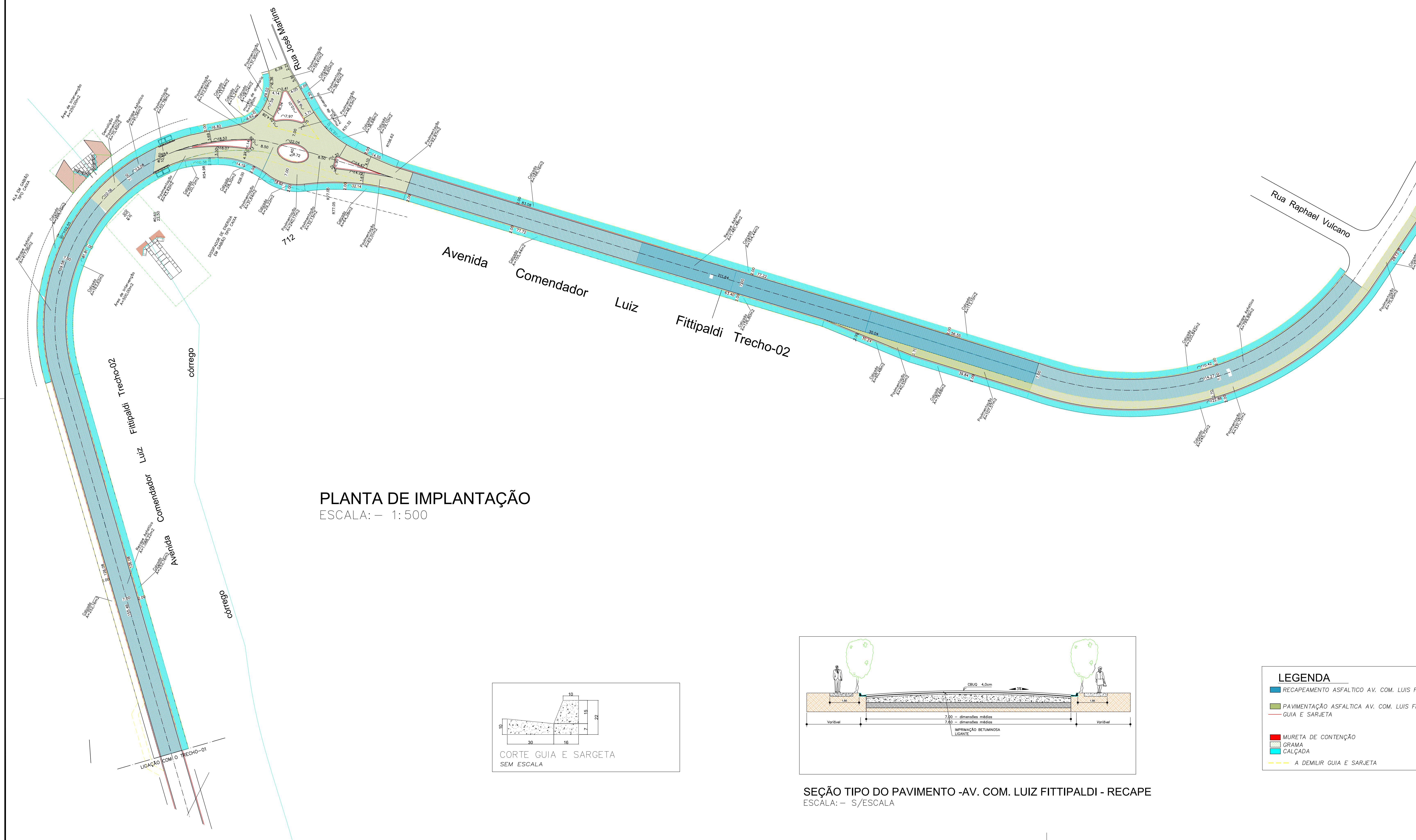
RESUMO: -  
QUANTITATIVOS FOLHA 03/07

Titulo :- PROJETO DE IMPLANTAÇÃO	escalas:-indicadas	folha :- 03/07
finalidade :- RECAPEAMENTO E PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E CONSTRUÇÃO DE GUIAS, SARGETAS, CALÇADA. (TRECHO-02 DA AV. COM. LUIZ FITTIPALDI)		
proprietário :- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL		
administração :- ODIRLEI JOSÉ FELIX		
local :- AV. COM. LUIZ FITTIPALDI, RUA DONA SEBASTIANA DE BARROS E RUA JOSÉ LOURENÇO BLANCO, VILA SANTA TEREZINHA, SÃO MANUEL SP.	zona :-	
Identific. do lote Tipo de pavimento energia	coleta de lixo água abastecimento esgoto sanitário	P.M.S.M. SABESP SABESP
SITUAÇÃO S/E		Declaro que a aprovação deste projeto não implica no reconhecimento por parte da Prefeitura do direito de propriedade do terreno e nem exime o projetista de sua responsabilidade sobre o mesmo.
VIA ACIMA		Prefeito Municipal ODIRLEI JOSÉ FELIX
VIA ACIMA		Secretário de Obras Luciano Rogério Lorenzini
ÁREAS: -		responsável técnico Marcelo Aparecido de Arruda Engº Civil crea-SP nº 506662/790
A.R.T. n.º		data :- 10/12/2025









RESUMO: —

Av. Comendador Luiz Fittipaldi — Trecho-02

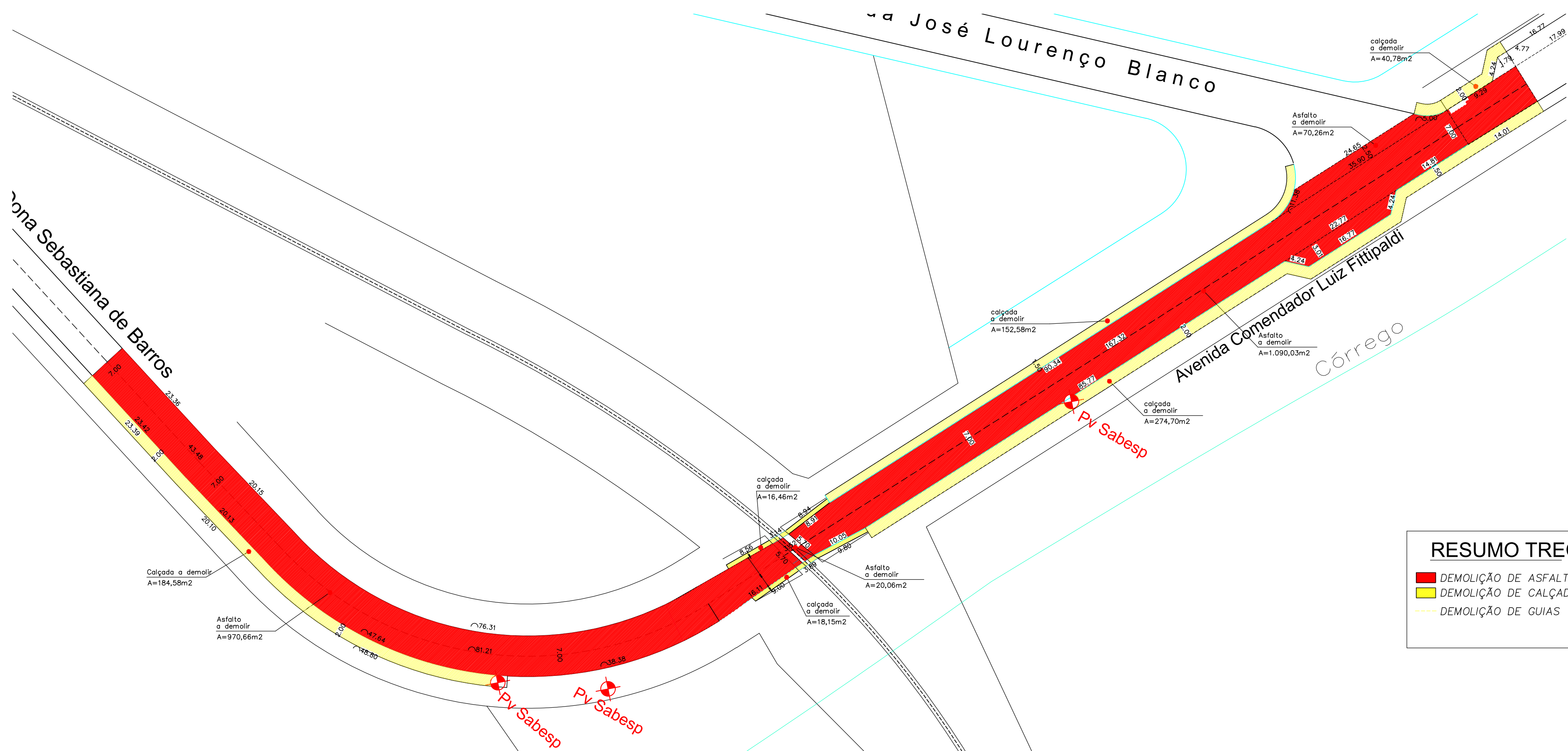
ÁREAS — PAVIMENTAÇÃO E SARETAS					
TRECHO	QUA-PAVIMENTO (m²)	ÁREA PAVIMENTADA (m²)	CALÇADAS (m²)	RECAFE (m²)	CONDIÇÃO DE NUNCA PAVIMENTADO (m²)
Av. Comendador Luiz Fittipaldi	2.232,80	4.905,40	4.760,85	4.065,05	46,20
TRECHO	DEMOÇÃO DE QUA-PAVIMENTO (m²)	DEMOÇÃO DE PAVIMENTO SARET (m²)	DEMOÇÃO DE CALÇADAS (m²)	DEMOÇÃO DE NUNCA ALVENARIA (m²)	
Av. Comendador Luiz Fittipaldi	1.985,00	17.075,00	3.304,80	45,00	

título :-		escalas :- indicadas		folha :- 02/07	
<p><b>PROJETO DE IMPLANTAÇÃO</b></p> <p>finalidade :-  RECAPAMENTO E PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E CONSTRUÇÃO DE GUIAS, SARJETAS, CALÇADA )CONSTRUÇÃO D A 3ª FAIXA (TRECHO--02 DA AVENIDA COM. LUIZ FITTIPALDI)</p>					
<p>propriedário :-  <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL</b></p>					
<p>administração :-  <b>ODIRLEI JOSÉ FELIX</b></p>					
<p>local :-  AV. COM. LUIZ FITTIPALDI, RUA DONA SEBASTIANA DE BARROS E RUA JOSÉ LOURENÇO BLANCO, VILA SANTA TEREZINHA, SÃO MANUEL SP.</p>				<p>zona :-</p>	
<p>identific. da lote  tipo de pavimento  energia</p>		<p>coleta de lixo  água abastecimento  esgoto sanitário</p>		<p>P.M.S.M.  SABESP  SABESP</p>	
<p>SITUAÇÃO S/E</p>		<p>Declara que a aprovação deste projeto não implica no reconhecimento por parte da Prefeitura do direito de propriedade do terreno e nem exonera o projetista de sua responsabilidade sobre o mesmo.</p>			
<p>ÁREAS: -</p>		<p>Prefeito Municipal  <b>ODIRLEI JOSÉ FELIX</b></p>			
<p>SECRETARIA DE OBRAS</p>		<p>Secretário de Obras  <b>Luciano Rogério Lorenzini</b></p>			
<p>RESPONSÁVEL TÉCNICO</p>		<p>responsável técnico  <b>Marcelo Aparecido de Arruda</b>  Engº Civil  crea-sp n.º 5060662790</p>			
<p>A.R.T. n.º</p>		<p>data :-  10/12/2025</p>			



PLANTA DE SITUAÇÃO ATUAL  
ESCALA: - 1:1000

RESUMO TRECHO-02 :		
DEMOLIÇÃO DE ASFALTO	2.015,67 m <sup>2</sup>	
DEMOLIÇÃO DE CALÇADA	3.556,46 m <sup>2</sup>	
DEMOLIÇÃO DE GUIAS	1.990,79 m	



RESUMO TRECHO-01 :		
DEMOLIÇÃO DE ASFALTO	2.151,01 m <sup>2</sup>	
DEMOLIÇÃO DE CALÇADA	652,64 m <sup>2</sup>	
DEMOLIÇÃO DE GUIAS	353,04 m	

PLANTA DE SITUAÇÃO ATUAL  
ESCALA: - 1:500

título :- PROJETO DE DEMOLIÇÃO		escalas:-indicadas		folha :- 07/07	
finalidade :- AVENIDA COM. LUIZ FITTIPALDI TRECHOS - 01 E 02					
proprietário :- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MANUEL					
administração :- ODIRLEI JOSÉ FELIX					
local :- AV. COM. LUIZ FITTIPALDI, PROXIMIDADES DA VILA SANTA TEREZINHA E VILA SÃO GERALDO SÃO MANUEL SP.				Zona :-	
identific. do lote		coleta de lixo		P.M.S.M.	
tipo de pavimento ASAFALTO		água abastecimento		SABESP	
energia C.P.F.L.		esgoto sanitário		SABESP	
SITUAÇÃO S/E		Declaro que a aprovação deste projeto não implica no reconhecimento por parte da Prefeitura do direito de propriedade do terreno e nem exime o projetista de sua responsabilidade sobre o mesmo.			
ÁREAS: -		VOE FOLHA 01/07			
		VOE AO LADO			
		Prefeito Municipal ODIRLEI JOSÉ FELIX			
		Secretário de Obras Luciano Rogério Lorenzini			
		responsável técnico Marcelo Aparecido de Arruda Eng Civil cra-sp n.º 5060662790			
A.R.T. n.º		data :- 10/02/2026			



